



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS**  
*PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA*

**A CÂMERA ESCURA: GESTÃO TERRITORIAL E AS NOVAS  
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL EM GOIÁS**

**ROBSON DE SOUSA MORAES**  
**Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.**

**GOIÂNIA-GO**  
**2004**

**ROBSON DE SOUSA MORAES**

**A CÂMERA ESCURA: GESTÃO TERRITORIAL E AS NOVAS  
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL EM GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Natureza e apropriação do cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

**GOIÂNIA-GO**

**2004**

**ROBSON DE SOUSA MORAES**

**A CÂMERA ESCURA: GESTÃO TERRITORIAL E AS NOVAS  
TERRITORIALIDADES DO CAPITAL EM GOIÁS**

**GOIÂNIA-GO - 2004**

Dissertação defendida em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2004

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça- Examinador Externo

---

Profa Dr. Manoel Calaça - Examinador Interno

---

Prof. Dr. João Batista de Deus- Membro Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor e orientador desta dissertação, Eguimar Felício Chaveiro pela confiança depositada no trabalho, aos professores e colegas do mestrado que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha mãe, a meus camaradas do PCB  
e a minha namorada Layla.

Ao Professor João Alves de Castro.

## SUMÁRIO

Lista de Gráficos .....	vii
Lista de Mapas .....	viii
Resumo .....	ix
Abstract .....	x
 INTRODUÇÃO .....	 11
 Capítulo I	
GESTÃO TERRITORIAL E TERRITÓRIO: AS ESTRATÉGIAS DA CAPTURA...	17
1.1 O Território .....	17
1.2 A gestão territorial .....	21
1.3 A captura das terras goianas: Os Planos de Desenvolvimento Regionais como estratégias da territorialização do Capital .....	23
1.3 A captura das terras goianas: Os impactos sócio – econômicos .....	36
1.4 A captura das terras goianas: o período de transição .....	43
 Capítulo II	
GLOBALIZAÇÃO: A CAPTURA DO PLANETA .....	60
2.1 Mundialização do capital: estado nacional e sociedade .....	60
2.2 A Reestruturação Capitalista: Redefinindo as estratégias de captura .....	78
2.3 O Pós-Industrialismo e a Sociedade do Conhecimento: o embelezamento da captura .....	84
2.4 O Pós-Fordismo: a flexibilidade da captura .....	88

## Capítulo III

## AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA CAPTURA DO TERRITÓRIO

GOIANO .....	96
3.1 Goiás no contexto dos anos 90: a captura na era da desregulação .....	96
3.2 A Agroindústria goiana: a captura pela industrialização .....	104
3.3 Os efeitos da captura industrial .....	110
3.4 Os Planos Pluri-Anuais: a captura no Século XXI .....	115
3.5 Goiás capturado: as teorias da globalização .....	122
CONCLUSÃO .....	133
Tempo, espaço e apropriação social do território capturado .....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	139

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa média de crescimento anual da população, segundo as grandes Regiões e unidades Federativas do Centro-Oeste (1940-1980) .....	40
Gráfico 2: Aglomerado de Goiânia: população, taxa de urbanização (1970-1980) .....	42
Gráfico 3: Aglomerado de Goiânia: população, taxa de crescimento (1970-1980) .....	42
Gráfico 4: Participações das Regiões nas AGF's - Valor (%).....	45
Gráfico 5: Goiás: Composição da renda interna 1960-1990 (%). .....	53
Gráfico 6: Taxa de urbanização em Goiás: 1970 - 1990 (%). .....	57
Gráfico 7: Taxa de urbanização dos municípios do AUG: 1970 – 1990 (%). .....	58
Gráfico 8: Variação anual do PIB: 1989-1999 (%). .....	98
Gráfico 9: Comportamento da PEA: 1970-1990 (%). .....	125

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de Intervenção do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1973). .....	30
Mapa 2: Área de Intervenção do Polocentro - Estado de Goiás (1975). .....	33
Mapa 3: Área de Intervenção do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. ....	35
Mapa 4: Distribuição Regional de Postos de Trabalho no Estado de Goiás - Mesorregiões. ....	100
Mapa 6: Densidade Demográfica no Estado de Goiás (2000). ....	113

## RESUMO

A presente dissertação objetiva decifrar o processo de inserção territorial de Goiás ao fenômeno da mundialização do Capital. A gradual captura das terras goianas pelo Capital em movimento, são descortinadas através dos conceitos de Território e de Gestão Territorial, vistos como elementos fundamentais para a construção de uma sólida interpretação geográfica da contemporaneidade goiana. As ações do poder executivo estadual e federal, visando à incorporação do sistema produtivo, existente em Goiás, provocou expressivos impactos na configuração territorial do estado, desencadeando significativas transformações no controle e na gestão do território. A expansão planetária da perspectiva capitalista introjetou uma nova dinâmica econômica e social que mudou as características existentes nas terras goianas. A atual hegemonia do Capital globalizado impõe, em Goiás, uma forma de apropriação e gestão territorial, que reforça a sua captura, configurando-o de acordo com suas demandas, exercendo ações que indicam uma concepção e uso do espaço com forte caráter econômico, mas com variadas implicações sociais.

Palavras Chave: Gestão Territorial, Território, e Globalização.

## **ABSTRACT**

The present dissertation aims at deciphering the territorial insertion of Goiás into the Capital globalization phenomenon. The gradual capture of the goiana land by the Capital in movement is uncurtained by the concepts of the territory as well as territorial management, which are seen as fundamental elements for the construction of a solid geographical interpretation of the contemporary period of Goiania. The actions of the state and federal executive power, focusing on the incorporation of a productive system, existing in Goiás, provoked expressive impacts in territorial configuration of the state, triggering meaningful transformations into the control and into the territory management. The planetary expansion of the capitalist perspective injected a new social and economic dynamics which changed the existing characteristics of the goiana land. The current hegemony of the globalized Capital imposes, in Goiás, a form of appropriation and territorial management, which reinforces its capture, configuring it according to its demands, exercising actions that indicate a conception and the use of the space with a strong economic character, however, with varied social implications.

Keywords: Territorial management, territory, and globalization.

## INTRODUÇÃO

O atual momento do desenvolvimento histórico da civilização ocidental, denominada de Globalização, estruturada pelos elementos da chamada Terceira Revolução Industrial, possibilita a conexão em tempo real e simultâneo de vários lugares e localidades. O fenômeno da Globalização vem provocando um expressivo rearranjo espacial do planeta (SANTOS, 2001), em que valores e formas anteriores de organizações territoriais passam a ser subordinadas a uma nova dinâmica hegemônica pelo capital financeiro (CHESNAIS, 1996). A nova forma hegemônica do Capital, exige uma ação desregulamentadora das relações econômicas e de reconfiguração do uso e da função do território e do Estado Nacional. O aparato estatal, que gradativamente, vai perdendo sua capacidade de ação para os organismos e mecanismos de caráter global comprometem a capacidade de operacionalizar a resolução de problemas econômicos, de segurança pública, saúde, meio ambiente, entre outros, gerando uma crise de legitimidade na relação sociedade e estado, sendo esta uma expressão da crise política contemporânea.

As flexibilizações tecnológicas, produtivas e do trabalho, bem como a adoção de novos métodos de gerenciamento, vêm alterando o metabolismo social de nosso tempo presente, criando novas formas de contato e tensionamentos entre o global e o local. Essas mudanças marcam sistematicamente nossa contemporaneidade que, aliadas às “novas” diretrizes paradigmáticas do Irracionalismo e da Pós –

Modernidade (ROUANET, 1999), provocam uma rearticulação política, econômica e sócio-cultural em todo o mundo ocidental.

Alguns autores vão asseverar a vivência de uma nova era na vida das sociedades ocidentais, afirmando a existência de transformações, que inviabilizariam as antigas teorias explicativas, fundamentadas na sociedade industrial regida pela ética do trabalho e pela produção e consumo em massa. É nesse contexto que procuramos compreender e analisar algumas nuances da integração Goiana na atual lógica do Capitalismo Globalizado, evidenciando formas de gestão territorial do Capital no estado. O presente trabalho propõe levantar alguns elementos acerca das análises dos fenômenos da territorialização – desterritorialização – reterritorialização, descortinando esses processos e suas implicações no uso do território na contemporaneidade local.

Goiás presencia uma rápida adaptação de sua sociedade e de sua estrutura administrativa, através da adoção de novos componentes em sua organização territorial, que por meio da inserção e expansão de fixos artificiais, associados à infra-estrutura, visam acelerar a sua capacidade de fluidez, objetivando assegurar o fluxo exigido pelo reordenamento da modernização globalizante.

A análise dos processos das transformações territoriais, de seus objetos e de suas ações é de fundamental importância para a ciência geográfica no esforço de compreender as estruturas e dinâmicas sociais em um dado complexo político, econômico e cultural, como forma de explicitar um dado padrão e gestão territorial.

O território goiano, nosso objeto de pesquisa, vivenciou, ao longo de sua história, uma série de ações que buscavam a renovação da materialidade do território (SANTOS, 2001). Desde o primeiro momento das ocupações Pré-Colombianas, bem como a posterior colonização branca lusitana, provocada e contextualizada

pela acumulação primitiva do capital e desencadeadora da organização sócio – territorial, baseada na extração do ouro (BERTRAND, 1978), o território goiano foi cenário de constantes construções e des-construções de elementos fixos e fluxos (SANTOS, 1996). A renovação da materialidade do território, sempre teve a intenção de garantir uma organização que possibilitasse o exercício de atividades destacadamente relevantes, em um dado contexto, apontando para a inclusão à ordem dominante.

Nessa perspectiva, o território e seu planejamento são vistos e entendidos como elementos de extrema importância para o desenvolvimento regional. Durante o século XX, o processo de (re)conFiguração territorial de Goiás definiu-se, principalmente, a partir da década de 1930. Mais da metade dos municípios hoje existentes foram criados entre as décadas de 1930 e 1950, como conseqüência da expansão de fronteiras (BARREIRA, 1997), que inicialmente atinge o sul do estado. Após a década de 1950 as fronteiras se expandem para o norte de Goiás. Esquemáticamente, pode-se afirmar que o processo de ocupação territorial do estado ocorreu, durante o século XX, como resultado de uma gestão territorial que definia papel e função para o país em escala internacional, que por sua vez (re)definia internamente sua lógica, produzindo suas zonas pioneiras geradoras das regiões como o da Estrada de Ferro.

Na década de 1960, a organização territorial de Goiás vive um novo reordenamento que vem capturar localidades ainda não dominadas pela dinâmica do capital, bem como redefinir as já incluídas no espectro da acumulação capitalista. A reordenação dos interesses do Capital, levou Goiás a experimentar um aprofundamento da configuração territorial, iniciada com a “Marcha para o Oeste”. Baseado na formatação desenvolvida pelo estado brasileiro, após o golpe militar de

1964, e combinada com início da “modernização conservadora” esse fenômeno afetou, principalmente, o sul do estado capturando terras ao norte, via pecuária de corte. A elaboração e execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimentos Econômicos, durante o período de 1972 a 1984, reescreveram as bases territoriais de Goiás, através de programas como o do Polocentro, que propunha o aproveitamento econômico do cerrado brasileiro e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, preocupado com a manutenção das características administrativas do DF e da criação de bases de apoio para o mesmo.

Com a recente eclosão da planetarização do Modo de Produção Capitalista, como consequência das inovações tecnológicas compreendidas na chamada Terceira Revolução Técnica – científica e a reestruturação do padrão de acumulação do Capital, há um reordenamento das relações do Capital / trabalho. Esse processo acompanha uma mutação do paradigma industrial (CASTELLS, 1999), favorecido e estimulado pela conjuntura política do final da década de noventa, que presenciava o fim da experiência soviética do “socialismo real”. A queda da URSS beneficiou a expansão capitalista para novas localidades em novo e frenético ritmo, introduzindo a flexibilização nas relações do trabalho e na administração do estado, com programas de ajustes estruturais da economia marcada pela competitividade que levaram a adoção das políticas neoliberais.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva, enquanto política governamental, surge de maneira contundente a partir da década de 1990. Nessa década, inicia-se a execução de políticas de ajustes comprometidos com os padrões da nova modernização da competitividade internacional, provocando significativas mudanças na territorialidade do país. O Novo contexto desencadeia intensa mobilidade do parque industrial na procura de maximização da sua lucratividade.

O grupo dirigente do aparato administrativo do estado de Goiás, sintonizado com tais mudanças, inicia uma série de ações políticas econômicas e sociais, na tentativa de incorporar-se e adequar às novas exigências do mercado internacional. As ações e incentivos patrocinados pelo governo federal, combinado com os empreendimentos do executivo estadual, possibilitaram uma ampla transformação no padrão territorial goiano.

A ambição desse trabalho é estabelecer conexões entre as estruturas sociais, políticas e territoriais com a produção, demonstrando que o estado e sua política de gestão territorial decorrem, constantemente, do processo da vida de determinados indivíduos e grupos sociais. A partir de sua produção material, os indivíduos e grupos criam representações de si, dos outros, e de toda a sociedade, buscando justificar, legitimar e reproduzir de forma ampliada suas práticas, tornado-as de interesse público através da hegemonia ideológica.

A dominação ideológica do grupo hegemônico provoca uma inversão na percepção do dominado, que passa a se guiar por uma representação social antagônica a seus interesses, ofuscando-lhe a visão, agindo como uma *câmera escura* das antigas máquinas fotográficas. Invertendo os valores, a percepção afetada compreende as representações como a própria realidade, e os interesses particulares legitimam-se como interesse público, ganhando status de políticas públicas desenvolvidas pelo aparato do estado. A idéia de *câmera escura* permeia todo o processo de transformação do padrão territorial, bem como das políticas de gestão do território elaboradas pelo estado. Justifica-se, assim, o título da dissertação: A Câmara Escura: Gestão Territorial e as novas territorialidades do Capital em Goiás.

O presente trabalho oferece, em seu primeiro capítulo, uma reflexão acerca da categoria Território, para em seguida apresentar o debate sobre Gestão Territorial

apontando algumas formas de controle praticadas pelo aparato do estado, no âmbito estadual e federal, evidenciando os impactos econômicos e sociais desencadeados pelos mesmos.

O segundo capítulo proporciona uma visão panorâmica das idéias debatidas por alguns estudiosos da Globalização. O objetivo é contextualizar as mutações vivenciadas no processo de Gestão Territorial, através da reformulação do papel e da concepção de estado.

No terceiro e último capítulo, há a indicação das formas contemporâneas da captura das terras goianas frente ao fenômeno da mundialização do capital, apontando alguns de seus efeitos.

## Capítulo I

# GESTÃO TERRITORIAL E TERRITÓRIO: AS ESTRATÉGIAS DA CAPTURA

### 1.1 O Território

Com o aprofundamento da crescente internacionalização do capital, nutrido pelo surgimento das novas teorias sobre o mundo contemporâneo, presenciamos uma reavaliação do conceito de território, revigorando-o com os estudos de subjetividades e das individualidades presente nos fenômenos humanos. Presenciamos, ao longo dos tempos, a antiga relação individual dos lugares, a “unidade geográfica elementar” (GEORGE, 1969) à interdependência universal dos lugares, no entanto, é muito forte e presente a noção herdada da “modernidade incompleta” e de seus conceitos puros. É o uso do território e não este em si que faz dele um objeto da análise social. Trata-se, portanto, de uma categoria híbrida dependente de uma constante revisão histórica. Sua precisa compreensão é necessária, para afastar o risco da alienação e da perda de sentido individual e coletiva e o risco da renúncia ao futuro (SANTOS, 1998).

A importância que a categoria Território representa para a Geografia contemporânea assenta-se, não somente, em sua objetividade, mas também em seus significados, idéias, representações, sentimentos de pertencimentos, relações identitárias e comportamentais que compõem o espectro espacial da abordagem geográfica da atualidade. O Território é visto e compreendido como uma apropriação

de um grupo social, comportando simultaneamente afinidades materiais e imateriais. É um espaço de ação e de poderes, sendo este visto como a capacidade de decidir sobre fragmentos da territorialidade, adaptada a situações contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada vez mais diversificado e heterogêneo (NEVES, 1998).

O processo de territorialização do padrão territorial e de sua gestão, bem como a conseqüente configuração territorial, ocorre historicamente através da relação do homem com a natureza, bem como do homem com o próprio homem, mediado pelo trabalho. Simultaneamente, a capacidade de simbolizar produz sentidos aos objetos, além de construir fenômenos e representações ao longo dos tempos. É pela divisão social e territorial do trabalho que a sociedade materializa-se e constitui-se empiricamente, criando e recriando símbolos que compõem sentidos, ideologias e culturas organizadoras de significados que estabelecem qualidades em que o ser humano é único (SAHLINS, 2003). É através da relação simbólica e do trabalho que o homem transforma a natureza, dando-lhe um caráter humano, modificando a si próprio, naturalizando-se, no mesmo compasso em que humaniza a natureza. Nessa relação inicia-se a idéia kantiana de fenômeno, fonte das verdades (Bernardo, 1991) imprimindo um uso culturalmente específico em dada localidade, formando assim o território.

Pode-se afirmar que o território em sua configuração é determinado em nossa contemporaneidade, no interior do modo de produção capitalista, através de suas contradições e da formatação das lutas sociais existentes, guiado pelo espaço geográfico, íntimo e dialeticamente, vinculado com o processo produtivo e as relações sociais viventes. Os territórios correspondem assim a um nível de produção social do espaço (GEIGER, 1998). O território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço (CARA, 1998).

Etimologicamente, o termo “território” deriva-se do termo latino “Terra”, que agregado ao sufixo “torium” (territorium), indica lugar de um substantivo qualquer ou ainda terra pertencente a alguém. Segundo Corrêa (1998), o termo “pertencente” não se vincula a questão da propriedade da terra, mas sim de sua apropriação, estabelecendo um duplo entendimento, por um lado representa o controle efetivo e por vezes institucional e/ou grupal sob uma porção do espaço. Nesse sentido o termo imediatamente se aproxima da Geografia Política e da Geopolítica. Por outro lado, pode representar uma dimensão de práticas afetivas espacializadas, aproximando-se, assim, de uma Geografia que privilegia sentimentos e lugares. O Professor Lobato Corrêa conclui que as duas formas de representação são complementares definindo territórios plenamente apropriados. Já o substantivo evidencia o sentido de localização do termo original, é a localização de uma dada porção do espaço, envolvendo superfície, formas e limites.

O conceito de Território não pode ser confundido como sinônimo de espaço (ANDRADE, 1998) e, do mesmo modo, territorialidade e espacialidade não devem ser utilizados de forma indiferenciada (CORRÊA, 1998).

No pensamento científico moderno, a utilização desse termo aparece inicialmente na Botânica e na Zoologia para indicar a área de predominância de uma espécie de animal ou vegetal. Nas Ciências Humanas, profundamente influenciada pelos paradigmas desenvolvidos nas Ciências Naturais (reproduzindo aqui a separação entre homem e natureza, sujeito e objeto, típicas da perspectiva moderna de pensar e fazer Ciência), incorpora-se o conceito de território, nas interpretações derivadas da relação entre cultura e meio físico, analisando as marcas territoriais da cultura ou os caracteres culturais do território.

Na Sociologia Durkheimiana, chegou -se a propor uma nova disciplina chamada de Morfologia Social, preocupada com a apreensão da sociedade e sua conexão materializada e objetivada. Marcel Mauss (2003), na Antropologia, promove estudos da sociedade esquimó baseados em sua territorialidade. Explicita-se, assim, um viés unificador entre alguns sociólogos, antropólogos e geógrafos a partir da idéia de que a cultura se objetiva em um meio físico, abrindo uma possibilidade para o tratamento interdisciplinar da categoria Território.

A análise dos processos de formações territoriais é de fundamental importância para a ciência geográfica no esforço de compreender as estruturas e dinâmicas sociais em um dado complexo político, econômico e cultural. Na ciência geográfica, o termo Território é introduzido por Ratzel (1988) que tenta transferir este conceito do domínio das ciências naturais para as ciências sociais através da noção de posse ou área de domínio de uma comunidade ou estado. Os estudos da chamada Geografia Política clássica tinham como elemento privilegiado de abordagem a questão do estado nacional. É importante ressaltar que o contexto em que emergem as formulações de Ratzel delegava ao Estado - Nação uma missão ímpar de normatização, regulamentação e padronização, formadores de uma comunidade de destino chamada de País, legitimadora do processo de desenvolvimento e consolidação do Modo de Produção Capitalista.

Ratzel, vivenciando as contradições de seu tempo, refletidas em sua produção acadêmicas, procura responder às demandas apresentadas na necessidade de unificação do estado nacional alemão. O território, entendido como um espaço apropriado por dada relação de poder, tem sua potencialidade analítica limitada, na medida que, neste momento, não leva em consideração nenhum tipo de construção que ocorra fora do aparelho estatal. Na trajetória iniciada por Ratzel,

o Estado - Nação foi expoente privilegiado, quando não exclusivo na demarcação política e institucional do território. Se, no passado, era o estado o elemento definidor dos lugares, subordinando os territórios à sua necessidade, formando o “estado-território”, no presente, vivenciamos a transnacionalização do território. Assim como no passado tudo não era estado-território, hoje nem tudo é território-transnacionalizado (SANTOS, 1998), pois, na relação entre universalidades, particularidades e singularidades, há sempre novas territorializações.

## **1.2 A gestão territorial**

Segundo Sanches (apud DA SILVA, 1993), há três elementos primordiais que ligam as relações de poder ao território. Inicialmente, há a necessidade de que a estrutura social permita sua reprodução, promovendo uma afinidade entre o poder estabelecido e a organização do espaço, ou seja, do território usado (SANTOS, 2001), sendo que qualquer mudança na estrutura social deve ser acompanhada pela estrutura espacial e territorial. O segundo elemento de ligação entre poder e território, ocorre pelo fato de que será o domínio do espaço por grupos sociais que impõem sua hegemonia e apropriam-se do Território, configurando-o de acordo com suas demandas. Um terceiro elemento apresenta-se pela localização de centros de gestão e decisão que deverá permitir a viabilidade e materialização da organização territorial, a fim de realizar suas intenções.

No âmbito territorial as mediações entre as mais variadas relações de poder entre a sociedade e o Território fazem-se através da Política. Através da ação e do projeto Político, verifica-se o estabelecimento de tática e estratégias

dos sujeitos históricos e sociais frente aos demais membros da sociedade, objetivando a realização de suas necessidades. De acordo com Da SILVA (1993), a Política estrutura-se como pressuposto para a gestão do poder da sociedade e do espaço.

Nesse sentido a Política manifesta-se do conflito e torna-se instrumento de controle e articulação das divergências sociais, construtoras de regras e procedimentos para os agrupamentos sociais (DA SILVA, 1993), compondo, estruturalmente, divergências e antagonismos em que o bloco de poder dominante busca incessantemente reproduzir sua hegemonia territorial sobre outras frações de Classe. A Política em uma acepção estritamente territorial exige apropriação e controle do território, uma dada forma de gestão. Na economia faz-se imperioso um processo de intervenção, almejando a maximização do aproveitamento dos recursos disponíveis. Nesta relação, emergem as políticas de localização das atividades produtivas entre outras.

Na compreensão de Corrêa (1988), a gestão territorial elabora-se como gestão das diferenças existentes no território, procurando um controle sob a organização espacial, efetivando a produção e reprodução diferenciada do espaço, permitindo, assim, a realização da acumulação em uma dada correlação de forças. Davidovich (1988) propõe a gestão territorial como uma prática de poder através de formas administrativas autônomas. Na visão dessa autora, a ação territorial leva a conflitos em diversas esferas do poder que tentam consolidar o domínio territorial pela territorialidade da ação. Afirma, ainda, que a ação dos sujeitos sociais resulta em segregação na medida que há a definição de uma base territorial específica. Discordamos da apresentação de uma suposta tendência a reforçar o princípio do local no exercício do poder em frações territorializadas do espaço nacional. Para

Becker (1988), a gestão do território define-se pelas estratégias de cunho científicos e tecnológicos do poder diante da relação espaço e tempo.

Da Silva (1993), ao analisar as obras dos autores citados, observa que o conceito de gestão do território envolve os seguintes elementos:

- Controle da organização espacial em diversas escalas.
- Absorção dos conflitos entre as diversas esferas do poder.
- Definição de estratégia econômica que maximize o aproveitamento dos recursos existentes.

Na esfera do estado nacional, caberia a administração pública a gestão dos recursos e a elaboração e execução de políticas territoriais. Na tentativa de otimizar o processo de acumulação existente, o estado brasileiro desenvolveu estratégias visando organizar o sistema produtivo. A territorialização dessas estratégias levou a captura e incorporação de regiões não hegemônicas pelo Capital.

### **1.3 A captura das terras goianas: Os Planos de Desenvolvimento Regionais como estratégias da territorialização do Capital**

Durante o século XX, os esforços de incorporação das terras goianas à eficiência produtiva do Capital nacional e internacional, ocorreram de forma mais intensa, a partir da década de 1930 (COSTA, 1987). O plano “Atílio Correa Lima” para a nova capital; a Comissão de Estradas e Rodagens em 1946 (mais tarde transformada em Departamento de Estradas e Rodagens – DER-GO); no Governo Coimbra Bueno (1948-50), o Plano de Colonização de Terras Devolutas, destacando-

se, ainda, a constituição de importantes Instituições como a Escola Técnica Federal de Goiás; o Serviço Nacional da Indústria – SENAI -; a faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; a Escola de Engenharia além de um conjunto de medidas em forma de lei que facilitava a vinda de empresas para a região podem ser compreendidas como medidas estratégicas que compõem uma intervenção territorial. Estas iniciativas são contextualizadas pelas transformações políticas e econômicas deste período, desencadeando profundas transformações na estrutura produtiva do estado embasado na chamada “Marcha para o Oeste”, aliada à mudança da capital e a construção de Goiânia.

Já na década de 1950, a construção de Brasília impulsionou expressivos investimentos, levando a ação conjunta dos governos federal e estadual na perspectiva de suprir as demandas apresentadas (transporte, energia elétrica etc.). Iniciam-se, neste momento, os planos intersetoriais de desenvolvimento econômico. A implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, contribuiu decisivamente para o financiamento da modernização das técnicas agrícolas em Goiás, com expressivas repercussões na configuração territorial do estado.

A década de 1960 foi particularmente marcante para a história do Planejamento Regional em Goiás devido ao lançamento, em 1961, durante o Governo de Mauro Borges, do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás. Considerado extremamente avançado para a época, o Plano MB, iniciou à prática de vinculação do orçamento do estado a um planejamento estratégico visando o desenvolvimento. O Plano MB rompe com o costume anterior em que a dotação orçamentária estava centrada na compra, sendo que, no método apresentado por Mauro Borges, o central era o investimento necessário para elevar a participação da economia goiana no contexto nacional, concentrando recurso em obras prioritariamente estruturais como

estradas, energia elétrica, saneamento básico, educação e saúde. Propunha ainda a conjugação das ações estaduais e federais, potencializando, assim, o desenvolvimento. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, foi o primeiro esforço organizado pelo executivo estadual no sentido de ampliar a inserção do estado na economia nacional.

No âmbito do governo Federal, foi criada, em 1965, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, como órgão de fomento da Amazônia Legal, que incorporava o norte de Goiás, acima do paralelo 13 (hoje estado do Tocantins). Este órgão destinou parte expressiva de seus recursos à estrutura de transportes (parte da rodovia Belém – Brasília). Nos projetos da SUDAM ficou evidenciado a preferência a grande propriedade agropecuária, pois, o tamanho médio das propriedades era de cerca de 21mil hectares (GALINDO e SANTOS, 1989). No ano de 1967, a Comissão de Desenvolvimento do Centro Oeste foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, como forma de ampliar as intervenções da extinta Fundação Brasil Central (F.B.C.), que atuou basicamente na infra-estrutura de transportes. A SUDECO objetivava coordenar o desenvolvimento em bases regionais no Centro Oeste, sendo articuladoras das políticas elaboradas nas instâncias federal, estadual e municipal, através das diretrizes estabelecidas pelo governo federal.

Diferentemente da SUDENE e da SUDAM, a SUDECO não dispunha de autonomia para gerir incentivos fiscais para a região, ficando, assim, dependente de recursos provenientes da União. No período de 1968 a 1970, no que tange as políticas locais, elaborou-se o Plano de Ação do Governo Otávio Lage, com o objetivo de acelerar o embrionário processo de industrialização do estado, elevar a arrecadação e ampliar a renda interna. Segundo Costa (1987) a capacidade do

governo de Otávio Lage de Implementar os objetivos citados foi extremamente reduzido, pois os recursos orçamentários estavam assim comprometidos: funções da administração 31.2%; educação e cultura 19.7%; transporte 9,8%; defesa nacional e segurança 9,7%; assistência e previdência 8%; perfazendo um total de 78.4%. O desenvolvimento regional (4.7%), agropecuária (2%), comunicação (1%), indústria comercio e serviços (0.9%) obtiveram inexpressivas participações orçamentárias.

Durante toda a década de 1970, os governadores goianos buscaram compatibilizar sua plataforma política com os programas de desenvolvimentos regionais elaborados pelos militares e efetivados pelos sucessivos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND). A fronteira agrícola goiana tornou-se importante pólo produtor de alimentos, ampliando a integração territorial local com o processo econômico pautado pela dinâmica nacional e internacional. Nessa década, o estado autoritário militar dirigiu expressivos recursos na tentativa de elevar a produção para a exportação, construindo ou aperfeiçoando a infra-estrutura para o escoamento de mercadorias, induzindo o crescimento econômico para a periferia da nação (CANO, 1998).

No governo de Leonino Caiado (1971 – 1974), forjou-se o plano “Ação do Governo do Estado”, também com o objetivo de aprimorar a economia goiana, aumentando a participação relativa na economia nacional. Neste sentido, Goiás deveria experimentar uma elevadíssima taxa de crescimento, compatível com o cenário brasileiro que experimentava o chamado “Milagre brasileiro” com as maiores taxas de crescimento econômico do mundo. A idéia contida no plano visava diminuir o desemprego, ampliar a ação distributiva do estado através de programas sociais e elevação do nível de investimento. Para tanto, foram criadas várias leis que estimulariam a industria através de mecanismos de isenção fiscal e de

implementação de infra-estrutura básica. Neste esforço, destaca-se a lei estadual 7.776 de novembro de 1973, que cria a Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIAS – INDUSTRIAL, responsável pela efetivação e administração dos Distritos Industriais de Goiás, com relevância para o Distrito Agro-industrial de Anápolis (DAIA).

A dotação orçamentária do Governo de Leonino Caiado apresentou redução nos gastos com funções administrativas (21.6%); assistência e previdência (4.8%); defesa nacional e segurança (6.9%). Devido a estas reduções pode-se aumentar consideravelmente os gastos com transporte (18.9%); desenvolvimento regional (6.4%) e agropecuária (4.4%).

Neste início de década, o governo federal aplica o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), caracterizado por uma significativa mudança no entendimento de “Desenvolvimento Regional” e de “Gestão do Território”. Durante os anos de 1970, as políticas regionais aplicadas no Brasil foram profundamente influenciadas pelas análises elaboradas por Françoise Perroux. Este autor propõe um vínculo analítico entre o Estado, a grande empresa e o Território através da Teoria dos Pólos de Crescimento. Na perspectiva de Perroux, o crescimento econômico não se apresenta uniformemente por todo o espaço nacional, mas em determinadas localidades. O pólo de crescimento expande sua influência por toda a economia. Para esse autor, o desenvolvimento é consequência dos desequilíbrios provocados por tais pólos. Da Silva (1993), analisando Perroux, afirma que o crescimento econômico aparece em áreas privilegiadas, possuidoras de indústrias motrizes alavancadoras da modernização e do crescimento econômico, que passariam a utilizar matérias primas, mão-de-obra e produção de diversos produtos, atraindo a presença de novas indústrias.

Estas atividades impulsionariam o fornecimento de insumos agropecuários dinamizando suas localidades bem como o setor terciário. Neste processo, surgiria o Complexo Industrial, caracterizado pela aglomeração industrial e a existência de uma indústria motriz com relação não concorrencial, mas de complementaridade das indústrias presentes no complexo, beneficiando as áreas por elas polarizadas. Levando em consideração que os pólos de crescimento ocasionaria disparidades regionais, caberia ao estado o papel de evitar o desnivelamento das condições sociais e econômicas entre as regiões, subordinando as políticas regionais às questões deparadas nacionalmente, identificando os pólos de crescimento erguidos no território nacional, compatíveis com as forças motrizes da economia mundial.

E importante evidenciar que na dimensão analítica apresentada por Perroux, O espaço econômico nacional não corresponde ao território nacional, mas ao domínio e a abrangência dos planos delineados pelos governos e pelos indivíduos.

Fundamentado pelas idéias de Perroux, o estado brasileiro buscou adequar a estrutura territorial da nação a uma proposta de industrialização através dos pólos de desenvolvimento. O enfrentamento das desigualdades regionais concebido pelo planejamento regional perde terreno e o mesmo passa a ser ocupado pelas estratégias de integração nacional.

No contexto do I PND, consideráveis recursos foram dirigidos a Goiás. Em 1973, a SUDECO cria o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste (PLADESCO), que, ao modelo da SUDAM (SILVA, 2002), não apresentou um modelo de regionalização, mas apenas metas a serem atingidas ao longo do tempo, entre as quais podemos destacar:

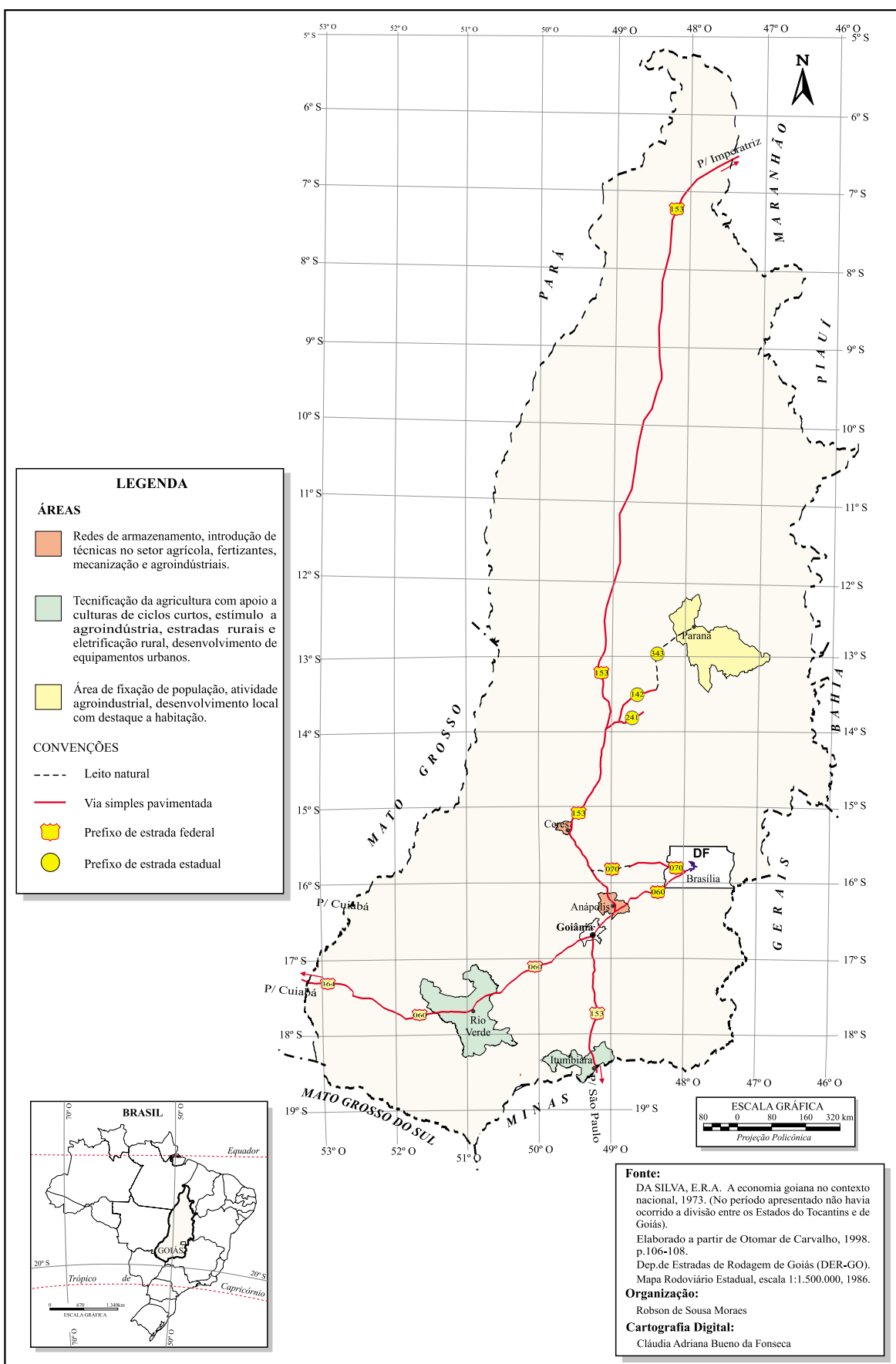
- Elevar a participação do setor industrial na composição do PIB regional, de 5.5% para 10%.

- Elevar o Coeficiente médio da utilização da força de trabalho para 50%.
- Elevar o índice de abastecimento de água para a população de 22% para 80%.
- Elevar as ligações domiciliares ao sistema de esgoto de 18% para 50%
- Atingir um mínimo de 60% da população com renda per cápita igual ou superior a renda nacional.

O PLADESCO procurava conciliar seus objetivos com os interesses nacionais, incorporando novas áreas de produção, desenvolvendo o meio urbano e a agroindústria. Sua intervenção em Goiás deu-se nas cidades de Ceres e Anápolis, Rio Verde e Itumbiara, além da cidade de Paranã (Mapa 1). Ceres e Anápolis foram incluídas por serem parte do espaço geoeconômico sob a influência da capital federal, que tendo em vista a infra-estrutura de transporte, teve sua programação voltada para a exportação (SILVA, 2002). Já as cidades de Rio Verde e Itumbiara foram selecionadas a partir da existência de férteis solos e empresariado dinâmico, além de sua proximidade com o centro-sul e pela disposição para atividades exportadoras. Paranã foi selecionada como área de fixação de população, localizada ao sul do atual estado do Tocantins, participando da programação com a intenção de conter o fluxo migratório para o entorno de Brasília, objetivando suprir o desemprego na região.

No Governo de Irapuan Costa Junior (1975 – 1978), confeccionou-se o plano intitulado “Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo”. Este plano apresentava como principal proposta o desenvolvimento social. Para alcançar sua meta, esse governo priorizou as ações no crescimento acelerado e contínuo da economia do estado. Entre os objetivos elencados pelo governo Irapuan, destacam-se: um

**Mapa 1:** Área de Intervenção do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1973).



equilíbrio da renda entre os setores da economia goiana; o crescimento ordenado entre as regiões do estado. Para atingir tais objetivos, buscava-se maior participação do setor industrial na composição da renda interna através do estímulo a ampliação do Capital fixo do setor privado, com conseqüente aumento da capacidade produtiva da “empresa goiana”. Ao mesmo tempo, este plano visava ampliar a produção e a produtividade do setor agropecuário em conjunto com uma maior integração do setor comercial com o mercado interno e externo.

Para dar suporte a essas metas o governo Irapuan empreendeu significativos esforços para suprir a demanda por energia elétrica. No governo Irapuan, foi instituído pela Lei nº 7.994 de novembro de 1975 o Sistema de Incentivos a Industrialização de Goiás – SIN, regulamentado pelo Decreto 959 de julho de 1976. Esta lei previa a participação do estado no Capital social das empresas, fomento às empresas industriais, treinamento e qualificação da mão de obra e obrigatoriedade de colocação nas indústrias beneficiadas de estagiários de nível superior. Em abril de 1976, foi sancionada, ainda, a lei nº 8.062 que institui o Banco de Desenvolvimento de Goiás – BD. Neste período implantam-se os Distritos Agroindustriais de Goiás, sendo o primeiro em Anápolis em 1976 e o de Itumbiara em 1978.

Em seu orçamento, o governo Irapuan elevou novamente o dispêndio com funções administrativas (30.9%); aparece o item energia e recursos minerais (6.3%); com diminuição de recursos para educação e cultura (14.2%); desenvolvimento regional (8.4%); defesa nacional e segurança (5.4%); transportes (17.5%).

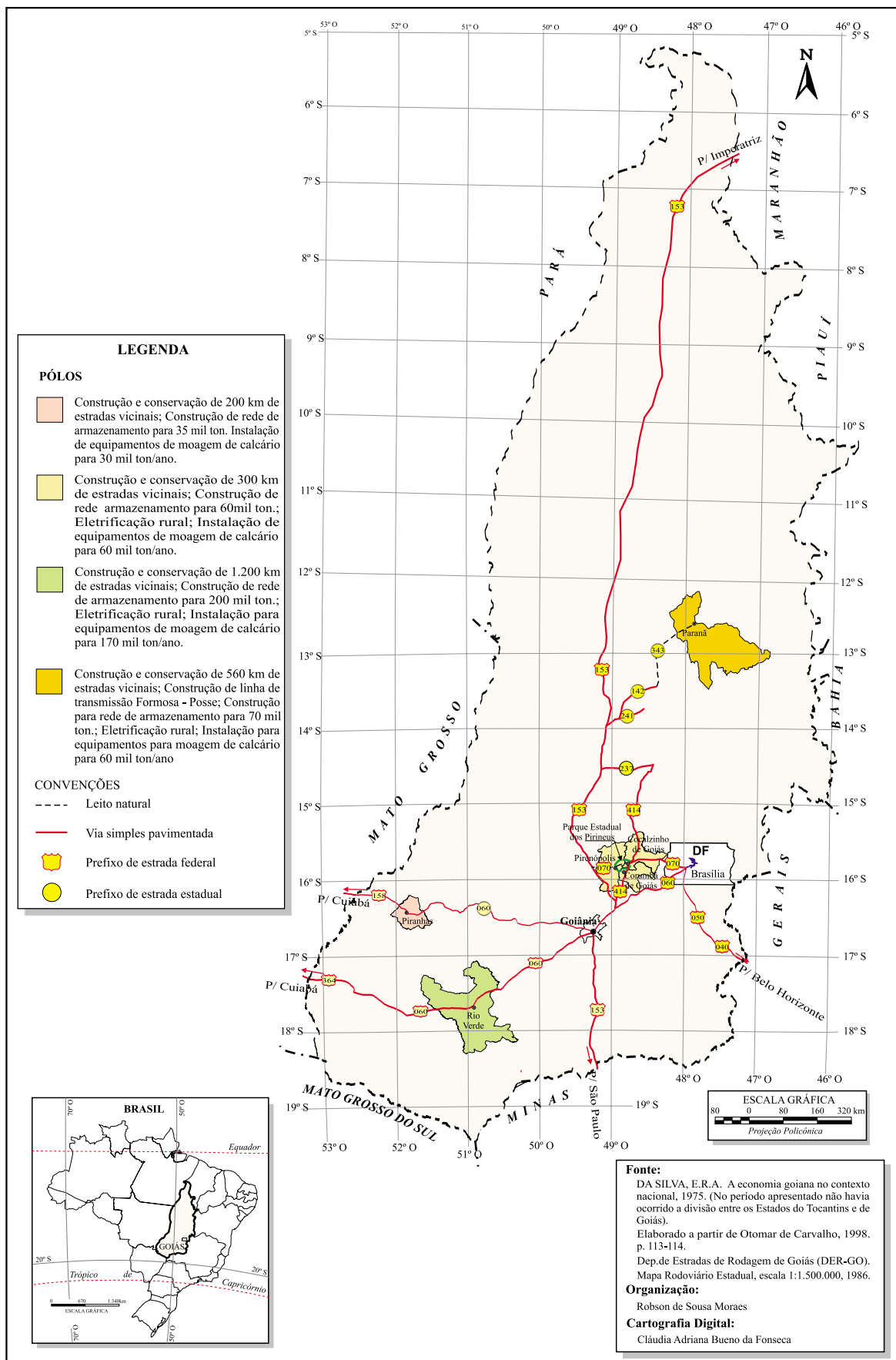
No ano de 1975, entra em vigor o II PND (1975 – 1979), contendo o “Programa da Ação do Governo para a Região Centro Oeste”. Nesse cenário cresce a importância da região no contexto nacional, com ampliação de sua participação relativa na produção nacional de alimentos. Desta forma, Goiás foi visto como

alternativa para o processo de desconcentração industrial. Para o Centro Oeste, definiram-se as funções de produção de alimentos e de fornecimento de matérias prima, principalmente, de origem mineral voltada para exportação. As metas já previstas no PLADESCO foram mantidas criando os Programas Especiais de Desenvolvimento Regionais (POLOAMAZONIA; POLOCENTRO; PERGEB; PRODEPLAN e PRODEGRAN). O Programa de Desenvolvimento do Cerrado, concebido para estimular as empresas agrícolas tecnificada, tinha como objetivo incorporar 3 milhões de hectares de cerrado a agropecuária. Este Programa teve como principais diretrizes, de acordo com Silva (2002):

- Pesquisa e experimentação agropecuária a cargo da ENBRAPA, Universidades e outras entidades especializadas.
- Promoção e extensão agropecuária, por intermédios de apoio a organismos estaduais e disponibilidade de credito, principalmente a projetos integrados.
- Estímulos a projetos de florestamento/reflorestamento beneficiários de estímulos fiscais setoriais.
- Estradas vicinais.
- Implantação de sistema de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas.
- Regularização fundiária.

A Mapa 2 demonstra os Pólos apontados por esse Programa no estado, identificando seus principais objetivos. Entre os projetos aprovados pelo POLOCENTRO, o maior número (38.1%) foi destinado ao estado de Goiás. De acordo com Salim (1986), o POLOCENTRO até o ano de 1978 havia realizado,

**Mapa 2:** Área de Intervenção do Polocentro - Estado de Goiás (1975).



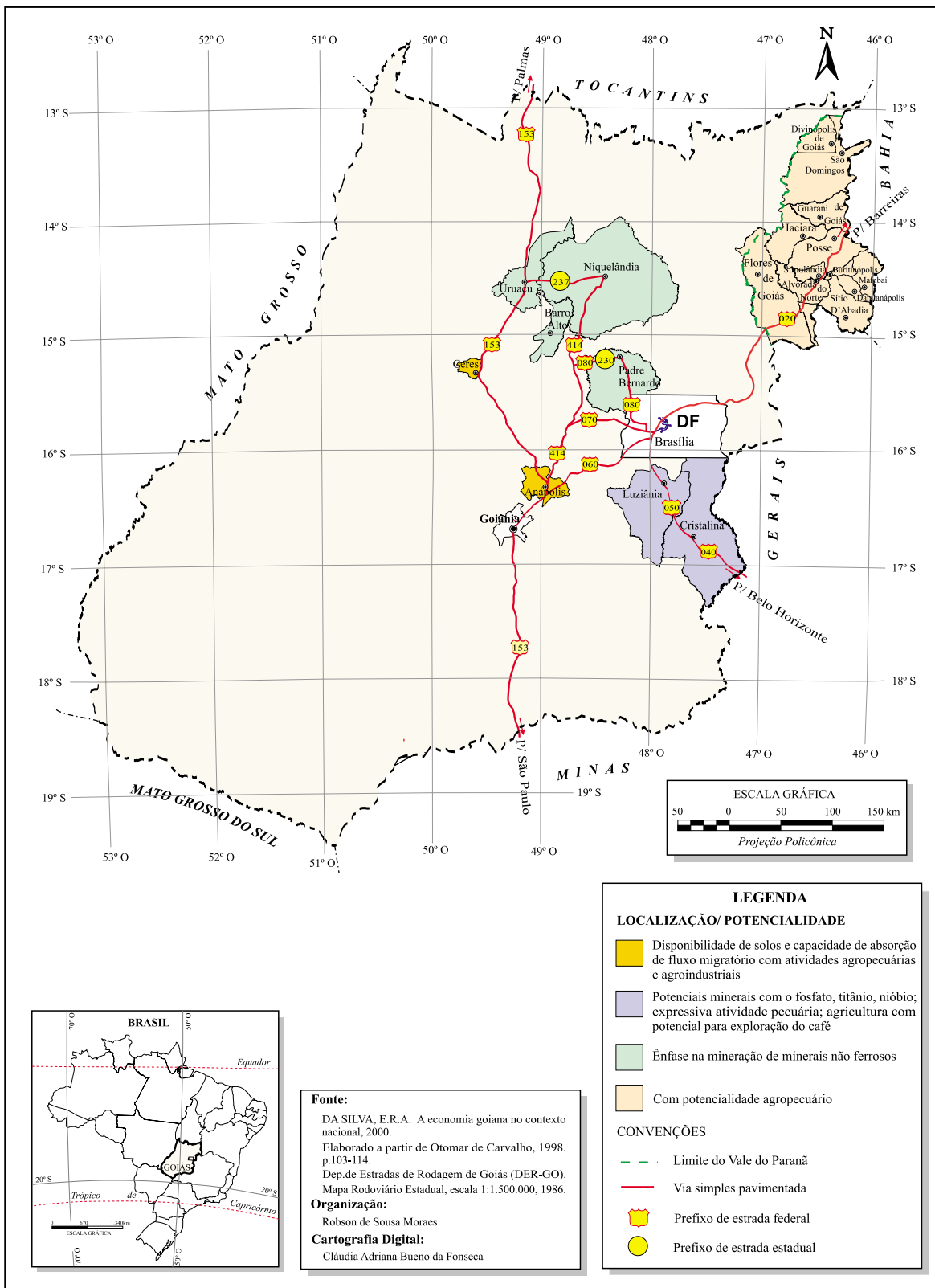
praticamente, todas as metas programadas, chegando a superar as estimativas em infra-estrutura física. Para Otomar e Carvalho, parte das intenções anunciadas nunca chegou a ser realizada, tal como a criação de novos empregos.

Com o POLOCENTRO, a agricultura goiana, através dos mecanismos criados pelo estado, ampliou sua inserção no processo de acumulação capitalista pela chamada “Modernização Conservadora”, contribuindo de forma expressiva para a alteração da estrutura econômica e social do estado a qual analisaremos posteriormente. Vale apontar, ainda, que as condições de financiamento oferecidas neste Programa eram extremamente atrativas, chegando a ser mais interessante que o Crédito Rural. Os investimentos tinham prazo de até 12 anos com mais seis anos de carência, com juros de 0 a 14% a.a em um contexto de elevadíssima inflação, não havendo correção monetária de débitos e o financiamento poderia variar, de acordo com o Projeto de 75% a 100%.

O PERGEB, Programa Especial da Região Geoeconômica da Brasília, criado com a intenção de integrar a região do entorno, ao processo de desenvolvimento regional e nacional, procurava condições para absorver os fluxos migratórios em direção a Capital Federal, tendo suas áreas selecionadas e aproveitadas de acordo com o disposto na Mapa 3. Os investimentos do PERGEB concentraram-se em saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia, comunicação, além de estudos de oportunidades de investimento abrangendo o setor produtivo rural e agroindustrial.

O PERGEB tentou dinamizar a economia do entorno do DF, embora Brasília continuasse a receber levas de migrantes. Este Programa consolidou o eixo Ceres – Anápolis, vinculado a Goiânia como importante entreposto comercial, principalmente, em direção a região norte.

Mapa 3: Área de Intervenção do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília.



### 1.3 A captura das terras goianas: Os impactos sócio – econômicos

O conjunto de intervenções políticas, formuladas pelas classes dirigentes e implementadas sob o manto de políticas públicas pelo estado, alterou estruturalmente as características das terras dos goyazes.

O fenômeno, que originou a chamada “Modernização Agrícola” em Goiás, teve sua origem nos próprios impasses encontrados no cenário econômico nacional, que havia, desde a década de 1960, completado seus esforços de construir uma indústria de base. Através de iniciativas governamentais, Goiás foi incorporado como local privilegiado para o desafogo da produção (ESTEVAN, 2000). O aparato estatal ofereceu condições excepcionais para a industrialização da agricultura e da pecuária. Para Estevan (2000), não foi a agricultura goiana que se industrializou em função de suas próprias demandas, mas sim a indústria paulista que, por razões de sua expansão, orientou a industrialização da agricultura goiana. Um claro demonstrativo desta importação de demandas e necessidades são as conseqüências sociais internas. Verifica-se que, quanto mais crescia o PIB, mais se agravavam e multiplicavam os problemas econômicos e sociais.

O modelo econômico adotado, neste período, pelos grupos que controlavam a máquina do estado em Goiás privilegiava as culturas de exportação, que quanto mais cresciam, aumentava a dependência por adubos, agrotóxicos, maquinários e implementos oriundos do sudeste da nação. Quanto mais se sofisticou a produção leiteira e bovina, mais dependente ficaram de laboratórios e de tecnologias.

O Produto Interno Bruto goiano cresceu astronomicamente neste período, sendo que o setor secundário que participava com 8.7% na composição do PIB local em 1970, elevou-se para 21.7% em 1980. Conforme o Censo Industrial do

estado de Goiás, no ano de 1960, a indústria de produtos alimentares representava 40.7% das empresas industriais, seguidos por produtos minerais não metálicos com 22.7%; madeira com 10.9%; mobiliário com 7.1% e vestuário, calçados e artefatos de tecidos com 6.9%. Ainda, neste período, observa-se que a embrionária indústria goiana já se concentrava na agroindústria.

Na década de 1970, o número de estabelecimentos saltou de 1623 para 4351 com pouca alteração nos gêneros produzidos a exceção de vestuário, calçados e artefatos de tecidos que tiveram as cotas reduzidas a 3.3%. O ramo de metalurgia cresceu enormemente de 25 para 109 estabelecimentos. Na metade da década de 1970, o estado contava com 5978 estabelecimentos do tipo industrial com pouca diversificação da produção, com diminuição da participação relativa das indústrias alimentares que na década de 1960, representavam 63.8% do total do valor da transformação industrial, reduzindo sua participação para 52.6% no início dos anos de 1970. Na metade deste decênio, a indústria de alimentos reduziu mais ainda sua participação contando, com 37.8%. Devido a demanda gerada pela produção de alimentos e rações, o setor de metalurgia apresentou elevação de 76%, passando a representar 3.2% do valor da transformação industrial no estado.

Na década de 1980, o número de estabelecimentos alcançava 8.113 estabelecimentos, sendo que destes 5710 eram urbanos e 2403 rurais. Entre as décadas de 1970 e 1980 este número cresceu 86.5%. A indústria de produtos alimentares continuava em queda, mas representando parte significativa da indústria goiana com 32.9% (destes, 68.1% dedicam-se ao beneficiamento de café cereais e produtos afins e 19% derivam da fabricação de produtos de padarias e confeitarias), acompanhada por minerais não metálicos com 27% (deste total 71% representam a

fabricação de telhas, tijolos, lajotas e cerâmicas em geral), madeira com 14.5% (81.5 eram serrarias), mobiliário 7.5% (87.2% se dedicam ao fábriço de móveis de madeira, junco e vime), metalurgia 3.9% (77.5% eram serralharias), e vestuário, calçados e artefatos de tecidos com 3% (50.6 eram de fabricação de calçados e 39.5 fabricam roupas e agasalhos).

O desenvolvimento da capacidade produtiva do estado aumentou a demanda por energia elétrica, que apresentou elevados índices de crescimento, sendo que sua procura superava em 30% o ritmo da economia. O setor de telecomunicações, que em 1974 possuía, segundo Silva (2002), 292.796 terminais fixos instalados expande-se com a estatização do sistema e a criação da Telegoiás, como parte do sistema Telebrás criada em 1972. Em 1975, o número de telefones fixos instalados alcança a marca de 401.622. O sistema DDD (Discagem direta a Distancia), atingiu 42 municípios, propiciando maior integração do estado ao sistema nacional orientado pela dinâmica industrial. O setor terciário apresentou diminuição na composição do PIB, sendo representado por 57.6% na década de 1970 e reduzido a 50.3% na década de 1980. A composição deste agregado macroeconômico sofreu alteração ao longo do decênio, pois, comércio, aluguéis e governo, que em 1970 representavam, respectivamente 31.2%; 20.7% e 14.6%, na década de 1980, passou a representar 26.7%; 15.4% e 11.5%. Ainda no setor terciário, transportes, comunicação, intermediários financeiros e outros serviços elevaram suas participações de 8.0%; 9.5% e 16%, para 11.9%;15.4% e 24.9% respectivamente.

O setor primário experimento no período analisado os efeitos da mecanização adotada desde a década de 1960. As culturas tradicionais que apresentaram crescimento de áreas plantadas nas décadas de 1950 e 1960 demonstram enormes

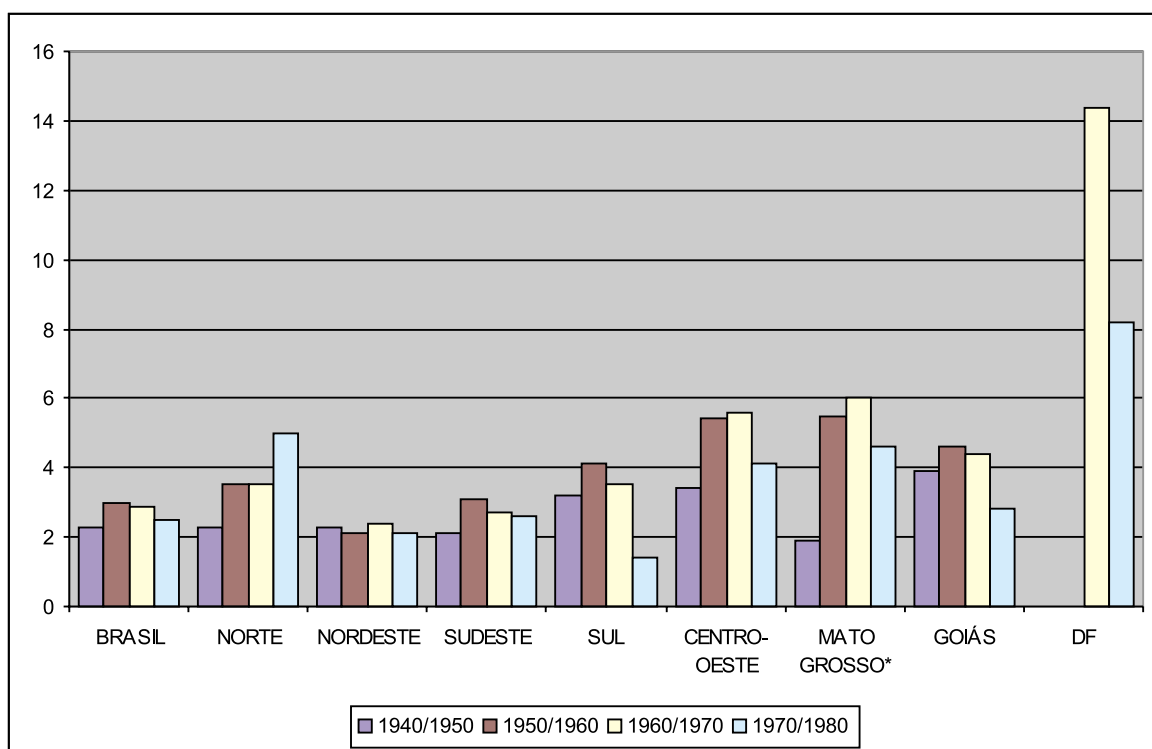
variações. Importante apontar que arroz, feijão e mandioca são culturas domésticas com pouca importância no mercado internacional se comparado com outros cereais tais como a soja e o trigo. Em contrapartida os mecanismos criados pelo estado (Financiamento; Infra-estrutura e Pesquisa) para o setor, ofereceram condições para que as chamadas culturas modernas fossem adaptadas às condições existentes na região. O milho híbrido e a soja são os exemplos maiores. Ao final dos anos de 1970, apoiados pela política de exportação do governo federal essas duas culturas encontram amplo mercado internacional, que passou inclusive a regular seus preços (commodity). Em contraste com as culturas tradicionais o milho e a soja apresentam aumento na área plantada durante esse período.

A pecuária apresenta neste decênio um bom desempenho. A bovinocultura elevou seu rebanho de 6,3 milhões de cabeça, na década de 1960, para 16.4 milhões no início dos anos de 1980 (variação de 158.7%). No período de 1970 – 1980, o crescimento foi de 86.6%, passando de 8.8 milhões, para 16.4 milhões. O aparecimento de uma produção bovina modernizada recebeu fortes incentivos que propiciou seu desenvolvimento. Entre os Programas, podemos destacar o Conselho de desenvolvimento de Pecuária de Corte (Condep), com financiamento internacional (BID e BIRD) e o programa nacional de Pecuária.

Santos (1993), avaliando o processo de urbanização brasileira, afirma que a região Centro Oeste representava uma espécie de vazio, ausente de condições que lhe permitisse (dinamicidade e infra-estrutura) que lhe permitisse a inserção em uma economia moderna. A visão apresentada pelo autor não contempla a histórica formação de pungentes núcleos urbanos, oriundos da atividade mineradora. Mesmo que dispersa e descontínua, a existência destes núcleos urbanos na região afasta a idéia de vazio demográfico defendida por Santos.

Segundo o IBGE, o estado de Goiás, em 1940, continha 826.4 mil habitantes, alcançando 3,9 milhões em 1980; (Gráfico 1) o que indica um intenso movimento migratório, tornando o estado um receptor populacional.

**Gráfico 1:** Taxa média de crescimento anual da população, segundo as grandes Regiões e unidades Federativas do Centro-Oeste (1940-1980).

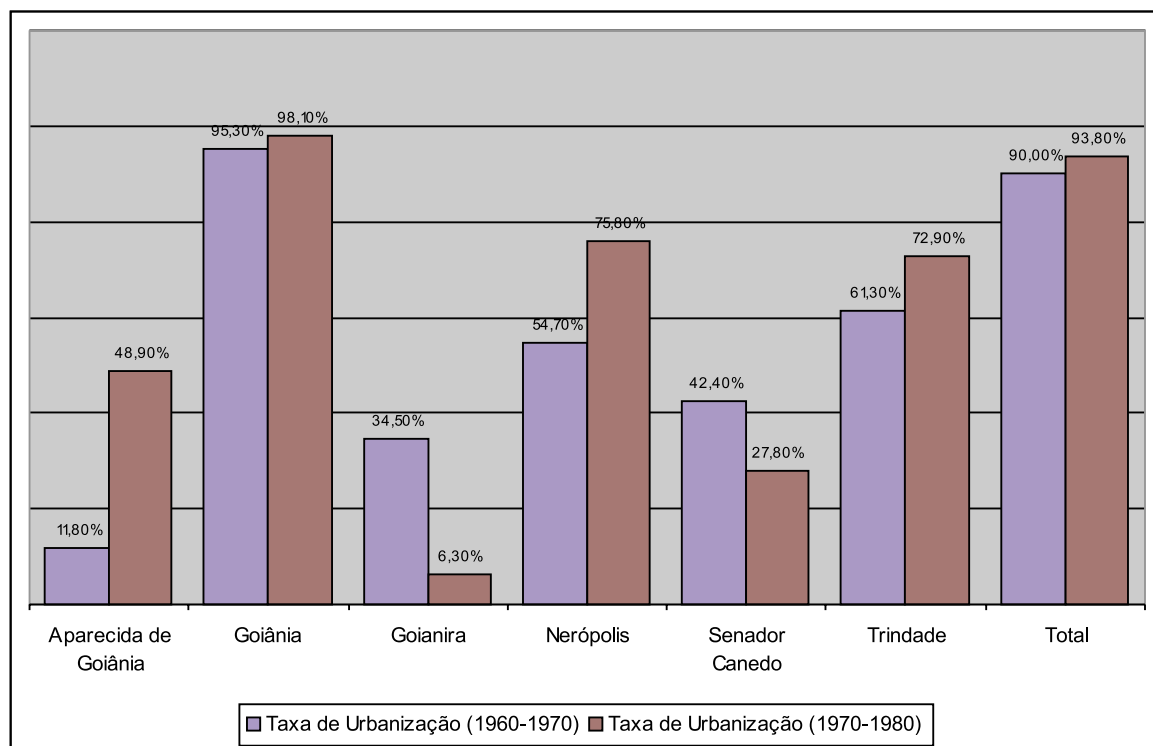


**Fonte:** Elaborado a partir dos dados apresentados em SILVA, 2002.

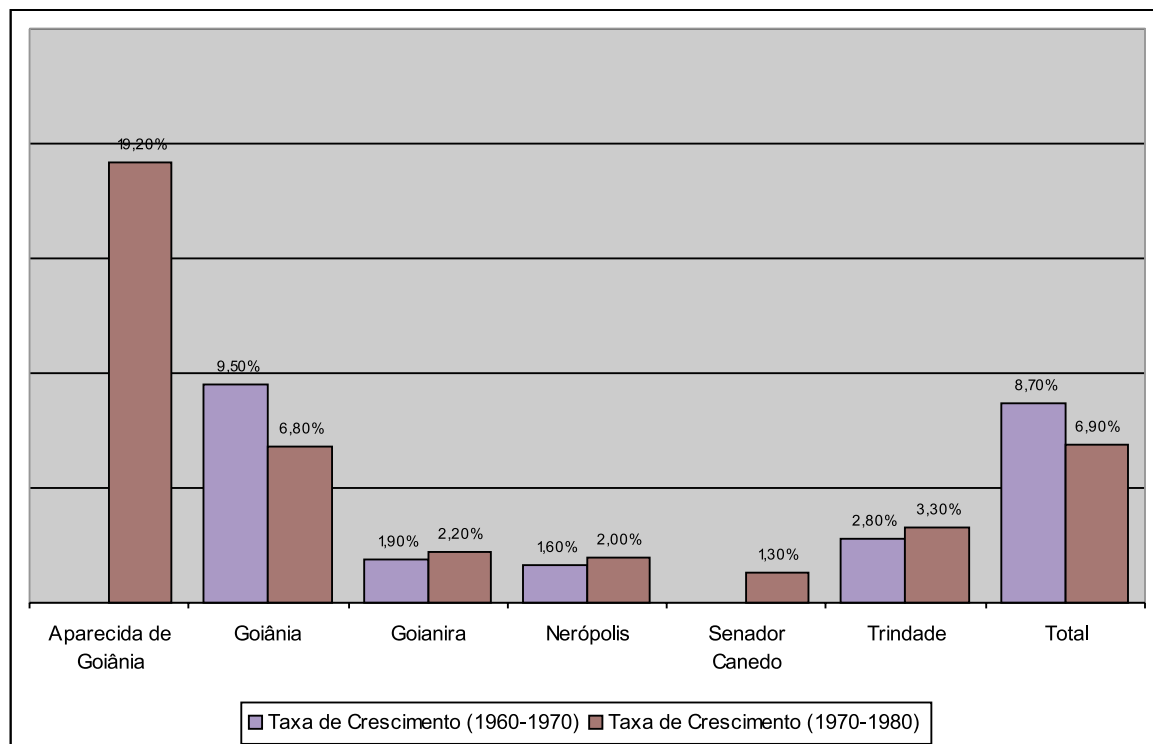
Com expressivo crescimento populacional, o estado de Goiás vivenciou ainda, neste período, uma significativa urbanização fortemente influenciada pela implantação de uma racionalidade técnica de mercado no campo. Se, na década de 1940, a população goiana encontrava-se no meio rural (82,8%), há um maciço deslocamento para os centros urbanos, chegando aos anos de 1980 com 62,2% de sua população vivendo no meio urbano. Este fenômeno foi ainda mais expressivo no Aglomerado Urbano de Goiânia (Classificação utilizada pela pesquisa do IPEA/

IBGE em 1999, considerando os municípios de Goiânia; Aparecida de Goiânia; Goianira; Nerópolis; Senador Canedo e Trindade) na década de 1940, apenas 7,8% da população goiana vivia nesta região, com predominância da população rural (72,1%). Sob a influência da construção da nova Capital Federal aliada a maior integração com o eixo dinâmico da economia da nação, a população do AUG cresceu a taxas medias anuais de 9,7%, acompanhada por forte processo de urbanização, que alcançou 78,3%.

Com o crescimento da economia goiana no contexto nacional e refletindo o modelo econômico adotado, na década de 1960, as taxas de crescimento mantiveram-se elevadas (8,7%), com grande parte da população já residindo no meio urbano (90%). Durante os anos de 1970, os investimentos realizados impulsionaram a manutenção de elevadas taxas de crescimento (6,9%), destacando-se a fixação de parcela da população de baixa renda aos arredores do município de Goiânia, principalmente em Aparecida de Goiânia. No princípio da década de 1980, aproximadamente 94% da população residente no AUG estavam urbanizadas e apenas o município de senador Canedo apresentava baixa taxa de urbanização. Se na década de 1970 o Aglomerado Urbano de Goiânia continha 14,6% da população do estado, estes números, nos anos de 1980, tinham se ampliado para 21,6% dos residentes em Goiás. Os Gráficos 2 e 3 demonstram a evolução das taxas de crescimento populacional e o desenvolvimento do processo de urbanismo no período abordado.

**Gráfico 2:** Aglomerado de Goiânia: população, taxa de urbanização (1970-1980).

Fonte: IPEA / IBGE, 1999.

**Gráfico 3:** Aglomerado de Goiânia: população, taxa de crescimento (1970-1980).

Fonte: IPEA / IBGE, 1999.

#### **1.4 A captura das terras goianas: o período de transição**

A análise do desempenho do PIB goiano, neste decênio, oferece uma relativa dificuldade, pois, em 1985, os dados da economia do estado passaram a ser tratados quase que exclusivamente pelo IBGE, que procurava padronizar as contas regionais de modo a possibilitar comparações de caráter inter-regionais. Este procedimento praticamente levou ao abandono o levantamento e tratamento de dados por técnicos da SEPLAN (Secretaria de Planejamento), o que só foi retomado em 1999 com a adequação e compatibilidade metodológica da SEPLAN ao IBGE. Neste sentido os dados apresentados neste trabalho relativo à economia goiana no período anterior a 1985 são originados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com o IBGE, a economia local revela na segunda metade da década de 1980, uma participação relativa na economia nacional de 1,8%.

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em documento intitulado: Transformação Produtiva com Equidade: A tarefa prioritária da América Latina e Caribe no de 1990, formulou a expressão “Década Perdida” ao referir-se aos anos de 1980, evidenciando um retrocesso econômico e social no continente durante este decênio, utilizando como parâmetro unicamente o PIB por habitante. Tal entendimento reforça-se com o baixo desempenho da economia brasileira, que apresentou redução na sua taxa de crescimento em comparação com a década anterior. Discordando da posição cepalina, os anos de 1980, deparou-se com conflitos e antagonismos, que na busca de superações dos limites apresentados, absorveu, no embate de hegemonias e contra hegemonias das lutas existentes uma perspectiva de superação política, econômica, cultural e social construtora de uma ideologia largamente dominante nos dias presentes. A crise

estrutural em que o Capitalismo atravessa neste decênio será analisado no capítulo II desta dissertação.

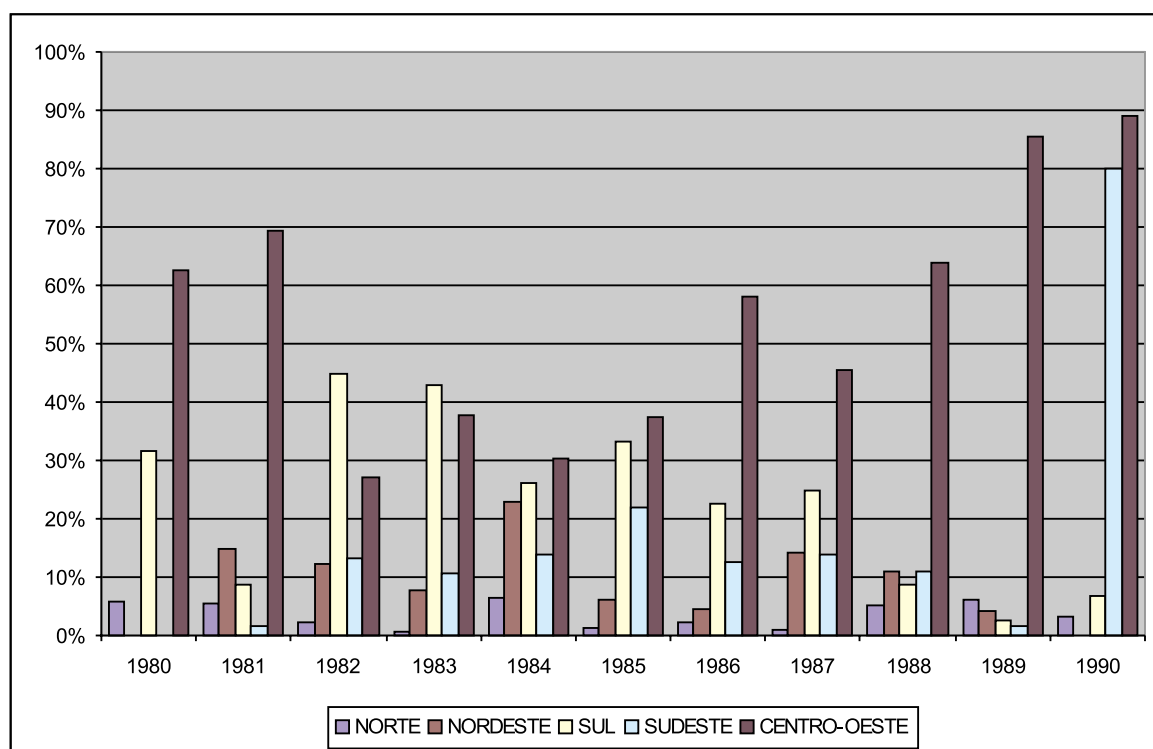
As crises fiscais, inflacionária e da dívida externa levou a uma sensível redução dos programas governamentais que caracterizaram o período anterior. No entanto, em Goiás, a dinâmica da expansão das forças produtivas, com alteração na composição orgânica do Capital, alicerçados por mecanismos amparados e sustentados pelo aparato estatal não desapareceu. Embora apresentasse redução devido à conjuntura nacional, as políticas antes geradas pelo governo central passam a ser compensadas por medidas locais.

Cardoso (1997), analisando os dados estatísticos do Sistema Nacional de Crédito Rural, evidencia a diminuição sistemática do acesso ao crédito após o ano de 1979, evidenciando que os aportes direcionados ao setor via SNCR no período de 1990 a 1995 Assemelhavam-se aos incentivos oferecidos no período de 1969 a 1971, apesar da elevação das necessidades alimentares advindo do crescimento demográfico. Os recursos provenientes do Crédito Rural apresentavam uma lógica concentracionista que favorecia a grande propriedade tornando-os altamente excludentes. Com a desarticulação dos mecanismos de financiamento, a sustentação do setor agropecuária foi transferida para outro tipo de aporte: a política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Embora já existente há algum tempo, a PGPM cumpria um papel extremamente secundarizado, elaborada para propiciar um preço piso para a atividade agrícola e evitar qualquer prejuízo para os produtores em uma situação de flutuação negativa do mercado. Seu valor era fixado antes do plantio sendo utilizado como forma de escolha da cultura a ser praticada pelo agricultor. Na segunda metade da década de 1980, o PGPM alcançou preços muito próximos ao do mercado, e o

governo federal, através da Aquisição do Governo Federal, notabilizou-se por ser grande comprador de produtos agrícolas. A AGF regula a venda de mercadorias para o governo federal com o objetivo de efetivar o PGPM. Com este mecanismo, o governo atuaria em dois flancos: de um lado impedindo a queda no nível de renda dos produtores em momentos de grande safra e, em uma situação inversa, despejaria seu estoque no mercado impedindo uma elevada alta dos preços, favorecendo assim os consumidores. Os estados da região Centro Oeste foram grandes beneficiados com o PGPM e a AGF (Gráfico 4). No entanto faz-se importante ressaltar que os produtos mais comprados pela União eram o milho e o arroz, sendo que a soja teve reduzidíssima participação, pois já se organizava em torno de cadeias produtivas e seus preços vinculados ao agronegócio.

**Gráfico 4:** Participações das Regiões nas AGF's - Valor (%).



Fonte: CNAB apud CASTRO e FONSECA, 1995.

No que tange às políticas de desenvolvimento regional no início da década de 1980, o governo de Ary Valadão elaborou o “Plano de Ação do Governo”, centrados em seus objetivos na modernização da agricultura e da pecuária, no fomento ao desenvolvimento industrial e na ordenação e promoção do desenvolvimento urbano, na ampliação dos serviços de saúde, educação e lazer, na ampliação dos programas de habitação e na implantação de programas de colonização e assentamentos. Bandeira (1999) afirma o forte compromisso desse governo com a agricultura regional apontando como ilustração os projetos “Rio Formoso”, que estimulava a produção de arroz irrigado no norte do estado (hoje Tocantins) e o Projeto de colonização “Alto Paraíso”.

Entre os anos de 1983 e 1986, durante o primeiro mandato do governo Íris Rezende, criou-se o “Plano Global de Trabalho”, que visava à continuidade do crescimento econômico, à ampliação da oferta de empregos, com redução dos níveis de pobreza e das desigualdades regionais. Neste período, foi priorizada a integração rodoviária, com aproximadamente 30% do orçamento do estado sendo destinado para o setor de transportes. A rede viária estadual foi ampliada de 1512 km para mais de 4500 km (SILVA, 2002), seu financiamento deu-se via internacional por meio do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), complementado com verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Goiás navegava na contramão da política recessiva que assolava o Brasil, causa da minimização dos Programas de Desenvolvimento em âmbito federal. Nesta quadra, o estado de Goiás presenciava um forte dispêndio orçamentário em ações de infraestrutura e fomento.

Segundo Silva (2002), em 1985 houve uma constatação por parte da SUDECO, que seus programas haviam desencadeado uma série de efeitos colaterais

relacionados à ocupação espacial e à transferência da população com reflexos econômicos, sociais e ambientais, que demandavam ações imediatas. Neste mesmo ano, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Região Centro Oeste – PDRCO, sendo que para sua execução foi criado o Programa do Centro Oeste – PROCENTRO, nos moldes do que já ocorria nas regiões Norte e Nordeste. Neste Programa, estava implícita a proposta de reestruturação da SUDECO. Para ser concretizado o PDRCO e o PROCENTRO deveriam durar cinco anos a partir de 1987, além de contar com maciço investimento federal (5,4 US\$ bilhões, somente nos três primeiros anos de existência), o que não ocorreu. A própria SUDECO foi extinta em 1990, sob o manto da reforma do estado, não havendo a menor pressão pela continuidade da mesma, pois uma das conseqüências do processo de modernização foi a não existência de uma identidade regional por parte dos grupos econômicos que atuavam na região.

A partir dos anos oitenta, o credo liberal ganhou relevância (OLIVEIRA, 1995) e o controle do déficit público assumiu papel de destaque nas políticas governamentais. O segundo choque do petróleo (1979) e o conseqüente aprofundamento da crise mundial e a suspensão dos financiamentos externos e as diretivas do Fundo Monetário Internacional – FMI - colocaram em dúvida a eficácia e a legitimidade das articulações entre as esferas de governo, bem como todo o sistema tributário nacional.

O economista Francisco de Oliveira (1995) avalia que a carga tributária brasileira havia demonstrado grande elevação desde o final da década de 1960 e permanecendo estável até 1983. A explosão inflacionária combinada com forte recessão e a perda de eficiência na arrecadação de impostos ocasionados pela prática de isenção, levaram a diminuição de recursos públicos via tributação. Esta

situação comprometia a capacidade do estado em implementar suas políticas de desenvolvimento econômico.

Na sucessão de Íris Rezende (este governo foi completado por Onofre Quinan Vice-Governador, pois o titular fora nomeado Ministro da agricultura durante o Governo de Sarney), elegeu-se Henrique Santillo (1987 – 1990). Bandeira (1999) afirma que Santillo apresentou um Plano que objetivava estabelecer uma proteção ao produtor rural através de uma política de preços mínimos regionais, o aumento do crédito para investimento, o estímulo à olericultura e a produção de sementes certificadas, o controle sanitário, a consolidação da pecuária de corte e de leite e a eletrificação rural. Em política Industrial propunha o incentivo à industrialização de insumos e produtos agropecuários no próprio estado. Se o governo de Íris Rezende obteve êxito na expansão da capacidade do estado em intervir na economia local, o mesmo não aconteceu com Santillo.

Como explicativo para o crescimento da produção agrícola no Centro Oeste no período verificado, Castro e Fonseca (1995) apontam o fato de a região ter se configurada como receptora da população em momentos anteriores ao da elevação da produção. A tecnologia aplicada tornou possíveis as culturas da soja, milho híbrido, algodão. Os baixos preços da terra e a viabilidade da prática da agricultura em grande escala na região do cerrado a baixo custo de produção completam o quadro explicativo

Com a promulgação da Constituição de 1988, surge outro importante mecanismo de financiamento: o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO. A previsão de constituir instituições de caráter financeiro, para gerir os recursos, não foi materializada na região, ficando esta tarefa a cargo do Banco do Brasil. Segundo Silva (2002), no ano de 1989, o FCO disponibilizou

aproximadamente 120,3 milhões de Reais (cifra atualizada pelo Ministério da Integração Nacional por BTN's – Bônus do Tesouro Nacional e Pela TR – taxa Referencial, a preços de março / 2001). Segundo este mesmo autor, as diretrizes do Fundo são:

- Destinação exclusiva de recursos ao setor produtivo.
- Utilização intensiva de mão de obra e matérias prima local.
- Produção de alimentos básicos para o consumo da população.
- Concessão de créditos a projetos de irrigação de pequenos e iniprodutores rurais, suas associações e cooperativas.
- Preservação do meio ambiente.
- Adoção de prazos e carências, limite de financiamento, juros e outros encargos diferenciados e favorecidos em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.
- Conjugação do credito com assistência técnica para setores tecnologicamente carentes.
- Utilização criteriosa dos recursos e adequada política de garantias com limitação das responsabilidades do credito por cliente ou grupo econômico, de forma a atender um universo maior de benefícios e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações.
- Proibição de aplicação de recursos a titulo de fundo perdido.

A programação do financiamento teria como objetivo:

- Melhoria dos padrões de produtividade e competitividade das atividades econômicas regionais, através da redução dos custos de produção e comercialização.

- Fortalecimento prioritário com áreas com comprovada capacidade de diversificação e expansão de suas atividades produtivas.
- Integração da economia regional com áreas dinâmicas do comércio nacional e internacional, em especial com os grandes blocos de comércio como o Mercosul.

Em 1989, uma resolução da SUDECO definiu a participação dos estados nos recursos do FCO, sendo que Goiás ficaria com 29%, juntamente com o Mato Grosso, seguidos por Mato Grosso do Sul 23% e Distrito Federal 19%. A recente promulgação da Constituição deu maior poder arrecadativo para estados e municípios, aumentando, desta forma a capacidade de financiar as atividades produtivas. Nesta perspectiva, um importante fenômeno a ser analisado constitui-se na chamada “Guerra Fiscal”, ou seja, a competição pura e simples entre os entes federados (estados e municípios) para atraírem empresas e investimentos. Varsano (1997) elabora uma dura crítica à prática de isenção de impostos entre os entes federados, como forma de financiamento da atividade produtiva. Segundo esse autor, na dinâmica da “guerra fiscal”, há um explícito abalo na relação de cooperação instituído no federalismo, resultando em perda se verificado o conjunto da nação. Para Varsano, o não recolhimento do tributo fiscal só teria validade no caso do uso privado destes recursos fossem socialmente superiores ao do uso público, sendo questionável neste caso a legitimidade do imposto. A “guerra fiscal”, para esse autor declarou-se como inimiga da desconcentração regional e do desenvolvimento regional. No entanto, há de se refletir que para alguns empreendimentos existiu a possibilidade de financiamento internacional regulados pelo mercado globalizado.

De maneira geral, a “guerra fiscal” ocorreu pela isenção, redução ou devolução parcial dos impostos cobrados, particularmente o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), restringindo-se, portanto, a aspectos de caráter financeiro e fiscal e de doação patrimonial. Com a conquista deste benefício, as empresas favorecidas passaram a ganhar maior competitividade, levando as demais a pressionarem seus governos municipais e estaduais a mesma prática. Cano (1988) aponta que os benefícios concedidos pela isenção, no contexto da “guerra fiscal”, comprometeriam a capacidade de priorização de investimentos, na medida que tais empreendimentos podiam exigir uma infra-estrutura compatível com sua realização.

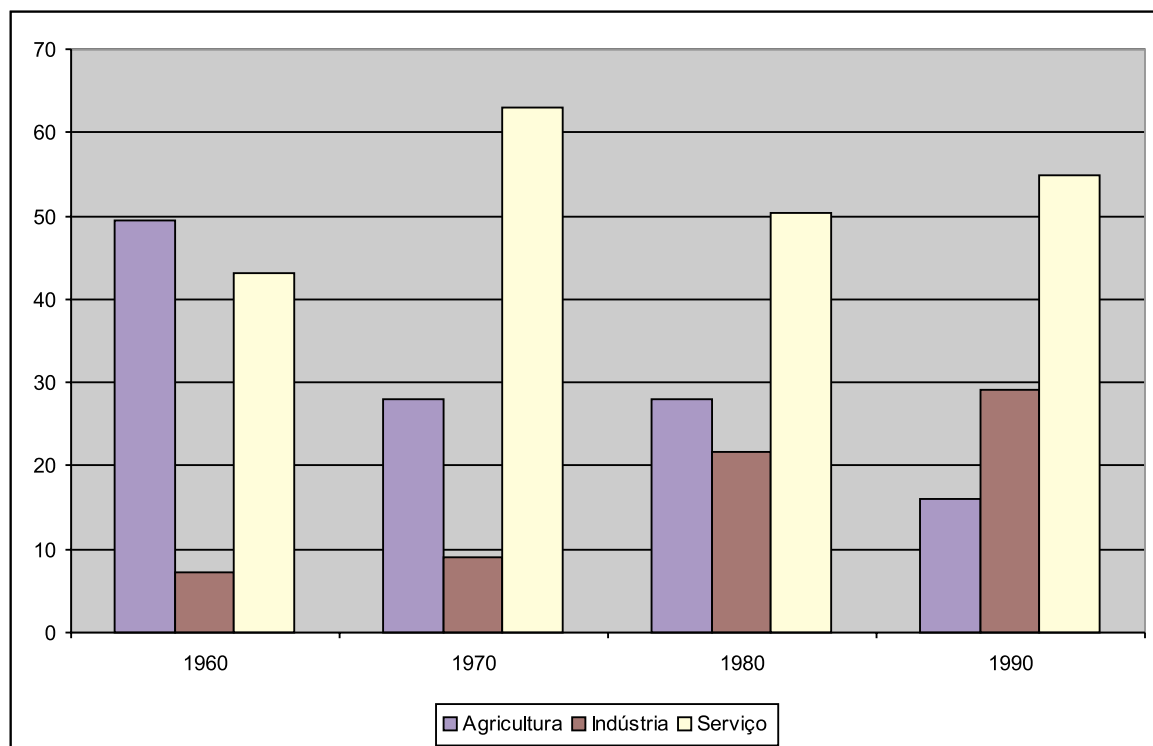
Em Goiás, ainda no contexto da “guerra fiscal”, a lei estadual nº 9.489 de julho de 1984, regulamentada pelo Decreto nº 2.453 de fevereiro de 1985, criou o Fundo de Participação e Fomento a Industrialização do Estado de Goiás; o FOMENTAR. O objetivo revelado era o de incrementar a implantação e ampliação das atividades industriais no estado, preferencialmente, no ramo da agroindústria. O FOMENTAR procurava dar suporte técnico e financeiro às micros, pequenas e médias empresas, além de estimular grandes empreendimentos que fossem percebidos como relevantes econômica e socialmente pelo seu Conselho Deliberativo. O conselho era composto pelos representantes do governo do estado (Secretário de Indústria e Comércio; Secretário do Planejamento e desenvolvimento; Secretário da Fazenda; Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Presidente do Banco do Estado de Goiás S/A) e representantes classistas (Federação das indústrias do Estado de Goiás - FIEG; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Goiás – FTIEG; Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG; Federação das Associações Comerciais

e Industriais do Estado de Goiás – FACIEG e das Organizações das Cooperativas do Estado de Goiás – OCG.

Os incentivos do FOMENTAR financiavam projetos aprovados através de empréstimos de até 70% das operações relativas ao ICMS que a empresa teria de recolher aos cofres públicos. Tais empréstimos seriam resgatados em um prazo de 5 anos, com dois anos de carência, quando iniciaria o pagamento mensal com taxa anual de 33% da variação da ORTN (Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional). No caso de implantação ou expansão industrial, o Fundo previa a venda de loteamentos localizados nos Distritos Industriais do estado; construção de infraestrutura básica; alíquota de 7% de ICMS em transações com outros estabelecimentos industriais também participantes do Fundo.

A análise do PIB goiano, durante a década de 1980, revelou que a economia goiana continuou crescendo acima da média nacional. O setor agrícola manteve sua perda de participação no cálculo geral, conforme tendência apontada nos decênios anteriores. Nesta década (1980), a agricultura era a que menos contribuía com a renda interna, participando com apenas 16% em contraste com os 49.5% apresentados nos anos de 1960. O setor industrial caminhou no sentido inverso, pois, se na década de 1960 sua contribuição era de 7.3% na renda interna do estado, essa participação aumentou consideravelmente para 29.2% nos anos 1980, sendo este segmento fortemente amparado pelo estado, o grande responsável pelo crescimento da economia goiana neste período.

O setor de serviços, durante a década de 1980 (Gráfico 5), embora com menor intensidade que a indústria, demonstrou elevação de sua participação na renda interna.

**Gráfico 5:** Goiás: Composição da renda interna 1960-1990 (%).

Fonte: IPEA, 1999.

Importante se faz considerar, que na década de 1980 consolidaram-se as culturas da soja e do milho híbrido, na medida que os preços oferecidos aos produtos vinculados a cultura tradicional caíram sensivelmente (em parte pode-se explicar esta queda de preços devido á política de auto sustentação alimentar produzida na Europa), em contrapartida o preço da soja elevava-se consideravelmente no mercado internacional (entre os anos de 1984 1989 o preço foi elevado a 94,9%), justificando o aumento de sua área plantada, que saltou de 290 para 998 mil/ha (SILVA, 202), sendo 972.450 ha localizados abaixo do paralelo 13 e 26.280 ha localizados no atual estado de Tocantins. O plantio do milho em função de fixar Nitrogênio no solo vem sendo utilizado em sistema de rotação coma soja. Segundo Silva (2002), a dinâmica da produção da soja se diferencia do milho, pois a primeira não se ampara

no sistema de Aquisições do Governo Federal (AGF). A soja, por encontrar amplo mercado interno e externo como matéria prima para a agroindústria, tanto para o fabrico de óleo de soja como para ração animal, tinha apoio sustentado na A.G.F. Outro elemento a se considerar é a alta produtividade, fundamentada em elevada base técnica devido a mecanização e utilização de implementos e tecnologia de adaptação destas culturas ao solo do cerrado.

O efetivo bovino que na década de 1980 era de 16,1 milhões de cabeças elevou-se, de acordo com Censo Agropecuário, para 18,1 milhões de cabeças em 1985, o que representava 14,1 % do rebanho nacional. Da totalidade do rebanho goiano, 3,6 milhões de reses (19.9%) localizavam-se na parte norte do estado (atual estado do Tocantins). No final da década, o rebanho bovino havia atingido a marca de 21,9 milhões de cabeças, elevando a participação do estado a 14.9% do efetivo brasileiro.

Em relação ao setor secundário, a industrialização e a semi-industrialização de grãos e carnes explicam o crescimento do setor na composição do PIB estadual. Castro e Fonseca (1995), analisando as amostras das arrecadações de ICMS das 200 maiores empresas da região Centro Oeste, revela que em Goiás, em 1985, a principal atividade agro-industrial era o laticínio, que participava com 28,1% no Valor de Transformação Industrial (VTI), seguidos por frigoríficos bovinos com 27,2% de representatividade no VTI. Os produtos provenientes da soja encontravam-se em quinta posição, representando 7,2%, atrás do algodão com 11% e álcool e derivados da cana com 7,5%.

Em 1991, ao considerar as amostras das 200 maiores empresas em arrecadação do ICMS na região, expressava-se uma alteração na estrutura produtiva da região. No estado de Goiás, o complexo de soja havia contribuído

com 26.9% do total do ICMS arrecadado, seguido pelos frigoríficos com 22,9% e laticínios com 22,5%. No período analisado, o algodão apresentou uma redução de 11% para 2,1% em 1991. O Censo Industrial – IBGE - no ano de 1985, apontava, em sua amostra, que 14, 9% destas empresas eram cooperativas, 6,4% de Capital internacional, 12,8% de capital nacional e 66% de Capital regional. Já na amostra de 1991, observou-se uma modificação da participação relativa entre os diversos tipos de empresas, sendo 20% de cooperativas, 9,5 de Capital internacional, 23,8 de Capital nacional e 46,1 de Capital regional. Neste momento destacou-se a redução da participação das empresas de Capital regional, apesar de continuar predominante.

A indústria de alimentos correspondia a 37,2 % da indústria de transformação goiana e a de minerais não metálicos a 19,8% (Censo Industrial – 1985), no entanto, é necessário ponderar que parte significativa desta atividade originava-se da exploração do calcário, que por sua vez é utilizado para correção do solo, sendo assim, mesmo que indiretamente, vinculada ao setor agroindustrial. O mesmo aconteceu com a extração de fósforo em Catalão.

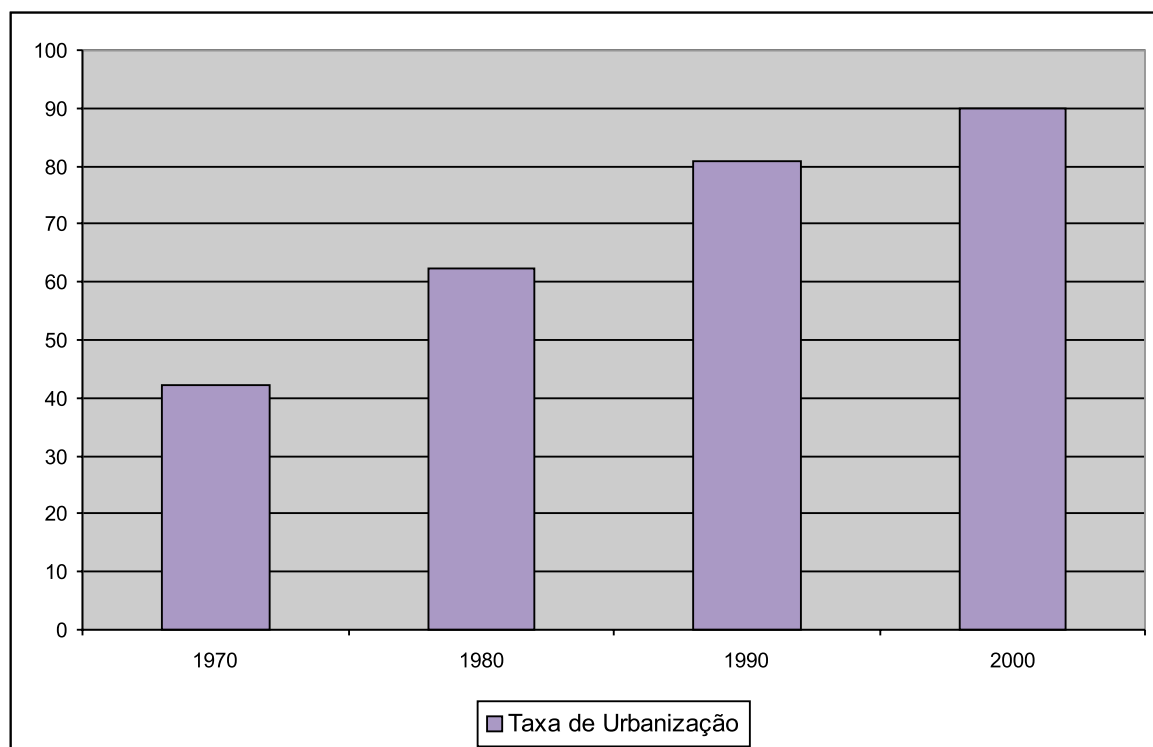
A química e a metalurgia apresentaram elevação em sua participação na primeira metade dos anos 1980. O primeiro passou de 5,2% para 10,8% em 1985 e o segundo de 1,6% para 10,9%. Parte deste crescimento justificaram-se pela presença de destilarias de Álcool no estado. Em conjunto, todos os setores apresentados correspondiam a 78, 7% da industria de transformação goiana.

O setor de serviços apresentou aumento em sua participação na renda interna do estado. Este fato pode ser explicado pela intensificação do processo de urbanização que passou de 62,2% em 1980 para 76,5 em 1991, aliado ao crescimento populacional. A estrutura apresentada pela PEA (População Economicamente Ativa),

durante este período, aponta as modificações ocorridas no setor terciário. Na década de 1970, a P.E.A estava assim distribuído: 60,4% dos trabalhadores encontravam-se ligados a atividades agrícolas, a indústria aglomerava 8,9% e os serviços incorporavam 30,7%. Já na década de 1980, a mecanização do campo, a urbanização e o aumento da população, provocaram uma redução no setor primário que passou a absorver 39,2% da PEA, sendo que os setores secundário e terciário haviam elevado sua participação para 16,5% e 45,3% respectivamente. No começo dos anos de 1990, continuou a redução do setor primário que absorveu 25,4 %, a indústria representou 17,3% e o terciário saltou para 57,3%.

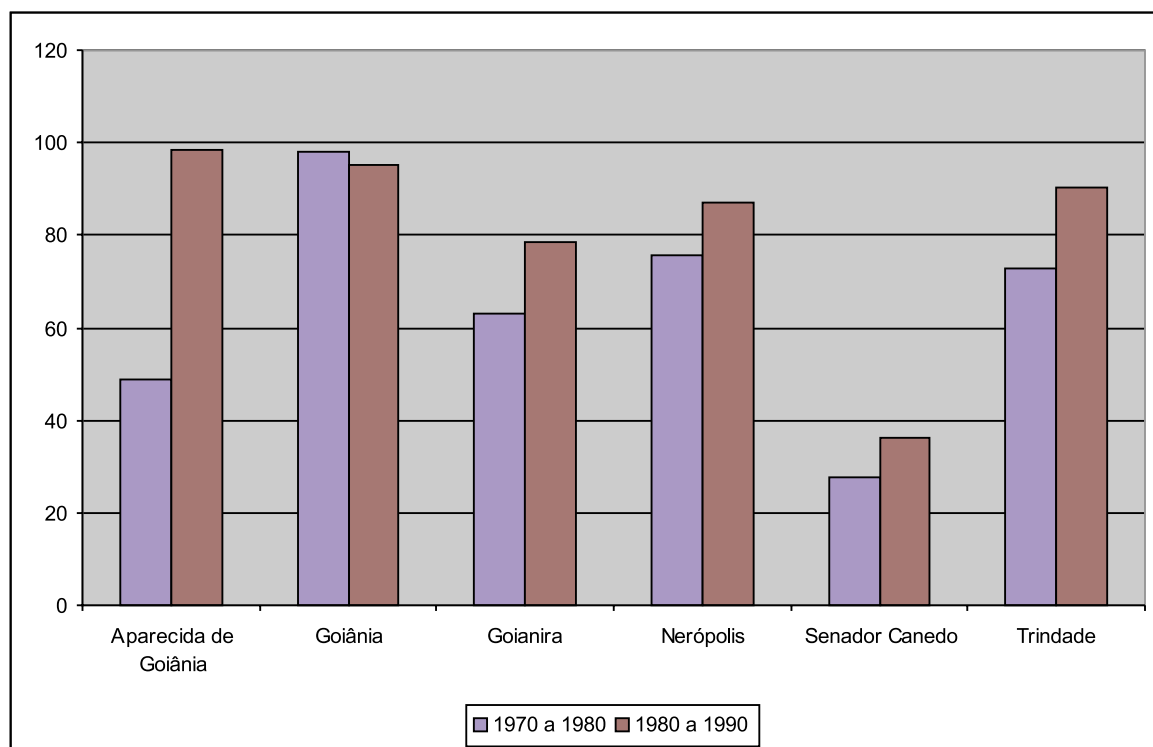
Em 1989, o estado de Goiás vivenciou uma divisão que originou o estado do Tocantins. Para possibilitar análises comparativa, mantivemos a unidade administrativa entre GO e TO neste último ano da década de 1980. Do ponto de vista demográfico, o estado continuou apresentando crescimento populacional, embora com taxas mais reduzidas das experimentadas em decênios anteriores. Se durante os anos 1970 – 1980 a população goiana havia aumentado em taxa média anual de 2,8%, no período 1980 – 1990 essa taxa havia caído para 2,3%. Mesmo com a queda na taxa anual de crescimento o estado absorvia metade da população de toda região Centro Oeste (50,3%), evidenciando concentração populacional dentro da região.

Se nesse período verificou-se uma redução nas taxas de crescimento populacional, o mesmo não ocorreu com o processo de urbanização. A população residente no meio urbano avançou de 62,2 % em 1980 para 76,5 em 1991. Se considerarmos somente o novo estado de Goiás, este número eleva-se para 80,8% (Gráfico 6).

**Gráfico 6:** Taxa de urbanização em Goiás: 1970 - 1990 (%).

**Fonte:** Elaborado a partir de dados do IBGE, 2000.

Em relação ao AUG (Aglomerado Urbano de Goiânia), a década de 1980 apontou uma alteração em apenas meio ponto percentual. Neste período, a capital já se encontrava em extremo processo de urbanização, com taxas de crescimento populacional ao ano em 2%. Esse baixo índice fez com que a cidade perdesse participação no total da população do AUG de 88,6% em 1980 para 76,6% em 1991. Senador Canedo e Aparecida de Goiânia destacaram-se no aumento de suas populações que se elevaram em 673,3% e 311,2%, respectivamente, durante este decênio. As taxa de urbanização em Senador Canedo atingiu a marca de 36,6% em contraste com os 27,8% observados em 1980. Em Aparecida de Goiânia, este vertiginoso aumento populacional ocorreu nas áreas urbanas desta cidade e sua taxa de urbanização explodiu para 98,4%. Um brutal processo de urbanização se levarmos em conta que esse índice nos anos de 1980 era de 48,9% (Gráfico 7).

**Gráfico 7:** Taxa de urbanização dos municípios do AUG: 1970 – 1990 (%).

**Fonte:** Elaborado a partir de dados do IBGE, 2000.

O AUG obteve neste período, taxas de crescimento médio de sua população de 3,4%. No mesmo período o estado apresentou uma taxa de 2,3%. O AUG, portanto aumentou a proporção de sua população em relação ao estado. Na década de 1980 essa proporção encontrava-se em 21,6% dos habitantes do estado. Em 1990 esse número havia subido para 24,4%. Ao incorporarmos Anápolis este número eleva-se para 29,7%, indicando forte concentração demográfica nestas localidades.

O processo de modernização do campo goiano promoveu um brutal deslocamento populacional, sendo as áreas do entorno de Brasília e Goiânia as mais visadas por este contingente de desterritorializados, que buscavam uma reterritorialização nestas cidades, mas são empurradas para seu entorno. As populações afetadas por este fenômeno são em boa parte carentes de meios

materiais, que na ausência de postos de trabalho e de serviços como saúde e educação, vivenciaram a transformação do entorno em cidades dormitórios.

No Brasil o processo de Reestruturação Produtiva irrompe a partir da década de 1990, tendo, no entanto acumulado um conjunto de experiências e medidas vivenciadas e experimentadas desde o final dos anos setenta, quando se esgota o modelo de substituição de importações que padronizaram a produção no período anterior (LEITE, 1995). As exigências da competitividade internacional e uma série de mudanças de ordem conjuntural e estrutural vai desencadear uma “neomodernização conservadora” do sistema produtivo brasileiro. Para uma boa compreensão das transformações ocorridas em Goiás se faz imperioso uma leitura do conjunto de mudanças estruturais que solaparam crenças, métodos e ideologias em todo o globo e que geraria um novo padrão de acumulação denominado grosso modo de “globalização” e que marcaria as opções políticas e econômicas de Goiás, do Brasil e de todo o Planeta.

## Capítulo II

### GLOBALIZAÇÃO: A CAPTURA DO PLANETA

#### 2.1 Mundialização do capital: estado nacional e sociedade

Não é intenção deste, trabalho, discorrer sobre teoria do estado, nem discernir sobre o processo de formação e desenvolvimento deste extraordinário aparato de coerção social. No entanto, faz-se necessário uma rápida passagem sobre o mesmo, no sentido de construirmos um elo entre estado, sociedade e território, configurando, assim, nossa área de interesse, compreendendo que o caráter e o papel do estado colocam-se como pano de fundo desta temática.

O estado, enquanto realidade objetiva, caracteriza-se como uma forma específica e singular de organização do poder político, fruto do movimento contraditório das diversas sociedades (FIGHERA, 1998). Quando percebido em uma temporalidade de longa duração (ROJAS, 2001), logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Nos tempos da mundialização do capital, transmuta-se e travesti-se como província da sociedade global (IANNI, 1998).

Com o advento da modernidade, a relação estado-sociedade se torna tema de grande relevância para a ciência política. Até o período em que predominavam formas de organizações sociais pré-capitalistas, há uma dificuldade na distinção entre a esfera pública e a esfera privada. No caso brasileiro, os reflexos e as permanências desta lógica sócio-cultural na construção e consolidação do estado

nacional, serão amplamente estudada por Faoro (1998) em “Os donos do poder”, tendo suas conseqüências antropológicas e culturais verificadas por autores como Sérgio Buarque de Holanda (1984), Gilberto Freyre (2003) e Roberto DaMatta (2000) entre outros.

No momento em que se evidenciam e apresentam-se as contradições que levam a separação entre os interesses públicos e privados, é que surge o estado nacional frente a uma sociedade fragmentada e oligárquica. Este enfrentamento perdurou durante séculos no continente europeu, sendo ainda incompleta em alguns países, proporcionando, uma sensação de incompletude que desemboca no conceito de subdesenvolvimento. Neste enfrentamento, verifica-se, genericamente um conflito entre a burguesia liberal e a aristocracia (BRESSER PEREIRA, 2000) e, em um segundo momento, uma luta entre setores vinculados ao mundo do trabalho e as variadas frações da burguesia. Simultaneamente a estes diferentes níveis de confronto, o estado nacional vivenciava a presença cada vez mais marcante de uma sociedade civil.

No decorrer da década de 1970, os estados nacionais, já consolidados, passam a enfrentar a questão da chamada crise fiscal e, concomitantemente, suas formas de inserção e intervenção econômica têm sua eficácia duramente questionada diante da realidade conjuntural, que apontava para importantes mudanças na base organizativa e produtiva do Modo de Produção Capitalista. Diante dessa crise redimensionada pela Globalização e a hegemonia de concepções privilegiadoras do mercado como coordenador de todo sistema econômico, há a necessidade de reformar o aparelho do estado.

Com a queda da URSS e o desmonte do socialismo real, ocorre um nítido endurecimento das posições pró-livre mercado, que avança, de forma ofensiva,

sobre o pacto fordista e as políticas Keynesianas, alterando expressivamente a correlação de forças no histórico conflito pela forma e conteúdo do estado.

No artigo denominado “A globalização da economia e o território nacional”, Sueli Ramos Schiffer (1998) argumenta que o processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem se caracterizado pela predominância da produção econômica, quer em escala regional ou nacional. Este fenômeno, capitaneado pelo estado, é facilmente identificado se retroagirmos aos períodos imperial e colonial. Nesse período, as atividades econômicas desenvolvidas nas regiões resultaram no desenvolvimento de centros urbanos ou na incorporação territorial de áreas agrícolas.

Durante a década de 1920, a industrialização, também comandada pelo estado, acoplada à manutenção de uma estrutura fundiária e agrária centrada no latifúndio, imprimiu um acelerado processo de urbanização ao território. As conseqüências deste foram, entre outras, a elevada concentração de capital, das atividades produtivas e demográficas nos centros industriais, notadamente, na região metropolitana de São Paulo.

Após a década de 1970, há uma tendência de alteração desse quadro expressadas no recuo do valor da participação da transformação industrial nacional da metrópole, simultaneamente, a um processo de expansão do setor da indústria da transformação originalmente instalado na metrópole paulista. Uma boa compreensão deste fenômeno requer uma análise acerca dos vínculos existentes entre Sociedade-Estado, bem como das contradições entre Capital-Trabalho.

Os avanços tecnológicos verificados durante a década de 1970, notadamente na área da informática, acompanhadas pelas mudanças no sistema produtivo, permitiram uma fragmentação das unidades industriais locadas em regiões ou países diferenciados.

Aliada à dissolução do bloco soviético e do socialismo real, inicia-se a chamada globalização com rápida ampliação territorial das economias de mercado. Nesta quadra, o capital promove uma reorientação da economia-mundo (Ianni, 2002). O fenômeno da internacionalização foi alavancada desde seus primeiros momentos pela acumulação do capital, inserindo e combinando países e relações sociais completamente distintos. A hierarquização destes territórios ocorre em escalas de extremadas desigualdades sociais, com introdução de novos processos produtivos de mercadorias e de gerenciamento do trabalho com flexibilidade da produção, aumento da robotização e do capital fixo com conseqüente redução dos postos de trabalho.

Percebe-se, ainda, que principalmente nas grandes corporações, há a tendência da terceirização e a subcontratação com expressiva precarização das condições de trabalho (ANTUNES, 2001), caracterizadas por uma gigantesca ofensiva material e ideológica do capital sobre o trabalho (WAINWRIGHT, 1998).

No Brasil a acumulação capitalista perpetuou no poder uma elite estruturada desde os tempos coloniais (SCHIFFER, 1998), que, em associação com a capital internacional, eterniza a constituição de modelos exportadores em detrimento do desenvolvimento de um mercado interno. Segundo esta autora, a propalada competitividade industrial brasileira e a valiosa atuação do estado, na construção de infra-estrutura básica, permitiram a rápida inserção destes setores na economia mundial. Famintas por subsídios e incentivos fiscais a alardeada competitividade da industrial nacional, ancorada na baixa remuneração de uma mão-de-obra desqualificada, passa a ser hoje um empecilho, na medida que a estrutura produtiva que se organiza e impõem-se a partir doas anos de 1980, exige uma maior qualificação profissional em função da tecnificação associada à informática. Segundo

Robert Kurz (1993), a defasagem tecnológica e a carência em investimentos em infra-estruturas, caracterizam-se como um ponto de estrangulamento na tentativa de diminuir as desigualdades existentes entre esses países. Portanto, conclui-se que a manutenção de uma sociedade elitizada baseada em modelos econômicos, que negligenciam o papel do mercado interno, selecionando pouquíssimas atividades a se inserirem na economia mundial, aprofunda a concentração de renda em detrimento da grande maioria da população.

A marcha desenvolvida pelo conflituoso processo de acumulação capitalista caracteriza-se por uma gradual concentração das riquezas e de mecanismos decisórios, sendo mediados pela intensidade da reação política perpetradas por aqueles que se percebem em franca desvantagem nos (re) arranjos político, econômico e espacial. Segundo Ianni (1992, 1998, 2002), o atual fenômeno da globalização da economia capitalista compreende a formação de centros decisórios de caráter extra e supranacionais, debilitando ou mesmo anulando as estratégias nacionais, ou seja, as condições para formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetadas, tornando-se possíveis, como imaginação e execução, somente se limitados às exigências das novas e poderosas determinações externas, transnacionais ou globais. O estado nacional estaria em franco declínio, sendo uma demonstração disto as atuais reformulações jurídicas e legislativas que visam redefinir o papel e o caráter do estado nacional rearticulando suas forças tanto em uma escala nacional como internacional, refletindo a correlação de forças dos setores defensores da abertura econômica e do aprofundamento da internacionalização de nossa economia, contra aqueles que teimam em efetivar um projeto seja nacional democrático ou de ruptura com as formas de organização do capital. O esvaziamento das responsabilidades sociais do estado vinculado ao

aprofundamento de seu compromisso político e econômico com os modelos expatriadores de capital geram, entre outros fenômenos, um tensionamento de dimensão política caracterizada pela crise de legitimidade do aparato estatal.

Segundo Luis Carlos Bresser Pereira, em tempos passados as aristocracias e oligarquias comandaram e definiram todo tipo de reforma no aparelho do estado, consolidando, assim, sua posição de sujeito das mudanças que eram impostas ao conjunto da sociedade. Pereira (2001) afirma que foi Marx quem propôs a completa inversão da problemática ao defender a idéia de que a máquina do estado é um elemento da superestrutura de uma base material econômica e ao afirmar que o sujeito das transformações seria o proletariado e sua vanguarda intelectual e política. De acordo com o ex-ministro, ao expor o elemento vanguarda, abre flanco para que a burguesia apresente-se como elite responsável pelas transformações, que teriam conteúdo diverso: um campo propondo o desaparecimento do estado, que acusado de aparelho de opressão de classe, definharia (LENIN, 1983), sendo trocado por uma nova forma de organização baseada nos produtores livres em associação. Na outra ponta se propunha o desaparecimento do estado, que seria substituído pela mão invisível do mercado e sua livre concorrência.

Os ideólogos da livre economia de mercado, rapidamente apressaram-se em definir a débâcle do bloco socialista como uma prova incontestada da supremacia do liberalismo econômico sobre o modelo estatizante.

Durante toda a década de 1990, foi amplamente hegemônica a visão liberalizante do estado, que orientou expressivamente os planos e as ações governamentais durante este período, ao mesmo tempo que o crescimento econômico apresentou-se de forma bastante modesta, inferior aos índices alcançados nas décadas de 1950 e 1960, sendo que na maioria dos países as condições sociais

estão piores que nos anos de 1970 e tornando-se cada vez mais intoleráveis. Segundo Osvaldo Sunkel, as realidades de precarização das condições sociais, não se limitavam ao chamado mundo subdesenvolvido, mas atingindo também do capitalismo desenvolvido. De acordo este autor, com exceção da Holanda, a estagnação econômica predominou na Europa, e o nível de desemprego observou números registrados somente no período da Grande Depressão na década de 1930. Este contexto reforçou a idéia de uma imediata e urgente reforma do estado.

Dividido em pólos ideológicos, identificados por Sachs (2001) como: Totalitarista, Estatista e Liberal Dogmático, o tema do papel do estado tem ocupado posição de destaque no que o autor chama de teorias do desenvolvimento. H.J. Chang (apud, SACHS, 2001) aponta que desde o término da Segunda Grande Guerra Mundial, o papel do estado passou por três momentos:

- *A era da Regulação.* (1945 – 1970) Caracterizada pelos chamados Trinta Anos Gloriosos do Capitalismo, do pacto fordista e da predominância da macro-política de cunho Keynesiana, representando significativos aumento da intervenção governamental, políticas nacionalizantes com ampliação da regulação econômica e social.
- *O período da transição.* (1970 – 1980) Demarcado pelo choque do petróleo e da crise econômica que se seguiu, resultando na brusca quebra da taxa de lucratividade e do fim do ciclo de crescimento demonstrado no período anterior. Caracteriza-se pelo forte ataque político apoiado no (re) surgimento de teorias econômicas antiintervencionistas.
- *A era da desregulação.* (1980 -?) Caracterizado pelas tentativas de inúmeros países de diminuir a intensidade de políticas intervencionistas, utilizando para tal o instrumento da privatização, do corte orçamentário e

da desregulação, utilizando como suporte teórico às interpretações originadas na década anterior.

Pereira (2001) define quatro linhas diretivas na relação sociedade-estado na contemporaneidade, sendo elas a crise do estado nos últimos vinte e cinco anos do século XX, o aumento da capacidade produtiva acompanhada da contradição entre o aumento da qualidade de vida e o aumento da concentração de riqueza e os desafios apresentados pela globalização, além do avanço da democracia. A crise do estado, apontada pelo autor, na realidade revelou-se como o esgotamento de uma forma de organização das forças produtivas, bem como de suas relações sociais nos marcos de uma época de avanço material e ideológico do capital sobre o trabalho liberando o primeiro dos compromissos assumidos com pacto fordista e impondo conflitivamente uma reorganização societária que legitimava facilitava a acumulação do capital. O aumento da capacidade produtiva foi fruto da tecnificação e seu uso como mecanismo de maximização do lucro é uma das causas do desemprego e da diminuição da renda por parte da grande maioria da humanidade, ao passo que se verifica o aumento da concentração de riquezas em torno de uma parcela extremamente limitada da população. No entanto, o Professor Bresser Pereira, não parte desta perspectiva, preferindo outra opção. Para ele, os desafios apresentados pela globalização refletem a capacidade de resposta da porção desfavorecida com tal realidade, ou ainda na adequação pura e simples ao modelo dominante. Quanto ao avanço da democracia, este autor se limita a entendê-la como democracia representativa da forma apresentada pelas sociedades de consumo. Faz-se curiosa à afirmação de avanço da democracia em um contexto de aumento da exclusão social e da concentração de renda. Com isto, percebe-se o interpretar limitado do

conceito de democracia reduzido a uma questão de formalidade, isto é, a democracia formal.

Bresser Pereira aponta que, após o período de exacerbação ideológica, em que pretendeu-se restringir ao mínimo as ações do estado, o projeto de reforma tornou-se tema central em todo o mundo na década de 1990. A crise do estado teria razões endógenas, resultante de um excessivo e distorcido crescimento ocorrido no século XX, e esta não poderia ser negligenciada, como afirma pretender a esquerda, taxada pelo ex-ministro de “burocrática”, mas, ao mesmo tempo, não poderia servir de pressuposto para um retorno ao século XIX, como alega pretender o grupo por ele denominado de “direita neoliberal” ou “neoconservadora”.

Os textos deste autor indicam a existência de uma “sociedade civil” compreendida como o sujeito da reforma do aparelho do estado, compreendida como parte da sociedade que situa-se fora do aparelho do estado, ou ainda localizada entre a sociedade e o estado. A “sociedade civil” seria o aspecto político da sociedade, visando influenciar a ação do estado. A somatória da sociedade civil e o estado é que constituiria o estado-nação. Esta deixa de ser passiva e passa a pressionar e reformar os mecanismos do estado e do mercado. A transformação da sociedade civil em sujeito da transformação caracteriza-se como fenômeno extremamente recente situado historicamente no decorrer das transformações gestada no século XX.

Durante centenas de anos a questão central do estado se concentrou em batalhas contra as oligarquias de caráter feudal. No Brasil, tal enfrentamento se deu entre a afirmação do estado contra os coronéis e seus regionalismos e autoritarismos. Para o Professor Bresser estas batalhas se concluíram na maior parte dos países neste século XX.

Particularmente, compreendo que as relações pré-capitalistas, em nosso país e os fenômenos gerados por tais relações (como o coronelismo, citado por Bresser.), não foram derrotados, mas absorvidos pela dinâmica de uma modernização conservadora, que, em seu caráter híbrido, implementou uma racionalidade modernizante no sistema produtivo, mas sem modificar a estrutura social, política e econômica.

A nova questão, que emerge, diante da afirmação do estado, é a sociedade civil, diferenciada do aparato administrativo estatal e agente das mudanças que determinam o curso do próprio estado.

O termo “sociedade civil” surge com os filósofos contratualistas, sendo objeto de reflexão de Hobbes que utiliza este termo para contrapor ao entendimento de homem em seu estado de natureza. Neste sentido, sociedade civil é visto como sociedade política e sinônima de estado. Tal formulação tem como contexto a fundação do conceito de estado até então mesclado com o conceito mais geral de sociedade.

Com o a ascensão da burguesia como classe dominante, mas ainda não dirigente, efetiva-se a distinção entre estado ou sociedade política da sociedade civil ou sociedade burguesa organizada pelo mercado. Mas será Hegel (1997) quem fundará o moderno conceito de sociedade civil. Para este autor, compreende-se, como sociedade civil, toda a sociedade que se mantém fora do aparato estatal. Hegel define o estado como o estágio máximo da razão que na sociedade tem seu movimento iniciado pela família enquanto instituição. Aqui, as relações pessoais e afetivas imperam, sendo amenizadas no âmbito da sociedade civil em que se encontram os interesses pessoais. A moralidade objetiva concretiza-se com a razão de estado e desenvolve-se a plenitude da vida social.

Marx e Engels vão inverter os papéis proposto por Hegel, percebendo a sociedade civil não como objeto da mudança social do sujeito estado, mas sendo ela própria o agente da formação do aparelho do estado, revelando, assim, seu caráter de classe.

É necessário ainda, diferenciar o conceito de sociedade civil de um outro conceito político: o povo. Bresser Pereira define “povo” como conjunto de cidadãos com direitos e deveres iguais. Na sociedade civil, os direitos mantêm-se iguais, mas os poderes vão diferenciar de cidadão para cidadão de acordo com três fontes fundamentais de poder:

- *A organização.* De acordo com Bresser Pereira, os cidadãos participantes de organizações representativas exercem uma maior pressão política, possuindo assim maiores poderes do que o cidadão isolado.
- *O dinheiro.* Os proprietários de empresas, aparelhos ideológicos e empregadores, aqueles que podem financiar campanhas políticas, que podem exercer seu poder de veto e decidir não investir, aqueles que podem especular com moedas e/ou valores imobiliários, são mais poderosos dos que os que não possuem estas possibilidades.
- *O conhecimento técnico e organizacional.* Tais conhecimentos permitem com que pessoas possam dirigir organizações e influenciar outras através do que dizem ou escrevem.

Uma sociedade politicamente organizada pode ser (re)pensada como composta de um estado e de uma sociedade civil interpenetrada, compondo em sua totalidade o estado-nação. Nestes termos, a sociedade civil não pode ser reduzida ou entendida meramente como sociedade burguesa. Sua origem remonta a

organização política da burguesia, mas intensifica-se expressivamente com a ampliação da ação do estado, formando movimentos reivindicatórios e grupos de pressão de caráter não burguês.

Em um esforço de reconfigurar o desenho das relações entre o estado e sociedade, Claus Offe (2001) propõe especificar o sentido do termo: “mudanças sociais”. Esta expressão é comumente utilizada, tendo um duplo significado, um privilegiando as nuances estruturais e impessoais, em que os agentes humanos estão sujeitos (paradigma institucionalista) e em uma outra perspectiva como resultado da ação deliberada destes mesmos agentes (paradigma da escolha racional). Segundo este autor, a síntese desta questão já teria sido apresentada por Karl Marx em o 18 Brumário e, também, em escritas posteriores sobre a economia política do Modo de Produção Capitalista.

A questão pertinente de nossos dias seria apontar qual o formato a ser desenvolvido na relação estado e sociedade de modo que evidencie as esferas que devem ser governadas por autoridades políticas, por trocas contratuais do mercado e por responsabilidade e associação no interior da sociedade civil. Para Offe, as antigas configurações privilegiavam uma dimensão da esfera social em detrimento da outra, provocando um desequilíbrio entre o aparelho do estado e as demandas da sociedade. Esta estrutura tornou-se obsoleta não correspondendo mais às questões apresentadas por nossa contemporaneidade.

O hibridismo como alternativa e evitando formas exclusivistas, é o que se verifica como mais pertinente na interação comunidade, estado e mercado. Estes são identificados como as dimensões da vida social em que as pessoas vivem, interagem e coordenam suas ações. Resgatando os teóricos políticos do século XVII, Claus Offe compreende que cada uma destas esferas tem a capacidade de

ativar, nos indivíduos, elementos que direcionam a intervenção no mundo social, isto é, a paixão o mercado e a razão.

A razão seria concebida como a aptidão dos sujeitos em encontrar e reconhecer o que é bom para todos. O mercado é evidentemente movimentado pelos interesses individuais de seus agentes, na tentativa de aquisição de bens materiais. A paixão (amor, orgulho, crença etc.) seria vista como o arcabouço que integra os membros à vida na comunidade, definidoras de tradições compartilhadas pelas quais derivamos nossas identidades. Cada uma destas especificidades gera uma estrutura correspondente de ordem social, maximizando seus valores e condutas.

A ordem social e a estabilidade das instituições não podem se sustentar tendo como parâmetro apenas um desses elementos. Qualquer configuração de cunho exclusivista tende, em sua formatação teórica, a ignorar as outras dimensões presentes na sociedade e, portanto, tornar-se parcial, incompleta e limitadora e ineficiente, do ponto de vista prático, na medida que anula as possíveis contribuições a serem apresentadas pelas outras dimensões. Offe argumenta que necessitamos, hoje, de um nível de articulação que permita contemplar os três fundamentos da ordem social, evitando que cada uma delas se sobreponha uma sob as outras anulando-as.

Aprofundando mais ainda na idéia de hibridismo, denominada por de “mistura cívica”, produzida a partir de várias dimensões da vida social, Offe chega a uma lista de seis abordagens consideradas falaciosas e, por isso, chamada de “as seis falácias” na efetivação das instituições sociais e políticas e na configuração de uma nova arquitetura que orienta a relação sociedade-estado:

- *A falácia do estatismo excessivo.* Depois da queda da União Soviética e da desarticulação do socialismo real, aliados ao colapso da hegemonia

política do Keynesianismo, há um refluxo das concepções defensoras do excessivo uso e intervenção do estado na economia e na sociedade. Entretanto, a questão fundamental está em separar “estado grande” e “estado forte”. O primeiro, medido pelo orçamento e pelo número de funcionários e o segundo definido pela capacidade e do impacto de suas ações no conjunto da sociedade. É fato que os estados grandes tendem a se tornarem estados fortes, mas poderão ainda transformar-se em estado grande, porém ineficientes em sua missão de igualitária distribuição de perspectivas para o cidadão.

- *A falácia da capacidade de governo “pequena demais”*. Os críticos liberais, empenham-se em demonstrar que o excessivo estatismo desemboca na inatividade ou dependência do setor produtivo, na procura de rendas e benefícios sociais, no clientelismo, no cinismo, na irresponsabilidade fiscal, na falta de iniciativa e na hostilidade a inovação e na ausência de transparência e governança (accountability). No entanto, Claus Offe salienta que a ofensiva liberal sobre o estado pode levar a um equivocado entendimento de estado mínimo. Offe defende a manutenção e preservação do aparato do estado visto como necessário para o executar de tarefas que visam proteger a vida, a propriedade e a liberdade do cidadão (Locke), além de possibilitar a reprodução da força de trabalho através de políticas habitacionais, trabalhistas, entre outras e de elaborar políticas industriais indispensáveis para o crescimento econômico. As reformas do estado em curso não só na América Latina, mas em todo o mundo desenvolvido, têm como objetivo recuperar a capacidade dos estados nacionais em desmoronamento.

- *A falácia da excessiva confiança nos mecanismos de mercado.* Argumenta-se que o arranjo de mercado é preferível, em função de sua capacidade de levar a maior eficiência. Alega-se que o mercado responde a desejos individuais expressos através da demanda efetiva. No entanto, já é muito documentado que o mercado não contribui muito para a satisfação dos desejos das pessoas, na medida que os prazeres não comercializáveis desempenham importante papel na satisfação geral da vida. A liberdade do mercado proporciona o surgimento de uma parcela de virtuais trabalhadores que são impossibilitados de se efetivarem como trabalhadores reais, devido a competitividade produtora do “desemprego estrutural”. Os mercados são, ainda, reconhecidamente autodestrutivos, pois, no tempo em que foram deixados a si mesmos, conspiraram (criação de cartéis) para garantir sua máxima lucratividade, permanecendo surdos e cegos às conseqüências provocadas à sociedade e ao meio ambiente.
- *A falácia de uma limitação excessiva das forças de mercado.* Claus Offe compara o mercado com substâncias venenosa, que, administradas em doses controladas podem causar benefícios a uma série de males existentes. Propõe que o mercado apresenta virtudes, tais como: o poderoso potencial libertador frente à comunidade e ao estado; o favorecimento do aprendizado pela inovação e competitividade; e a pacificação gerada pelas trocas em mercados, muito válidas na micro-economia, mas questionável no aspecto macro-econômico.
- *A falácia do comunitarismo excessivo.* Uma poderosa expressão da realidade atual é o denominado multiculturalismo, decodificando as pessoas não em termos universais, tais como homem ou cidadão, mas

particularizando-os em grupos identitários e por políticas da diferença. Esta opção é uma resposta filosófica aos questionamentos apresentados pelo individualismo liberal e ao universalismo socialista. A formação identitária estaria intimamente vinculado às origens familiares, étnicas, lingüísticas e religiosas em suas formas de vida. Tais concepções tendem a ser exclusivistas e antiigualitárias, dificultando a missão de rearticulação institucional de caráter generalista ou universal.

- *A falácia de negligenciar comunidades e identidades.* As comunidades são as mais poderosas forças criadoras de compromissos e de capacidades morais, oferecendo ao indivíduo uma sensação de sentido e missão. As comunidades, nesta linha argumentativa, podem gerar indivíduos fortes desejosos de serem responsáveis por seus atos e comportamentos em contraposição ao oportunismo desresponsabilizado.

Boaventura de Sousa Santos (2001) analisa que a Revolução e a Reforma constituíram-se como os dois principais paradigmas da transformação social no período da modernidade. Neste sentido, os pensamentos de matrizes revolucionários desenvolveram-se contra o aparelho do estado. Em outro pólo, a perspectiva reformista foi gerada para ser exercitada pela estrutura do estado. Segundo este autor português, o reformismo tornou-se hegemônico, vislumbrando a sociedade como um complexo extremamente problemático, sendo objeto de reformas a serem elaboradas e executadas pelo estado. O estado seria então o sujeito da reforma da sociedade. O Estado do Bem Estar Social teria sido a forma mais bem acabada do reformismo nos países do capitalismo avançado, enquanto os estados desenvolvimentistas expressavam a lógica reformista na periferia do capitalismo.

Com o desenrolar da crise fiscal e as mudanças observadas posterior a década de 1970, o próprio estado torna-se problemático, transformando-se, assim, o objeto da reforma. É a crise do reformismo.

O papel desempenhado por esses estados desdobrou-se em três principais características:

- *A estratégia da acumulação.* Com a mercantilização do trabalho, bens e serviços, o crescimento econômico será e incessantemente perseguido e compreendido como sinônimo de melhoria social, garantindo, assim, a estabilidade da acumulação capitalista. A avaliação política passa pelo paradoxo de promover o mercado/restringir o mercado.
- *A estratégia da confiança.* Através deste procedimento, o estado garantiu a estabilidade das expectativas ao cidadão, constantemente ameaçado pela competitividade de mercado. Esta estratégia desenvolveu três níveis de intervenção:
  1. O dos riscos das relações internacionais. Avaliado segundo a definição país amigo/país inimigo, definido pela política de segurança nacional e soberania, vislumbra melhorar a posição do país no cenário internacional.
  2. Os riscos das relações sociais. Sujeitas ao código legal/ilegal e relevante/irrelevante. A ordem jurídica é afirmada como forma de sustentabilidade e da prevenção dos riscos.
  3. Os riscos da tecnologia e dos acidentes ambientais. Sujeito ao código seguro/inseguro, tem a formação de peritos como forma de efetivar a sustentabilidade e os avanços tecnológicos como melhoria.
- *Estratégia de hegemonia.* Aqui o aparato do estado consolidou a lealdade de diferentes classes sociais à gestão estatal das oportunidades e dos

riscos e garantiu assim a sua própria estabilidade. Neste aspecto, Boaventura de Sousa Santos sugere três campos sociais de intervenção:

1. O da participação e o da representação política, regulada pelo código binário democrático/antidemocrático. Neste campo, o sentido de democracia é a liberal representativa, visando a expansão dos direitos da cidadania.
2. O consumo social. Regulado pelo código justo/injusto, tendo como equilíbrio a paz social e a equidade na capacidade de consumo de mercadorias.
3. O consumo cultural. A comunicação de massa e a educação, buscando a descentralização da informação e do conhecimento, fortalecendo assim a identidade cultural.

De acordo com Boaventura Sousa, o capitalismo, em sua fase de globalização, aliado às políticas batizadas de “consenso de Washington” desestruturaram as estratégias existentes, minando, ainda, a capacidade reguladora e financiadora do estado. A articulação entre as estratégias definidas pelo estado-providência entram colapso hegemônica apenas pela estratégia da acumulação.

O estado fraco, que surge com o “consenso de Washington”, só se apresenta fragilizado no âmbito das estratégias de confiança e de hegemonia. Reforça seus poderes no que se refere a estratégias de acumulação. Boaventura Sousa chega a conclusão de que não se vive uma crise geral do estado, mas especificamente há a crise de um tipo de estado. Defende, também, a ideia de que não se trata de uma volta, pura e simples, para o princípio de mercado, mas de uma nova articulação, mais direta entre o princípio do mercado e o estado. A fraqueza do estado não seria

um efeito perverso da globalização e sim um processo político destinado a construir um estado forte, tendo suas forças intimamente ligadas com às demandas do Capital.

Se, no passado recente a força do estado expressava-se em sua capacidade de promover interdependências não mercantis, hoje, sua força é demonstrada na agilidade de submeter todas as interdependências à lógica mercantil.

O fim do reformismo social levou o a máquina estatal para a idéia da reforma.

Esse movimento de renovação conheceu duas fases principais:

- A primeira fundamentou-se na idéia de que o estado é irreformável, ineficaz, parasitário e predador, sendo a única alternativa possível seria reduzi-lo ao mínimo necessário para o funcionamento do mercado. Essa fase iniciou-se com o "Consenso de Washington" e perdurou até meados da década de 1990. Foi a fase áurea do neo-liberalismo.
- A emergência de máfias e do colapso de alguns estados do terceiro Mundo revelaram um paradoxo: como a reforma do estado tem de ser conduzida por ele próprio, somente um estado forte, poderá com eficiência produzir sua fraqueza. Como toda desregulamentação necessita de regulamentação, o estado precisa intervir para deixar de intervir. Diante disto, fica claro que o capitalismo global não pode abrir mão do estado, tendo, assim que reconstruir suas características.

## **2.2 A Reestruturação Capitalista: Redefinindo as estratégias de captura**

Refletir sobre a existência de um novo período histórico, que se caracteriza por profundas transformações de caráter científico-tecnológico-informacional,

constitui riscos e ambigüidades estabelecidas pelo fato de que tais mudanças não se limitam à questão temporal e não ocorrem de forma homogênea (BESSA, 2001). As características de uma sociedade e de seu espaço geográfico mantêm uma íntima relação com um determinado estado das técnicas sendo estas elementos constitutivos do funcionamento e articulação dos territórios (SANTOS, 1996). Tais transformações perpassam de forma diferenciada por diversos aspectos da vida econômica, política e sócio-cultural, provocando alterações e cravando suas marcas na forma, função e estrutura do espaço geográfico. Não compreendido em sua plenitude, geralmente são dissociadas de seu tempo histórico.

A Globalização é um fenômeno histórico novo, podendo ser definido como um processo em que as atividades decisivas em um âmbito de ação determinado (economia, meios de comunicação, tecnologia, gestão do meio ambiente e crime organizado) funcionam como unidade em tempo real no conjunto do planeta, tendo as tecnologias de informação e a informacionalização da sociedade a base de sua economia (CASTELLS, 2001). No entanto, nem tudo se globaliza com a mesma velocidade e a maioria dos empregos e de toda atividade humana, material ou simbólica, continuam no âmbito local ou regional. Tudo que pode ser transformado em mercadoria ou aproveitado para o mercado é rapidamente conectado, e os objetos, pessoas e ações sem valor de mercado são automaticamente desconectado. A Globalização como acontecimento do Modo de Produção Capitalista gera exclusão e redimensiona a inclusão em critérios de produtividade e competitividade. Castells, no artigo intitulado “O estado em Rede” (2001), afirma que a circulação de capitais transnacionais nos países de economia avançada superou, na década de 1990, o Produto Interno Bruto. A abertura das fronteiras nacionais, possibilitando a livre circulação de capitais, bens e serviços, modificou a função dos estados nacionais,

não mais vistos como o principal e até exclusivo instrumento de ordenação da acumulação capitalista.

A transversalidade do Capital e sua livre circulação provocada por políticas liberalizantes reduziram sensivelmente a intervenção do estado na sociedade, na medida que esta presenciava a expressiva presença de organismos multilaterais (F.M.I; O.M.C; O.I.T etc) em suas vidas. Este contexto levou o Estado a uma crise de representatividade devido ao vazio determinado por sua ausência em políticas sociais e pela falta de operacionalidade para apresentar soluções aos problemas básicos da população. Desconfiados e descrentes com a política (crise da política), ela se refugia em sistemas identitários construídos com bases em seus valores e tradições.

Na Era da Informação (CASTELLS, 1999), o estado vivencia profundas contradições, pois, se durante décadas este notabilizou-se por ser o indutor de novas tecnologias e mercados, hoje ele sente-se ameaçado pelo deslocamento prioritário do exercício do poder do Espaço dos Lugares para o Espaço dos Fluxos. Seu papel prioritário passa ser o de criar infra-estrutura para recebimento de informação interconectada globalmente, transmiti-la em alta velocidade adequando-a à realidade do país, promovendo, ainda, as condições mínimas para a inserção do cidadão na era da Informação. Caso contrário, poderemos rapidamente, deparar com um mundo caracterizado por uma justaposição entre mercados globais e tribos identitárias digladiando sobre os escombros do estado nacional e da sociedade civil. Neste confronto a civilização ocidental é a principal vítima.

A opção inscrita, neste trabalho, entende o fenômeno da Globalização como um processo operado no interior do Modo de Produção Capitalista. Neste sentido, percebe a globalização como um dado da realidade, portanto, que há em curso uma

nova configuração do Modo de Produção capitalista, materializado na especulação financeira em caráter global em tempo real e simultâneo, intimamente vinculado ao processo de reestruturação produtiva, tratando-se de um fenômeno contemporâneo, originário da transnacionalização e da reorganização do Capital.

A dominação do Capital tem passado por mudanças significativas, sobretudo nas últimas décadas, e o atual debate, ainda não conseguiu ultrapassar uma densa névoa de distorções interpretativas prejudiciais à precisa identificação deste fenômeno histórico. Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas sob a hegemonia capitalista, houve três Revoluções Industriais, cada qual redesenhando o perfil produtivo das classes sociais, da supremacia mundial e da forma do pensar e expressar. A primeira Revolução Industrial ocorreu no século XVIII, através da mecanização das fábricas, culminando com o capitalismo concorrencial e com a liderança da Inglaterra.

O século XIX presenciou o alvorecer da segunda Revolução Industrial, incorporando inovações tecnológicas inseridas na produção, ampliando extraordinariamente, o consumo e a mercadorização dos objetos. Este momento é marcado, ainda, pela fusão do Capital Industrial com o Capital Bancário, pelo aparecimento do monopólio, o ressurgir da prática estatal de intervenção na economia e o surgimento do Imperialismo. No comando centralizador desta segunda Revolução Industrial, a liderança no mercado mundial migrou para os territórios da Alemanha e dos Estados Unidos.

A terceira Revolução Industrial, ora em curso, caracteriza-se por mudanças e inserção de novos ramos da produção industrial, tais como: micro-eletrônica, informática, engenharia genética, biotecnologia, telemática e robótica, colocando em segundo plano os clássicos setores do metal-mecânica, da química e do plástico.

A supremacia, nesta ocasião, é marcada pela hegemonia das grandes corporações transnacionais, que funcionam como destacamento avançado da Tríade Estados Unidos, União Européia e Japão. (COSTA, 1998).

A incorporação dos avanços das técnicas e das ciências impulsionam a produtividade do sistema capitalista e, de forma cada vez mais acelerada, tornam-se fortes instrumentos da acirrada concorrência capitalista, chegando, em alguns momentos, a serem identificadas como principal força produtiva em ação. Não há a intenção, ao citar as transformações anteriores no padrão tecnológico, de compreender a mundialização do capital como um fenômeno evolutivo em uma espécie de transbordamento qualitativo (FURTADO 1999), de um acontecimento a outro. Certamente, esse fenômeno, tem tendências centenárias que expressam uma certa continuidade, mas ao mesmo tempo, ela possui e traz consigo inflexões específicas típicas de nossos dias, refletindo permanência, inovações e ruptura que podemos compreender como uma dialética da Globalização.

Os fenômenos políticos econômicos e sociais desencadeadores da terceira Revolução Industrial são estimulados pelo histórico movimento de acumulação do Capital, sendo assim, é importante ressaltar que compreendemos o Capital, como uma força motriz impulsionadora de significativas transformações e entendemo-lo como uma categoria complexa e mutante, um valor em movimento, cuja busca por sua maximização cria e recria metabolismos sociais (MÉSZÄROS, 2002), sustentares da sociabilidade moderna. Enquanto processo contraditório do desenvolvimento ampliado do Capital em movimento, o Modo de Produção Capitalista caracteriza-se por um profundo antagonismo social, estruturalmente desequilibrado e com permanentes defasagens, buscando contínuas transformações no sistema produtivo para garantir a continuidade da reprodução ampliada de sua acumulação capitalista,

desencadeando assim, expressivas mudanças na sociedade. Neste sentido, distanciamos daqueles que pensam a mundialização através de determinantes tecnológicos ou produtivos. Estes, na realidade, são importantes chaves interpretativas que devem ser analisados como componentes de complexas relações sociais em constante mutação.

Muitos autores vão compreender o conjunto de transformações empreendido recentemente (a partir da década de 1960), como alavancadoras de significativas mudanças no padrão de consumo, comportamento, processo de trabalho etc, como um novo período, denominado por alguns, de “Pós-Industrial” (Bell e Touraine), “Especialização Flexível”, (Piore e Sabel), “Pós-Fordistas”, “Neo-Fordistas” (Escola de Regulação), da “Acumulação Flexível” (Harvey), ou ainda da “Mundialização do Capital” (Chesnais) e da “Produção Destrutiva” (Meszáros), constituindo uma polêmica no interior das Ciências Sociais se tais transformações compõem uma ruptura histórica com a configuração do padrão de acumulação capitalista ou se presenciamos, apenas, uma série de reparos na atual estrutura do capital. Alguns autores vão afirmar uma descontinuidade no interior do desenvolvimento capitalista, posta no interior de uma continuidade plena (ALVES, 1999)

Tais transformações vão suscitar o debate da possível existência de uma sociedade de novo tipo, estruturada a partir dos impactos provocados pelas recentes técnicas e maquinários, particularmente pelas tecnologias da informação, entendidas com o conjunto de inovações desenvolvidas na área da micro-eletrônica, computadores (software e hardware), telecomunicações, conjugados com a engenharia genética e biologia molecular. Neste sentido, Daniel Bell conceitua a sociedade por ele chamada de Pós-Industrial (este mesmo autor posteriormente, desenvolve o conceito de Sociedade do Conhecimento popularizado por Toffler em

sua obra “A terceira Onda”), David Harvey fala em Pós-Modernidade e Manuel Castells afirma a chegada da Era da Informação.

### **2.3 O Pós-Industrialismo e a Sociedade do Conhecimento: o embelezamento da captura**

O conceito de sociedade industrial foi introduzido por Raymond Aron na década de 1950 ao analisar as sociedades capitalistas ocidentais e as sociedades socialistas do leste europeu, percebeu que as duas organizações societárias exibiam fenômenos semelhantes, mesmo que orientadas por regimes políticos diferenciados.

Aron identificou que as sociedades industriais caracterizavam-se por um significativo e crescente número de trabalhadores ocupados no setor da transformação e dos serviços. A consequência deste fenômeno era uma constante preocupação com a produtividade de modo a satisfazer as necessidades das cidades e das zonas industriais em franco processo de expansão. Neste sentido, verificava-se a necessidade de crescente racionalização das empresas do setor produtivo que tem seus ganhos vinculados à produtividade. A crença nos aspectos técnicos, vistos como instrumentos para alcançar o progresso representado pela produção de bens a um menor custo para o mercado constituía-se rapidamente como uma sociedade de consumo, que alterava seus hábitos e costumes.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, estimulados pelos limites do crescimento econômico do Modo de Produção Capitalista, há o aparecimento de um pessimismo que se contrapunha claramente aos chamados “anos dourados” representados por décadas anteriores. Uma leitura desta crise vai

levar à compreensão da qual as sociedades industriais clássicas tal qual abordadas pelos clássicos Marx, Weber e Durkheim não existiam mais.

Na teoria da sociedade da informação, a sociedade seria um conjunto de interações, sons, imagens, atitudes e informações que fluem no espaço, verdadeiramente constituído por fluxos (FERREIRA, 2002). A informação, afirmam os teóricos da sociedade informacional, não se limita a representar apenas um elemento da organização social, mas caracterizando-se por constituir a base estrutural dos processos políticos, econômicos e simbólicos que dominam a vida.

Touraine (1971), profundamente influenciado pelos acontecimentos do maio de 1968 francês, constata empiricamente o desenvolvimento de uma nova sociedade que pode ser denominada de Pós-Industrial. Preocupado em interpretar como os agentes sociais vêm respondendo ao conjunto de mudanças apresentado neste período, o sociólogo francês aponta para um desenvolvimento econômico mais associado ao conhecimento do que a aspectos produtivos, remetendo a um próprio reconfigurar da produção, do poder e dos conflitos sociais. Touraine, privilegia o conceito de alienação em detrimento do conceito de exploração econômica, na tentativa de evidenciar uma integração social calcada em processos manipulatórios e na sedução cultural operadas pelos mecanismos do poder. Tal situação vem resultar na redução dos conflitos sociais através de uma participação dependente. Os novos conflitos sociais emergem em combate a esta alienação através do apropriar do conhecimento e opondo-se aos grupos sociais amplamente integrados na sociedade. Dentro destas características, os conflitos não são limitados ao campo econômico, rompendo com a tradição dos movimentos centrados no âmbito do produzir e no operariado como ator histórico da transformação social. Os novos movimentos e Atores sociais estendem-se a outras esferas da vida social, tomando

a forma de contestação cultural entendidos como o indício de uma pré-história de uma nova sociedade.

Touraine indica uma análise renovada do conhecimento aproximando a compreensão dos mecanismos econômicos do capitalismo e os da ordem social, propondo uma justaposição entre macro-economia e sociologia. Compreende-se, ainda, que a leitura sugerida não pode ser vista como um cálculo racional entre atores inseridos na ordem social institucionalizada, mas sim, como resultante do jogo das forças sociais em luta. Com a emergência de uma nova sociedade, Alain Touraine problematiza, mesmo sem desconsiderar, a noção tradicional de classe, afirmando a ocorrência de uma decomposição histórica da representação de classe baseadas em três elementos:

- Ambientes sociais e culturais distintos.
- Das contradições particulares entre capital e trabalho.
- Na quebra da consciência de classe definida em projetos políticos.

Seguindo a dinâmica das transformações originadas pela sociedade Pós-Industrial, as empresas conhecem uma mudança histórica que representa modelos racionalizadores diferenciados estabelecidos de acordo com a composição societária.

Outro importante Teórico da sociedade Pós-Industrial é o americano Daniel Bell, que, em seu livro denominado “O advento da sociedade pós-industrial”, produz uma reflexão global sob os aspectos econômicos, técnicos e psico-social de nossa sociedade. Bell verifica o aumento de postos de trabalho na área de prestação de serviços e a crescente importância das tecnologias de informação no sistema produtivo. Atesta o aparecimento de uma nova composição social com particularidades e singularidades que a diferenciam das sociedades tradicionais e

afirma-se na predominância da economia de serviços, na diversificação das atividades, na preponderância de profissionais e técnicos e na alusão ao crescimento como referência quase exclusiva das políticas pensadas e executadas pela sociedade. Partindo de suas apreciações anteriores, Daniel Bell avança em sua análise e elabora um conjunto interpretativo das mudanças na estrutura da sociedade que passa a ser chamada de “Sociedade do Conhecimento”.

Bell utiliza um esquema evolutivo baseado na atividade “extrativa pré-industrial”, (em que a tecnologia teria a função de obter produtos primários), para a de “industrial fabricação” (aqui, a função primordial da tecnologia é obter fonte de energia) e desta para a “industrial informação” (Tecnologia vista como multiplicadora dos sistemas de informação), sendo as mesmas encaradas como modos de produção distintos, analisadas sob os princípios da estrutura e da função. Além da tradicional divisão entre setor primário, secundário e terciário, Bell propõe a existência de dois novos setores: o Quaternário, englobando as Finanças e os Seguros e o Quinário, com a Saúde, Educação, Investigação, Lazer e o Estado.

O nascimento da informação como conceito e ideologia está intimamente ligada ao aparecimento do computador, colocado no centro das mudanças identificadas no interior da sociedade da informação. Sua grande reivindicação teve origem em certos progressos técnicos desenvolvidos durante o final da década de 1940 e o início da década de 1950, no campo da tecnologia do controle e da comunicação, ou tecnologia da informação (TI), como passou ser designada (KUMAR, 1997). A crescente atividade militar embalada pela corrida armamentista patrocinada pela guerra fria determinou a cadência do desenvolvimento do computador. O surgimento da microeletrônica acelerou os passos das inovações tecnológicas e proporcionou a criação do microcomputador. A tecnologia do

computador é para a nova sociedade que se configura, o que a mecanização foi para a Revolução Industrial. Este equipamento por si só, transforma muito as funções praticadas na sociedade industrial, no entanto, Bell afirma que o grande elemento gerador da sociedade do conhecimento foi o encontro entre o computador e a telecomunicação. A combinação de satélites, televisão, telefone, cabo de fibra ótica e microcomputadores eliminaram a imprecisão da informação e agruparam o mundo em um unificado sistema de conhecimento. Com a capacidade de processamento, armazenamento e recuperação da informação, Toffler (1981) convoca o início de uma nova era da mídia desmassificada operando em contexto global. As sociedades do passado foram limitadas pelo espaço ou pelo tempo, com uma coesão mantida em bases territoriais pela história e/ou pelas tradições. O período industrial legitimou o espaço consagrado pelo estado-nação.

As sociedades da informação, segundo seus teóricos, geram alterações expressivas no seio do tecido social, tendo a informação e o conhecimento como peças determinantes na mudança ocupacional, tornando-se, rapidamente, a atividade chave da economia referendando-se como principal componente do sistema produtivo, superando a tradicional dicotomia entre Capital e trabalho na composição do processo de produção.

#### **2.4 O Pós-Fordismo: a flexibilidade da captura**

A Escola de Regulação representa um interessante suporte interpretativo. Partindo do pressuposto da existência de sistemas específicos de normatização da acumulação, responsável pelo estabelecimento de regras, padrões de produção,

consumo e reprodução da força de trabalho, afirma uma correspondência entre o setor produtivo com a reprodução de assalariados e o nível de consumo, materializando-se nas formas de hábitos e leis. É nesta perspectiva que o sujeito Capital, em geral, pode ser apreendido como múltiplos capitais. O Capital em movimento aparece, aqui, como um complexo sistema societário constituído de múltiplas contradições não somente entre Capital e Trabalho, mas ainda, entre os inúmeros possuidores de Capital. Nesta linha de raciocínio, é que se põem as relevâncias da mediação político institucional. Os regulacionistas (M. Aglieta,; R. Boyer, 1990; A. Lieptz, 1990), batizaram este processo como *modo de regulamentação* que surgem no decorrer do desenvolvimento capitalista. É a percepção da variação histórica dos modos de regulação que nos permite considerar que presenciamos, hoje, a passagem para um novo regime de acumulação do capital baseado na acumulação flexível ou ainda o período da mundialização do capital.

Como derivação do pensamento regulacionista, emerge o Pós-Fordismo, perspectiva que chama a atenção para a emergência, desde a década de 1960, de um expressivo aumento da demanda de bens de consumo de formas extremamente diversificadas, com produção em pequena escala, moldada ao gosto do consumidor. Esta crescente demanda aliada a uma retração no consumo de massa, ancorada na alteração de estilos de vida, na fragmentação em grande diversidade de grupos de consumidores (as atuais “tribos”), com exigências próprias e bem definidas, leva o sistema produtivo a promover a chamada “especialização flexível”, isto é, uma produção altamente especializada, visando atingir novos nichos de mercado, não contemplado com a fabricação em larga escala de mercadorias, mas ao mesmo tempo, flexível para suportar e adaptar-se às rápidas mudanças no padrão de consumo.. As inovações proporcionadas pelas novas tecnologias possibilitam o

aparecimento de maquinário apto a reagir a drásticas modificações na fabricação de mercadorias, respondendo, eficientemente as novas necessidades, agora geradoras de novas oportunidades. A tecnologia flexível materializa a especialização flexível, em que novas idéias podem ser rapidamente transformada em produto original, sendo a mercadoria fabricada ao gosto do freguês, acatando desejos e necessidades específicas em um estado de constante mutação. A especialização flexível é a raiz da lógica Pós-Fordista, aliando às novas tecnologias com a idéia de transformação das características do mercado das sociedades industriais, contribuindo, assim, para a superação da crise econômica das décadas de 1970 e 1980.

Segundo Kumar (1997), as mudanças que caracterizam a passagem do Fordismo para o Pós-Fordismo podem ser esquematicamente sintetizadas da seguinte forma:

- *Na economia são*: O surgimento de mercados e de empreendimentos globais, aliadas ao declínio das empresas nacionais e das nações estados como unidade eficiente da produção e controle da mercadoria e do consumo; especialização flexível e dispersão e descentralização da produção, substituindo o marketing e a produção em massa; hierarquias mais niveladas nas empresas e ênfase em comunicação e não em comando; desintegração vertical e horizontalização com aumento da terceirização franquias marketing interno entre empresas e extinção de funções; aumento do número de trabalhadores em tempo flexível ou que trabalham em casa.
- *Em relações políticas e industriais, as características são*: A fragmentação de classes sociais, o declínio de partidos políticos nacionais baseados

em classe ou em votação de acordo com a classe; surgimento de movimentos sociais e “redes” sociais, baseados em região, raça, sexo ou políticas de assunto único; movimentos periféricos sub e supra-nacionais, declínio de sindicatos de categoria inteiras e das negociações salariais centralizadas e a ascensão de negociações localizadas baseadas na fábrica; força de trabalho dividida em núcleo e periferia; fim do compromisso do corporativismo com a classe; esfacelamento da provisão de benefícios padronizados, coletivistas, da previdência social; aumento das opções do consumidor e fornecimento privado de benefício sociais.

- *Em cultura e ideologia, observa-se:* Desenvolvimento e a promoção de modos de pensamento e comportamentos individualistas; a cultura da livre iniciativa; o fim do universalismo e da padronização da educação; aumento do sistema modular e de escolha por aluno e pais; fragmentação e pluralismo em valores e estilo de vida; ecletismo pós-modernista; privatização das atividades do lazer.

No pensamento Pós-Fordista, a economia de escala é substituída pela “economia de escopo” (KUMAR, 1997), ou seja, um mercado dominado pelo uso de tecnologias flexíveis, voltado para manufatura de produtos que atendem a pequenos e variados segmentos. Estes elementos redefinem o comportamento do setor industrial que adotam novos métodos de racionalização do processo produtivo, objetivando a modernização e uma nova eficiência plenamente ajustada a sobreviver no inédito ambiente que desenha.

Uma leitura extremamente otimista do Pós-Fordismo pode ser encontrada em Piore & Sabel (apud KUMAR, 1997), que preconizam a possibilidade de uma

democracia dos pequenos proprietários, estabelecendo uma “competição corporativa” e um “individualismo coletivo” nos marcos da produção artesanal do século XIX. Estes autores fundamentam suas opiniões através da constatação de alterações nas relações entre empresas de grande e pequeno porte, que abandonam a rivalidade para adotar uma postura de cooperação e complementaridade exercida no fenômeno da “terceirização” ou sub-contratação. Piore & Sabel atestam que o computador pode ser compreendido como a nova ferramenta do artesão que restaura o controle humano sob o processo de criação proporcionando maior envolvimento e satisfação à maioria dos trabalhadores.

Embora aceitando a idéia de especialização flexível e a crise da produção em massa, Scott Lash e John Urry (apud KUMAR, 1997), identificam o fim do que nomearam de “capitalismo organizado”, isto é, período pelo qual o Modo de Produção Capitalista organizou sua primeira e segunda revolução industrial e garantiu uma efetiva regulamentação das relações produção-consumo identificados pela concentração espacial em cidades industriais; controle da economia com agrupamento em torno do estado-nação e da produção em grande escala pautado pelo Fordismo-Taylorismo aliados a uma expressão cultural, ou seja, o modernismo. O desmonte do “capitalismo organizado”, gerador de um “capitalismo desorganizado”, transforma esses elementos na medida em que o incremento de um mercado mundial integrado teve como decorrência uma notável descentralização industrial, representa assim uma reestruturação diante da imposição da nova realidade. Os métodos de organização flexível do trabalho e a flexibilidade da produção estão substituindo, rapidamente, a produção em massa. As principais características deste período em realização seriam a fragmentação da classe trabalhadora, inviabilizando assim as políticas fundamentadas na categoria “classes sociais e a dissolução dos sistemas

corporativos nacionais, baseados no estado-nação. Uma classe de indivíduos” vinculados ao setor de serviços, demonstrou ser um forte manancial de novos valores e movimentos sociais.

Scott Lash e John Urry afirmam a existência de uma desconcentração espacial acompanhada de uma desconcentração industrial ocorridas em função de um gradual abandono dos tradicionais pólos industriais seguindo a descentralização do mercado e da atividade produtiva e de serviços, contribuindo para elevação do pluralismo e da fragmentação da sociedade, ação esta que alicerça o Pós-Modernismo, substituto do Modernismo.

David Harvey (2003), assumindo uma postura regulacionista em sua obra a “Condição Pós – Moderna”, propõe a idéia em que vivenciamos um período de transição e transformação, nos marcos do modo de produção capitalista, baseado em uma profunda alteração na formas de regulação do capital. O debate proposto por este autor consiste na verificação do conteúdo das atuais mudanças em curso, interrogando se as mesmas representam o surgimento de um novo regime de acumulação ou se caracterizam apenas por uma série de acomodações e ajustes na configuração da crise de crescimento do capitalismo durante o final do século XX.

Piore e Sabel (apud Harvey, 2003) representam uma primeira tomada de posição frente a esta questão, produzindo uma reflexão em que as chamadas novas tecnologia abrem e possibilitam uma reconfiguração das relações de trabalho e de todo o sistema produtivo, forjando novas bases sociais, econômicas e geográficas completamente diferenciadas. Harvey, no entanto, alerta para um equivocado super dimensionamento de tais alterações e do significado do aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, que diminuem o peso, ainda visível, do sistema fordista,

gerando uma reflexão que exageram o potencial de comando e controle dos pequenos empreendimentos, que, armados de novas tecnologias e de originais formas de organização do trabalho, poderiam subverter a ordem do capital monopolizado, criando uma espécie de capitalismo popular.

Em uma segunda tomada de posição, podemos encontrar trabalhos que percebem, na flexibilidade, um instrumento extremamente poderoso de legitimação de condutas políticas reacionárias e conservadoras de caráter antipopular. Desprovidas de base empíricas para atestarem suas afirmações, caracterizando-se, assim, como um esforço ideológico dos setores dominantes da sociedade visando justificar seus métodos, fazendo-os parecer inevitáveis a hiper mobilidade do capital. Acusando os defensores de uma análise pautada na flexibilização, de contribuir voluntariamente, ou não, para uma condição ideológica que leva ao enfraquecimento dos movimentos da classe trabalhadora (POLLERT, 1988; GORDON, 1988; SCOTT, 1988 apud HARVEY, 2003).

Os autores, que negam a mundialização e seu ineditismo, tendem a recuar a um passado remoto objetivando encontrar um grau semelhante de abertura aos fluxos comerciais e de investimentos, apoiando-se ainda, em estatísticas demográficas para demonstrar o fluxo migratório do período desejado (FURTADO, 1999).

As duas conflitantes posições contribuem de sobremaneira para o debate na medida que cada uma, de acordo com sua linha argumentativa propicia o aparecimento de uma terceira tomada de posição moderadora entre os extremos, defensora da idéia de transição proposta por Harvey, em que as novas tecnologias e formas de organização do trabalho, embora não se tornarem hegemônicas em todos lugares, quebraram a supremacia fordista. Mais importante do que realizar

comparações baseadas em dados estatísticos entre períodos passados e o presente, é analisar, compreender a natureza das estruturas e da dinâmica da contemporaneidade.

O atual período constitui-se pela combinação de um fordismo altamente eficiente, modificado pela tecnologia e pela flexibilidade da produção, denominado por Harvey como um momento de transição marcado pelas transformações na economia política do capitalismo, sinalizados pelas mudanças no processo do trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, acompanhado de um significativo remodelamento do papel do estado nacional. Desta forma, ao mesmo tempo em que se efetua uma transição para um novo modelo de produtivo, em que as novas tecnologias ocupam lugar de destaque, presenciamos ainda a uma reestruturação das indústrias e de mercados que adotam como parâmetro velhos métodos taylorista.

Este presente momento é apelidado como de acumulação flexível (HARVEY, 2003) e, diferentemente de outros tempos, tem a propriedade de apresentar uma forte expansão dos espaços sob o controle do Capital, mas desconectada de crescimento, não proporcionando elevação da empregabilidade e dos investimentos na produção. Em termos espaciais, a referida expansão aproxima as diferentes partes do sistema ao passo que acentua suas diferenças, por ação de uma especialização crescente promotora da verticalização de cadeias produtivas internacionalmente decompostas, reforçando o controle e as hierarquias existentes no comando do sistema internacional (FURTADO 1999).

## Capítulo III

### **AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA CAPTURA DO TERRITÓRIO GOIANO**

Com o conjunto de transformações produtivas e sociais vivenciadas pelo estado, apresentadas no decorrer desse trabalho, observamos uma expressiva mudança na característica do padrão territorial em Goiás. Na segunda parte desta Dissertação, buscamos oferecer uma síntese das mais variadas leituras que ambicionam dar explicações e compreensão para o conjunto de mudanças vivenciadas nos períodos abordados. Procuraremos, neste último Capítulo, indicar alguns elementos e fenômenos ocorridos durante a década de 1990, para logo após verificar a validade das Teorias explicativas apresentadas, aproximando estas interpretações ao contexto estadual a partir da realidade goiana, apontando assim, um esboço analítico, capaz de oferecer elementos para uma boa compreensão da atual e complexa trama social existente em Goiás.

#### **3.1 Goiás no contexto dos anos 90: a captura na era da desregulação**

A absorção de um espaço-tempo linear característico do pensamento moderno ocidental foi, gradativamente, consolidando-se em conflituosa substituição a outras formas de percepção espaço-temporal, particularmente aquelas fundamentadas pelas sociedades tradicionais. A assimilação da expansão da

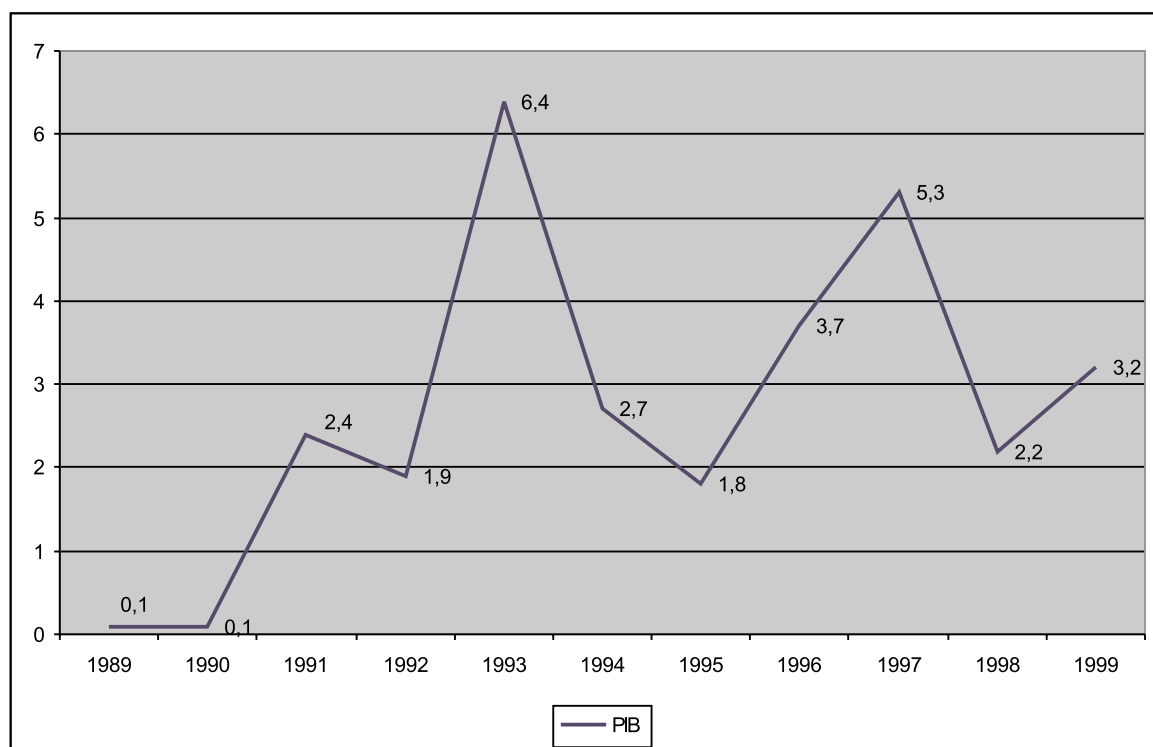
produção em grande escala paulista, reforçada, privilegiadamente, por políticas governamentais, contribuiu de forma decisiva para uma reestruturação territorial do estado que proporcionou a inserção de localidades que apresentam vantagens comparativas na acumulação do Capital, criando o conflito entre territórios contíguos e territórios em redes (Santos, 1998).

No âmbito federal, a década de 1990 caracterizou-se, entre outras coisas, pela interrupção de diversas políticas de desenvolvimento regional, que podem ser ilustradas pela extinção da SUDECO, fazendo com que o FCO constituísse-se como o único programa de financiamento em atividades produtivas encontradas na região em Goiás. Os recursos do Fundo estão vinculados ao Conselho de Desenvolvimento do Estado, que busca, em sua formalidade, conciliar os interesses privados com os interesse governamentais. A distribuição destes recursos pelo governo federal realiza-se da seguinte forma: 10% para Programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovado pelo INRCA; 50% destinados aos estados e o restante 40%, também são encaminhados aos estados, mas a partir de uma demanda apresentada. O SNCR presenciou uma queda da participação relativa do estado na distribuição de seus recursos. Se na década de 1980 Goiás, dispunha de 16,8% dos recursos do Sistema, no ano de 2000 esta participação tinha reduzido para 7,7%. A alteração na política de juros praticados explica esta redução.

Segundo Gasques (2001), neste período, há uma alteração no comportamento governamental, que passa assumir uma postura meramente reguladora, contextualizada pelo esgotamento do estado desenvolvimentista e a grave crise fiscal dos anos de 1980. Com isso, os gastos do governo com o setor reduz de 5,6%, nos anos de 1980, para 2,4% na primeira metade da década de 1990, recuando mais ainda para 2,1% em sua segunda metade. Ao longo da década

de 1990, a economia goiana acompanha a dinâmica recessiva ditada pela conjuntura nacional. As taxas de crescimento econômico continuam com a tendência de queda apresentada no decênio anterior, permanecendo com crescimento acima da média nacional (Gráfico 8). Os efeitos da abertura comercial patrocinado pelo governo Collor, no início da década, não foram tão sentido localmente, na medida que o setor agropecuário possuía alta participação na composição do PIB estadual. A queda dos índices sustentados pela atividade industrial (2,9%), foi compensada pela elevação dos números indicados pela agricultura (2,5%), sendo que o setor de serviços, praticamente, não sofreu alteração.

**Gráfico 8:** Variação anual do PIB: 1989-1999 (%).



**Fonte:** Sillva (2002).

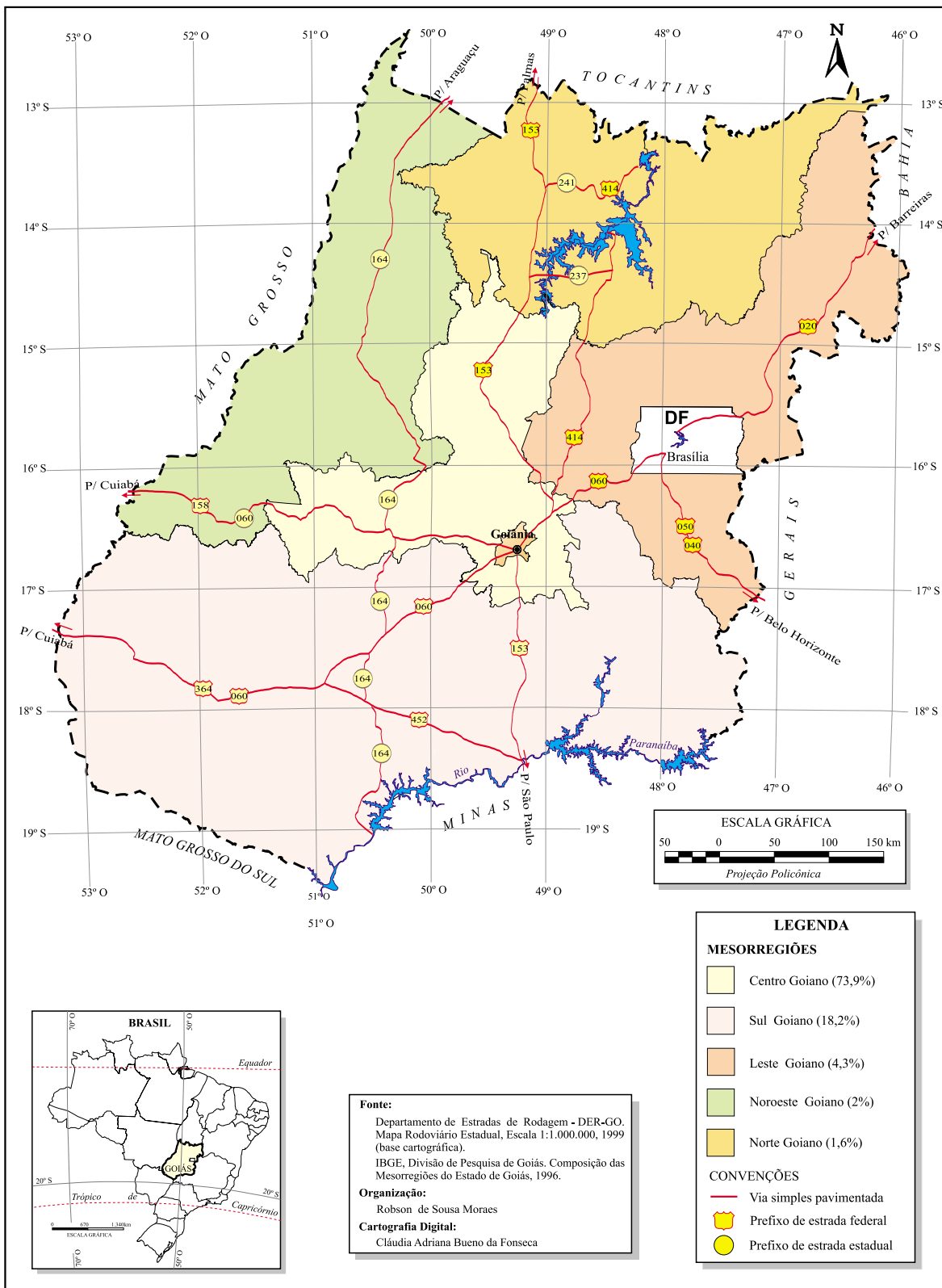
No que corresponde à composição do PIB goiano, a década de 1990 pouco modificou. O setor primário fecha o decênio com 16,2 % de representatividade, a

indústria com 29,6% e o setor de serviços com índice de 54,3%. Verificando os dados contidos no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), observa-se que a indústria goiana dobrou o número de estabelecimentos industriais (de 3.683 para 7.022) e de empregos formais durante a década de 1990 (50.359 para 99.604). O trabalho de Silva (2002), aponta que a Pesquisa de Economia Informal Urbana, desenvolvida pelo IBGE, avaliando o mesmo período revela que o número de trabalhadores informais (61,2%) supera os localizado no âmbito da formalidade. Regionalmente (Mapa 4), estes postos de trabalho se localizavam da seguinte maneira (SILVA, 2002):

- 73,9% na mesoregião Centro.
- 18,2% na mesoregião Sul.
- 4,3% na mesoregião Leste
- 2% na mesoregião Noroeste.
- 1,6% na mesoregião Norte.

A concentração de postos de trabalho na mesoregião centro-sul, sem sombra de dúvida é conseqüência do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos programas governamentais e que contribui, decisivamente, para o agravamento dos desequilíbrios regionais já existentes no estado. Na mesoregião sul (SILVA, 2002), encontram-se a montadora de automóveis Mitsubishi e a fábrica de colheitadeiras Cameco do Brasil; agroindústrias do complexo grão – carnes com diversas unidades de transformação de derivados de leite, soja, sorgo e milho; moinhos de trigo; fábrica de massas; frigoríficos além de grandes empresas de mineração. A Perdigão, em Rio Verde; a Persa, em Cesarina e a Nutrisa, em Pires do Rio são exemplos da consolidação deste setor no estado. Na mesoregião Centro

Mapa 4: Distribuição Regional de Postos de Trabalho no Estado de Goiás - Mesorregiões.



encontram-se indústrias como a fábrica de biscoitos Mabel, a indústria de massa de trigo Emege. Essa mesoregião contém, ainda, indústria de transformação têxtil e um pólo farmacêutico localizado no município de Anápolis. Esse Pólo colocou o estado na terceira posição na produção farmoquímica do Brasil. Podemos afirmar que, nestas duas mesoregiões do estado, predomina o “acontecer hierárquico” definido por Santos (1998). Nesta região encontra-se ainda, os “Nós” e os “Hubs” da rede territorial conforme proposto por Castells (1999).

A estrutura de ocupação e emprego em Goiás apresentou ampliação na década de 1990, de acordo com PNAD de 1992 e 2001. Entre os setores que mais ampliaram a participação está o aparelho do estado, com 73,4%; transporte e comunicação, com 71,1%; comércio de mercadorias com 60,7%; atividade industrial 23,4%. O setor agrícola, neste mesmo, período reduziu sua participação em 35,5%.

Segundo Francisco de Oliveira (2003), a clássica divisão das atividades econômicas em três setores (Primário, Secundário e Terciário) é originária dos trabalhos de Colin Clark que se tornando um paradigma para a observação do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), concebe o elevar da participação dos setores secundário e terciário como sinal de diversidade da economia e do crescimento econômico. Os teóricos cepalinos afirmavam que o setor terciário, em países subdesenvolvidos, apresentam um “inchaço” com peso na composição do PIB que não eram condizente com sua realidade, na medida que o Terciário não configura produção, sendo um consumidor do excedente socialmente gerado. O crescimento do Terciário em Goiás explica-se pelo fato de que a economia estadual, baseada na agricultura, não acumulou excedentes que possibilitassem a diversificação para a atividade industrial, tal qual ocorreu no processo de industrialização em São Paulo, bem como não construiu uma infra-estrutura urbana

que servisse de base para o setor Secundário. O recente processo de industrialização da agricultura e da pecuária goiana, impulsionada pela demanda paulista, exigiu das cidades toda uma infra-estrutura urbana inexistente, passando a ser absorvida pelo estado como forma de viabilizar a acumulação ampliada do Capital. O Terciário, longe de ser “peso morto” no desenvolvimento da economia configura-se, na realidade, como condição fundamental para a expansão do capital.

Outra iniciativa do estado, reformulada nos anos de 1990, é o programa FOMENTAR. Efetivado em 1984, apresentado como um importante instrumento de desenvolvimento do estado, experimenta uma crise política nos anos de 1990. Este programa oferecia, como principal atrativo, a isenção temporária do pagamento de 70% sobre o ICMS, com resgate de incentivos em um prazo de cinco anos, com dois de carência, quando inicia o pagamento em sessenta parcelas mensais iguais e fixas, com juros de 2,4% a.a sem correção monetária (PASCHOAL, 2001). Até o ano de 1999 foram aprovados 1332 projetos, sendo 639 pedidos de implantação; 265 de expansão; 235 de reformulação; 50 de redução de ociosidade e 14 de reenquadramento. Deste total, 659 foram entre 1994 e 1999.

Ao percebermos que no ano de sua instituição, a inflação alcançava a casa dos 223% a.a, a prática da não correção monetária converteu o “empréstimo” em total isenção fiscal. Segundo Paschoal (2001), o relatório da auditoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), referente ao FOMENTAR, entre os anos de 1986 a 1994, conclui que o benefício do programa não era cedido a todos os interessados, não atingindo as micros e pequenas empresas, que passariam a receber suporte somente a partir de 1990 com a aprovação da lei nº 11.180. No entanto, várias dificuldades eram criadas para dificultar o acesso destas ao programa, inviabilizando a entrada e permanência das mesmas. Se havia uma restrição em relação às

pequenas empresas, o inverso ocorria com os grandes empreendimentos que presenciavam a ampliação das concessões de vantagens sob a argumentação da relevância de seus projetos para o desenvolvimento do estado.

No ano de 1990, com o início da estabilização monetária, ocorreram modificações nas regras do programa, alterando a forma de beneficiamento e os prazos de pagamentos. Ao todo, sete leis e sete decretos compunham o conjunto de modificações sofridas pelo FOMENTAR. Estas modificações tiveram seu ponto mais alto exemplificado na lei nº 13.436 de dezembro de 1998 que ampliava o prazo de resgate dos benefícios concedidos para 30 anos. Mesmo sem efetuar nenhum pagamento, o grande empresariado (sempre amparado pelo aparato estatal), aumentou suas reivindicações, pois a parte do ICMS não paga, embora tenha favorecido extraordinariamente, as empresas beneficiárias, levou estas a apresentar passivos (contas a pagar) extremamente elevados em sua contabilidade, dificultando o acesso a outros financiamentos. Para aliviar a situação destes empresários, foi realizado (regulamentado em forma de lei em abril de 1999) um leilão sobre os créditos contabilizados com descontos de 89% sobre os créditos acumulados durante a fruição dos benefícios. Dos 410 contratos existentes, 252 ou 61,5% encerraram seus débitos e o estado deixou de receber recursos que lhe eram devidos. Da forma em que foi estabelecido o leilão, somente as empresas envolvidas no Programa tiveram interesse, pois o tempo de pagamento da nova dívida seria a mesma do tempo já estabelecida no FOMENTAR (15 anos em média), situação que não se estendeu para empresas de fora do Programa, que tiveram 30 dias para saldar o débito. Os donos do poder em Goiás repetiram a prática evidenciada por Faoro (1998), isto é, uso privado do patrimônio público. As reações judiciais não demoraram a aparecer e o desgaste do Programa levou ao encerramento de suas atividades.

Em janeiro de 2000, em substituição ao FOMENTAR, cria-se através da lei nº 13.591, o Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e o Fundo de Investimento das Atividades Industriais (FUNPRODUZIR). A diferença alegada entre estes dois Programas foi que o PRODUZIR não se caracterizava como renúncia fiscal, pois a empresa beneficiada não estava isenta do pagamento de ICMS. O erário público depois de receber devolvia o recurso em forma de investimento (burlando, assim, a lei de responsabilidade fiscal), no valor até 73% do ICMS arrecadado, com juros de 2,4% a.a sem correção monetária, com prazo Máximo de 20 anos, sendo que a empresa poderia abater de seu débito os chamados gastos sociais, tais como a implantação de creches, escolas etc; podendo, ainda, ser dado descontos de 30% a 100% do saldo devedor de acordo com a “prioridade” e “relevância” do projeto. Desta forma, fica nítida a presença e interferência do aparelho estatal que em sua operação transfere recursos e garante ganhos para a indústria permitindo, assim, a construção e consolidação de um novo nicho de mercado até que este consiga orientar-se com certo grau de automaticidade, configurando uma espécie de “socialismo dos tolos” (OLIVEIRA, 2003).

### **3.2 A Agroindústria goiana: a captura pela industrialização**

A inserção da economia goiana, na esfera produtiva nacional, acompanhou complementarmente o ritmo e as demandas da economia paulista. A estrutura criada no território goiano e as vantagens comparativas, aqui, existentes foram, paulatinamente, atraindo agentes econômicos que, aliados ao aparelho do estado,

implementaram estrutural transformações nas características do estado. Segundo Castro e Fonseca (1995) e Estevam (1997), a ocupação agroindustrial da região Centro Oeste pode ser definida em três fases:

- A primeira iniciada na década de 1970 concerne ao período de adaptação da soja na região, especialmente no estado de Goiás.
- A segunda fase delimitou-se pelo processo de expansão da cultura da soja para o Mato Grosso e o cerrado baiano.
- A terceira fase iniciou-se a partir de 1985, que alimentada pela crescente produção de grãos, promoveu o deslocamento de grandes conglomerados industriais, especialmente indústrias de beneficiamento de grãos e abates de animais. Simultaneamente houve a implantação de projetos de melhoria da infra-estrutura existente.

A entrada da economia da soja em Goiás (Leite, 2000) ocorreu pelo sudoeste do estado, mais especificamente, pelo município de Rio Verde. Já em 1975, foi criada a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO – que se transformou em uma das mais importantes empresas na produção e processamento da soja na região Centro Oeste. Couto e Monteiro (1999) afirma que além da topografia, entre outros elementos, a estrutura fundiária do município favorecia a cultura de grão em grande escala. Analisando o Censo de 1996, estes autores afirmaram que 55% das propriedades ali localizadas possuíam mais de 100 ha, o que corresponde a 93% da área cultivada. Os estabelecimentos com mais de 1000 ha, aproximadamente 8% do total, ocupam 47% da área. Metade dos agricultores da região tinham propriedades com menos de 100 ha e estão excluídos da produção comercial de grãos.

Em 1998, um clima de euforia tomou conta desta região, pois iniciou-se a implantação do Projeto Buriti, que marcou a transferência da fábrica Perdigão para o município de Rio Verde, cuja meta era a terceirização da criação de aves e suínos que podiam ser desenvolvidas pelos pequenos agricultores. Havia, ainda, a previsão de instalação de uma das unidades de derivados de tomates da empresa Cica. Uma reportagem do Jornal Gazeta Mercantil, citado no artigo de Leite (2000), divulgou a idéia de que juntos, Perdigão e Cica, realizariam um investimento de R\$ 700 milhões e criariam cerca de 17.500 empregos diretos e indiretos. No entanto, na perspectiva da empresa, apontado pelo autor, seria de que a fábrica goiana trabalharia com apenas 25 produtores integrados, que teriam instalações em um raio Máximo de 50 km e seriam selecionados entre os que já possuíam pivô para irrigação.

O Projeto Buriti, iniciado em 1998, previa a construção de frigoríficos com capacidade de abater 281 mil aves e 3,5 mil cabeças de suínos por dia, uma fábrica de ração com capacidade para processar 42 mil toneladas de milho e 15 mil de soja por mês e 810 módulos de integração. As granjas integradas teriam que apresentar capacidade média de alojar 24 mil frangos, uma brutal elevação da capacidade exigida por essa empresa em Santa Catarina que variava de 6 a 15 mil frangos (LEITE, 2000). Ao contrário do que imaginava Couto e Monteiro (1999), o sistema de integração praticado em Rio Verde não proporcionou uma alternativa aos pequenos produtores que continuavam excluídos da economia em grande escala.

Se a economia da agroindústria não proporcionou a viabilização da pequena propriedade, esta dinâmica estabeleceu todo um padrão de integração e desenvolvimento regional, constituindo-se como principal componente para o novo padrão territorial goiano. Segundo Castro e Fonseca (1995), o complexo grãos –

carnes incorpora o conceito de Perrouxiano de firmas dinâmicas e a constituição de um parque industrial agropecuário, centrado nesses setores, provocam inquestionável efeitos de encadeamento entre a base produtiva agropecuária e a indústria de insumos, máquinas agrícolas e com os setores de armazenagem, beneficiamento, comercialização, transporte de matéria prima e alimentos dando formação a chamada cadeia produtivas.

As cadeias produtivas são formas de organização da produção resultantes da crescente divisão e interdependência de alguns agentes econômicos. Este fenômeno se origina a partir da desintegração vertical e da especialização técnica e social do trabalho abordado no capítulo desta dissertação. As cadeias produtivas são caracterizadas por um conjunto de atividades consecutivas pelos quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos utilizados. No interesse deste trabalho, limitaremos ao entendimento de cadeias produtivas setoriais, ou seja, aquelas que agrupam agentes que atuam dentro de um mesmo setor, sendo que os blocos de cada cadeia seriam denominados de complexos industriais, caracterizados pela efetivação da matriz e a definição de suas potencialidades através da desintegração vertical e da adoção de modernos métodos de gerenciamento (just in time; downsizing etc.). O conceito de “crescimento desequilibrado” trabalhado por Françoise Perroux, provocado pela aglomeração espacial das empresas contribui para existência das desigualdades regionais.

Haddad (1999) afirma que a capacidade de uma atividade econômica em desenvolver uma dada região não se limita somente aos elementos já mencionados, mas, agregados a estes, o autor aponta os efeitos provocados pela demanda final de bens de consumo e de capitais em função da elevação da renda regional e de seus efeitos fiscais, apontando para o aumento da capacidade arrecadativa do estado.

Neste sentido, verifica-se que o crescimento econômico não é condição única para o desenvolvimento (FURTADO, 2000). Haddad (1999) sugere que um crescente processo de autonomia decisória, uma crescente capacidade de captação e reinvenção do excedente econômico, uma inclusão social e consciência e ação ambientalista, são condições fundamentais para o desenvolvimento regional. A partir dos postulados apresentados por este autor, fica questionado o suposto desenvolvimento apresentado recentemente pelo estado de Goiás. Por mais dinâmico que seja o crescimento econômico, este não produz mecanicamente a distribuição de seus benefícios. A julgar pelas experiências históricas, o que ocorre é um financiamento público para a atividade privada, que reflete significativamente nos índices de crescimento econômico (PIB), acompanhado com vertiginoso aumento das desigualdades sociais.

As estratégias utilizadas pelas empresas líderes do setor agroindustrial apontam uma intimidade com a agricultura familiar através de contratação formal ou não para realização de etapas do processo produtivo. Na experiência de Rio Verde (LEITE, 2000) indica evidências que sugerem um novo padrão de relacionamento entre empresa e agricultura, com fortes indícios de que se prevalecer os interesses do grande capital, haverá o aprofundamento das desigualdades intra e inter-regionais existente. Nesta perspectiva, o estado de Goiás tornou-se um mosaico em termos produtivos e sociais. Convivem áreas de elevadíssima produtividade ao lado de localidades onde predominam a exploração tradicional. Paragens com extraordinária concentração populacional e diversificados problemas sociais coexistem com verdadeiros vazios demográficos.

Segundo Estevan (2000), o mosaico social e produtivo do estado compõe-se da seguinte forma:

- Na região Sudeste do estado sobrevive à pecuária extensiva e a fazenda tradicional. Esse economista aponta que algumas pequenas agroindústrias têm ocasionado certo movimento em municípios como o de Pires do Rio. O turismo tem proporcionado algumas divisas em Três Ranchos. Nos municípios de Catalão e Ouidor, a mineração já atingiu sua escala de mineração e emprego. A recente transferência de indústrias de insumos agrícolas para a localidade, aproveitando o potencial mineral e a proximidade do mercado consumidor, poderá trazer, expressivas alterações nas características econômicas, sociais e ambientais do Sudeste do estado.
- O Sul goiano apresenta uma forte presença da agroindústria e de sua exploração agropecuária. O turismo em Caldas Novas dá sinais de atingir seu nível máximo de rentabilidade e emprego, com possibilidade de menores investimentos no setor em Itumbiara. O Sul goiano, pelas suas características históricas, tende a ser um apêndice do Triângulo Mineiro e do interior de São Paulo. Com a extensão da agropecuária paulista, há a possibilidade de investimento neste setor.
- O Sudoeste representa a região do cultivo intensivo no estado. A implantação das unidades da Perdigão e da Gessy Lever vem contribuindo para mudanças qualitativas na estrutura da região.
- Dentro dos limites do território goiano, a região do Mato Grosso de Goiás transformou-se na região problema, pois mais da metade da população do estado está localizada nesta porção de terra, que tem enfrentado graves problemas sociais. A chamada modernização do campo empurrou moradores de vários municípios para esta localidade, gerando inchaço urbano e sérios problemas estruturais. No entanto, esta região caracteriza-

se como maior mercado consumidor do estado, permitindo a sobrevivência de pequenos produtores próximos a Goiânia e Anápolis.

- O Entorno de Brasília, também, vivenciou intenso deslocamento populacional em sua direção, acarretando graves problemas. No entanto, o Entorno oferece condições privilegiadas em termos de localização, pois sua proximidade com a Capital Federal permite fácil acesso a um grande mercado consumidor, podendo viabilizar a pequena produção de bens de consumo imediato, tais como: leite, frango, verduras etc.
- Na região Noroeste, o turismo aparece como uma grande possibilidade, na medida em que o Rio Araguaia oferece potencial de exploração organizada no setor que está extremamente distante da exaustão econômica. Há, nesta região, um considerável plantel de bovinos apesar da inexistência de frigoríficos. A implantação deste ramo de atividade na região encontrara condições muito favoráveis.
- As regiões Norte e Nordeste mantiveram-se em sua característica econômica tradicional. Com uma forte concentração fundiária, e pouquíssima produtividade, persistem com uma dura realidade carecendo de elementos infra-estruturais, tais como energia, transporte, armazenagem etc.

### **3.3 Os efeitos da captura industrial**

Um Goiás genérico é fruto de abstração, sendo o estado composto por diferentes realidades, contradições e reivindicações. Qualquer projeto de

desenvolvimento, para ser eficaz, deve levar em conta essa pluralidade de situações encontradas dentro de uma mesma unidade chamada Goiás. É importante ressaltar que esta característica fortaleceu-se com a implementação de um modelo econômico que buscava uma integração competitiva do estado no cenário nacional e internacional, levando a expansão da produtividade rural em razão direta a utilização de novas tecnologias com menor poder de absorção de mão de obra. O processo de modernização da agricultura e da pecuária goiana é estruturalmente desequilibrado, sendo incapaz de promover um desenvolvimento regional no sentido de garantir uma elevação da qualidade de vida da população. O que se revela é uma lógica perversa em que, quanto mais o estado busca melhores níveis de competitividade, com expansão especializada de sua atividade econômica, menor será o potencial de ocupação humana, maior o deslocamento populacional em direção aos centros urbanos com maior demanda para políticas de amparo social, geralmente, sustentadas pelo assistencialismo (ESTEVAM, 2000). As políticas elaboradas e aprovadas pelo estado contribuíram de sobremaneira para o processo de industrialização da agropecuária em Goiás, mas ao mesmo tempo, acarretaram dolorosos estrangulamentos sociais, o inchaço urbano e a desigualdade regional são as maiores expressões.

O crescimento urbano verificado em Goiás pode ser visto como consequência direta da desruralização da produção, sendo que quanto menor a participação do produto primário na economia, maior será a taxa de urbanização (OLIVEIRA 2003).

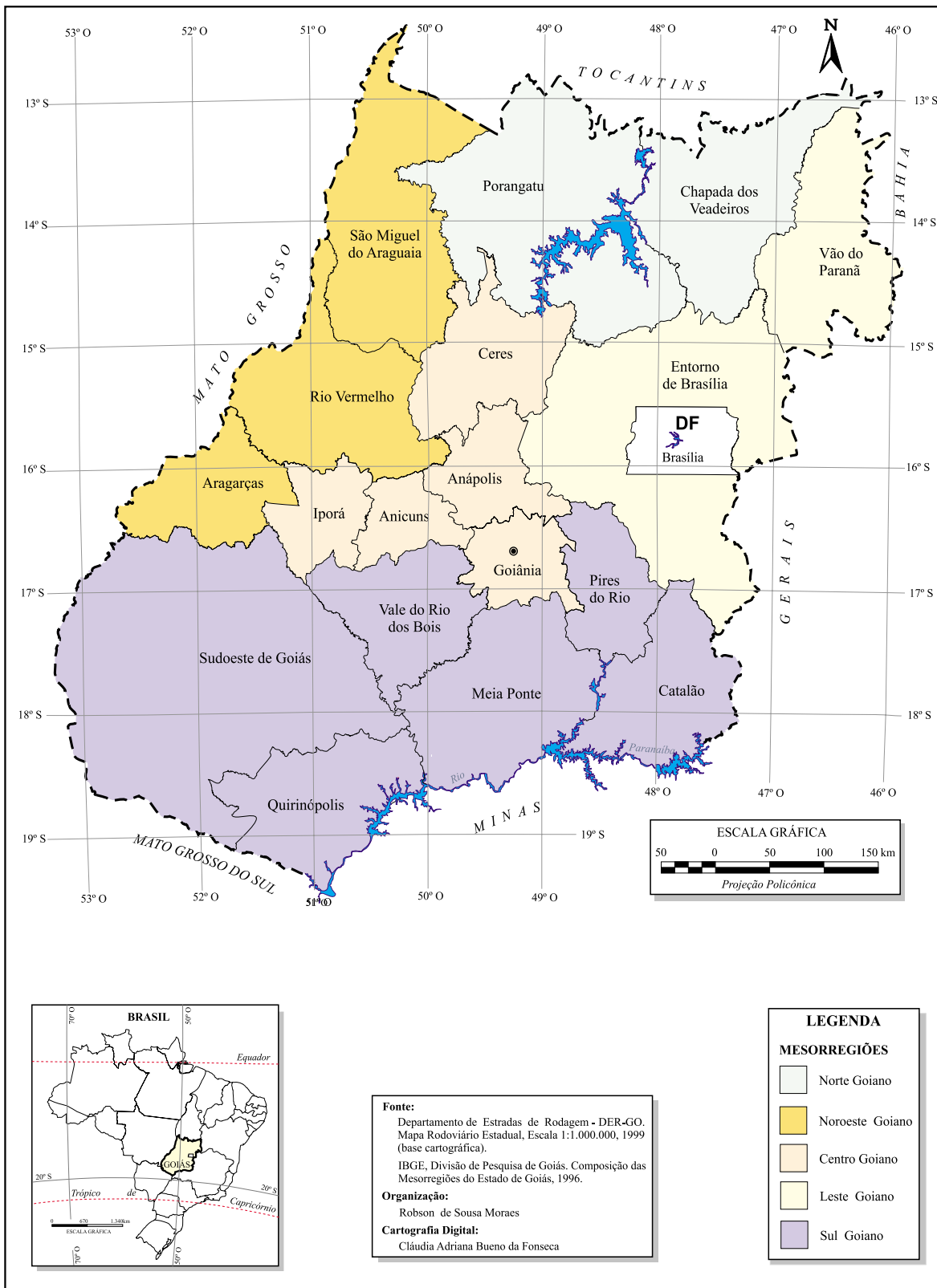
Em relação aos aspectos demográficos e urbanos no decorrer da década de 1990, a PNAD de 2001 apontou que 29% dos residentes em Goiás são provenientes de outras unidades da Federação, destacando-se os mineiros (7,6%); baianos (4,7%); originários do DF (3,1%); Tocantinense (1,8%); maranhense (1,7%)

e paulistas (1,6%). O processo de urbanização teve continuidade neste período alcançando no ano de 2000, 87,9% de sua população vivendo no meio urbano. Metade da população do estado localiza-se na mesoregião Centro (50,7%), (Mapa 5) sendo esta localidade a mais urbanizada (93,1%), seguidas pelo mesoregião Sul (21,2% da população, com taxa de urbanização de 83,3%) e mesoregião Leste (18,1% da população e taxa de urbanização de 86,2%). A mesoregião Norte possui 5,6% da população do estado e a mesoregião Noroeste tem 4,4%, ambas possuem taxas de urbanização de 74%. O processo de desterritorialização e reterritorialização destas populações, aliadas a inserção econômica nacional e internacional do estado, geram as condições para o que Castells (1999) chamou de “*Esquizofrenia Estrutural*”, desencadeadora de fortes crises identitárias.

Em dezembro de 1999, foi criada pela Lei Complementar Estadual 27 a Região Metropolitana de Goiânia com 11 municípios representando 32,7% da população do estado. Vale evidenciar que o processo de crescimento populacional ocorrido no entorno de Goiânia na década anterior manteve-se. O aumento do contingente populacional no entorno foi maior que o da capital (SILVA, 2002), com destaque para a cidade de Senador Canedo (9,3%); Aparecida de Goiânia (7,3%) e Trindade (4,7%). Deste contingente, 98,4% vivem em áreas urbanas com graves problemas de ordem social conforme já apontado.

Apesar da clara e inegável existência de características e condições socioeconômicas diferenciadas no interior do estado, torna-se um grave equívoco pensar Goiás e seu povo a partir de uma dualidade centrada em binômios aparentemente antagonistas tais como moderno x tradicional. Em termos locais, a concepção dualista aponta para a existência de um Goiás moderno, eficiente e competitivo, situado na região centro-sul do estado e um Goiás tradicional e atrasado,

Mapa 6: Densidade Demográfica no Estado de Goiás (2000).



localizado na porção norte de seu território. Esta oposição, na realidade caracteriza-se como meramente formal, pois de fato, há uma organicidade traduzida por Oliveira (2003), como unidade dos contrários, em que o denominado “moderno” alimenta-se da existência do “atrasado”. Não há, portanto, um “Goiás novo” em detrimento de um “Goiás velho”, bem como não se verifica a existência de um “tempo novo” antagonista de um “tempo velho”. A raiz teórica desta dicotomia está em Euclides da Cunha (2001), que identifica, no Brasil, uma dualidade básica, matriz de um pensamento posterior firmado em contradições.

O economista goiano Luís Estevam (2000) aponta três condicionantes para um programa econômico com forte conteúdo social para o estado:

- Inicialmente, deve-se reconhecer o fato de que o pequeno empreendimento responde de imediato a qualquer estímulo positivo. Caso sejam estimuladas por Programas especiais, tem a possibilidade de gerar empregos em curto prazo. A realidade tem apontado a incapacidade dos grandes empreendimentos de absorver maciçamente mão de obra.
- Inegável se torna o fato de que em Goiás a agroindústria pode corresponder positivamente ao desenvolvimento do estado. Sua atuação possibilita a agregação de valor ao produto goiano, podendo alterar a pauta de exportação do estado, aumentando sua arrecadação e viabilizando a sobrevivência de vários pequenos produtores. No entanto, revelou-se equivocada a política de renúncia fiscal promovida por vários governos, que privilegiou grandes empreendimentos em detrimento dos de pequeno porte com questionáveis resultados socioeconômicos.
- Deve-se estabelecer um apoio aberto, explícito, direto e contínuo aos assentamentos rurais existentes. Estes são unidades produtivas de

fundamental importância para a abertura de novos postos de trabalho, com repercussão direta no nível de procura de empregos na cidade, contribuindo para um equilíbrio urbano. Há a clara possibilidade de criar um circuito econômico entre assentamentos e comunidades vizinhas e pequenas propriedades, que podem ser potencializadas por uma ampla política de reforma agrária.

### **3.4 Os Planos Pluri-Anuais: a captura no Século XXI**

Sintonizados com o pensamento político e social hegemonicamente existente no final da década de 1990, o então recém eleito governador de Goiás (Marconi Perillo) reafirma o entendimento que pressupõe a crise fiscal como principal fator da crise do estado. Concordando com a idéia de que o processo de modernização do estado passa pelo “ajuste fiscal”, buscou sanar os déficits existentes na relação receita – despesas. A solução da superação do problema é dada pela redução no gasto com custeio do aparato administrativo do estado e racionalizar os investimentos realizados. O enxugamento da administração, a terceirização e subcontratação com precarização da relação do trabalho (ANTUNES, 2001), implementado pelas grandes corporações, foram adotados como modelo de gerenciamento. Nesse sentido, é encaminhado a Assembléia Legislativa o Plano Plurianual, intitulado Goiás Século XXI. A mensagem do Governador, que envia o PPA para o Parlamento goiano, aponta a crise que se abateu na economia brasileira e os conseqüentes reflexos para o estado, levando a emergente necessidade de maior aproveitamento e utilização dos recursos e

meios disponíveis. Está presente nessa mensagem, a idéia em que a nova ordem econômica mundial globalizada impõe ao estado uma maior competitividade na procura do desenvolvimento econômico e social. Nessa perspectiva, faz-se necessário redimensionar prioridades. Foi proposto um novo modelo de gestão, com linhas estratégicas definidas e orientadoras na formulação de programas de governo. Esse Plano prevê, ainda, uma redução em gastos com pessoal, bem como a diminuição dos custos de manutenção do aparelho do estado, objetivando implementar um ajuste fiscal na tentativa de estabelecer um equilíbrio fiscal nas contas públicas. Com o objetivo de modernizar a gestão pública e de inserir o estado na economia nacional e internacional, o Plano avaliava ser muito pequeno o grau de abertura da economia goiana. O comércio exterior do estado movimentava algo em torno de 3%, ao passo que esse indicador para o Brasil estava na órbita dos 20%. Canalizar as energias de Goiás para a especialização em bens exportáveis, desenvolver uma política de marketing internacional, visando alcançar novos mercados para as mercadorias produzidas em solo goiano, buscar a via diplomática para a conquista de parceiros potenciais constituem passos necessários, segundo o PPA 2000 – 2003, para a inserção da economia goiana no cenário internacional. Além desses passos seria necessário integrar os elos das cadeias produtivas existentes no estado, visando agregar valor industrial dentro das fronteiras estaduais, rompendo com a histórica condição de exportador de matérias – primas. O Agronegócio apresenta-se como grande instrumento para agregação de valor.

Tendo como objetivo central, o aumento da inserção da economia goiana no cenário internacional e a penetração no mercado internacional, como forma de garantir o crescimento econômico e social, o PPA definiu cinco diretrizes estratégicas:

- Goiás competitivo e pólo econômico regional: Essa estratégia teve a preocupação de desenvolver e fomentar a competitividade de Goiás no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para produzir em padrões de eficiência em nível mundial, consolidando o estado como Pólo Econômico Regional.
- Goiás com Cidadania e com melhoria da qualidade de vida: Criar para os goianos as condições de acesso ao atendimento, aos bens sociais e ao mercado de trabalho, permitindo o pleno exercício da cidadania.
- Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado: Essa estratégia teve como objetivo, corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais, proporcionando um desenvolvimento espacial – ambiental, sustentado e integrado.
- Governo moderno e empreendedor: O objetivo era Transformar a estrutura de governo, modernizando, descentralizando e construindo um serviço voltado ao cidadão.
- Alianças e parcerias em prol de Goiás: Nessa estratégia, tinha-se como objetivo criar uma nova prática política e de governo que incorporasse toda a sociedade.

O processo de aprofundamento da inserção da economia goiana no contexto nacional e a penetração em mercados internacionais priorizados no PPA 2000 – 2003 necessitam de profundas reflexões, pois, segundo o Professor de economia Mauro César de Paula (2000), são os países desenvolvidos que determinam o ritmo da competição, devido a sua capacidade de criar inovações redutoras de custos e introdutoras de novas mercadorias. Para esse Professor, Goiás consolidou, ao longo

dos últimos anos, áreas dinâmicas e capitalizadas, onde a atividade produtiva privada foi a mais beneficiada, conquistando diferenciais de produtividade e firmando-se como locais de produção de commodities com a crescente integração ao mercado internacional, como é o caso das zonas produtoras de soja. Como efeito, o primeiro objetivo do PPA age como elemento anulador do “desenvolvimento harmônico e equilibrado”, reforçando e aprofundando as diferenças regionais.

A dinamização das plataformas de exportação resgatada de nosso passado colonial, caracterizado como de economia de arquipélago, sob o pretexto de desenvolver vantagens comparativas para o comércio nacional e internacional, provoca o atrelamento da dinâmica econômica estadual às flutuações e instabilidades da demanda externa por nossos produtos, com ilhas de integração contrastando com localidades relegadas ao completo abandono. A opção seguida tem ainda a tendência a proporcionar grande alteração nas características do funcionamento do mercado de trabalho local, devido à implementação de plantas produtivas externas com poucos vínculos com o sistema produtivo historicamente construído no estado. A atração e implementação desse tipo de planta produtiva tende, ainda, a intimidar o surgimento e desenvolvimento de empresas locais, embora algumas a elas se associem.

Com o objetivo bem explicitado, o PPA foi um instrumento que procurou resolver a questão da transformação de algumas localidades em economias competitivas capazes de integrarem-se no mercado internacional. O problema seria “enfrentar os desafios” para reestruturar o sistema produtivo regional, de tal maneira que os estabelecimentos agrícolas conseguissem aumentar sua produtividade e competitividade nos mercados interno e externo, não transformando o local em foco de resistência fomentadora de identidades de resistência (CASSELLS, 1999) ao processo econômico globalizado.

Com a reeleição da Marconi Ferreira Perillo Junior, o governo do estado apresenta para o quadriênio 2004 – 2007, um “novo” Plano Pluri – Anual intitulado Goiás no Século XXI – Avançar mais e suas diretrizes são:

- Avançar com os Programas bem sucedido no PPA 2000 – 2003, ampliando seus resultados.
- Avançar com empreendimentos inovadores em parceria com a iniciativa privada e a Sociedade Civil.
- Avançar com a integração com os Programas dos governos federais e municipais.

Como podemos observar, o PPA 2004 – 2007 não sugere nenhuma mudança nos rumos do estado, constituindo-se, na realidade, um aprofundamento da inserção subordinada do sistema produtivo local ao mercado nacional e internacional. Em sua exposição de motivos, o PPA afirma que Goiás situa-se, economicamente, como a décima economia do país, tendo, nos últimos anos um crescimento econômico acima da média nacional. O PIB estadual alcança a marca de R\$ 21,6 bilhões (2000), representando 28% do PIB da região Centro Oeste e 1,97% do PIB nacional. Aponta, ainda, a expansão da fronteira agrícola como um dos grandes vetores do desenvolvimento. A agricultura goiana apresenta-se como dinâmica e moderna, com a produtividade bastante incrementada se comparada com períodos anteriores. O solo, o clima, uma rica bacia hidrográfica e o empreendedorismo dos produtores rurais são indicados como fatores para o crescimento da produtividade, além, obviamente, dos polpidos incentivos governamentais. Essa situação vem contribuindo para o incremento da produtividade e competitividade, favorecendo a inserção em amplos mercados.

Na continuidade da caracterização do estado, o PPA indica a pecuária como a quarta no ranking brasileiro, com forte presença na economia do estado. Atualmente o rebanho bovino goiano conta com 20,1 milhões de cabeças representando 10,8% do efetivo nacional.

A indústria vem aumentando sua participação na economia local, A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do estado (SEPLAN) aponta que o setor industrial, em 2000, representava 32,49% do PIB estadual, com destaque para a mineração (amianto, níquel, nióbio e ouro) e a indústria da transformação vem demonstrando acentuado crescimento devido à ação do governo estadual. O setor de serviços, também, indica índices expressivos de expansão, destacando-se o comércio e o turismo.

Segundo o PPA 2004 – 2007, afirma que o crescimento da economia goiana tem sido acompanhado com uma preocupação com o desenvolvimento humano, pois há uma compreensão por parte do governo de que as desigualdades sociais e regionais só poderiam ser superadas com investimentos que garantam o resgate de “uma cidadania para todos”. Nesse sentido, o Plano aponta para a consolidação da “Rede de Proteção e Inclusão Social”, que contem 16 Programas, tal como o “Programa Bolsa Universitária”, que visa o financiamento de mensalidades escolares para estudantes do ensino superior.

Goiás vivencia uma rearticulação das estratégias do estado, tal qual analisado por Boaventura de Sousa Santos (2001). Os PPA's são a expressão da reorientação da estratégia de acumulação, que, no processo de inserção mercantil do sistema produtivo, persegue o crescimento econômico e a competitividade, compreendidas e confundidas como qualidade de vida. Para garantir a plena execução desse objetivo, faz-se necessário promover a recuperação da legitimidade da ação estatal,

reorientando, assim, as estratégias de confiança, transformando interesses particulares em coletivos e gerando a estabilidade de expectativas ao cidadão ameaçado pela competitividade do mercado. A lógica mercantil produz uma estrutural exclusão e concentração da renda e da riqueza.

No território goiano, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH), os 80% mais pobres da população controlavam, em 1991, 36.75% da renda estadual. Em 2001, essa faixa da população passava a controlar 34.42%. Nesse mesmo intervalo de tempo, os 10% mais ricos do estado controlavam, em 1991, 48.24% da renda do estado. Em 2001 esse controle elevou-se para 51.14%. Como medida compensatória, o governo do estado, através de seus Programas Sociais influenciou diretamente na composição da renda familiar. O ADH revela que 5.6% da população residente no estado, em 1991, possuíam renda que em sua composição, mais de 50% são provenientes de transferências governamentais. Esse índice elevou-se, em 2000, para 11.01% da população. No sentido inverso, a participação do Trabalho na composição da renda, diminuiu de 87.12%, em 1991, para 74.58% em 2000. Na articulação dessas estratégias, o aparato estatal consolidou a hegemonia de sua classe dominante, efetivando a lealdade de diferentes classes sociais frente ao estado e o projeto social e econômico sustentado pelo mesmo, garantindo sua própria estabilidade.

O aumento da capacidade produtiva do estado ocorre em função da tecnificação, a utilização deste, como instrumento da maximização da lucratividade, causa desemprego e diminuição da renda da maioria da população, no mesmo instante em que, aumenta a concentração de renda e riquezas em torno de uma parcela extremamente limitada da população.

A democratização da ação do estado é representada pelas parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil. No entendimento do Professor Bresser Pereira

(2001), a sociedade civil, apesar de manter direitos iguais, na forma da lei, diferencia-se de cidadão para cidadão de acordo com sua capacidade de organização; seus conhecimentos e recursos financeiros. Uma parte considerável da população goiana não se enquadra em nenhuma das capacidades apresentadas pelo ex-ministro. Isso implica em afirmar que, em função dos baixos níveis de escolaridade e de conhecimentos técnicos, que levem a elevação da produtividade; a baixa participação em entidades representativas e a ausência de recursos financeiros impedem a participação maciça da população nos processos decisórios do aparelho do estado.

As mudanças desencadeadas e fomentadas pela ação governamental redesenham as características da administração pública goiana, diferenciando “estado grande” de “estado forte” (OFFE, 2001). Com o refluxo das concepções Keynesianas os PPA's impulsionam a idéia de um estado forte, com presença e impacto na sociedade. O estado goiano, tal qual defendido por Claus Offe, confirma-se como peça importante na reprodução da força de trabalho, através de políticas habitacionais (Cheque Moradia), Trabalhistas (Programa Qualificação Profissional para a Empregabilidade – Pro Avançar-), entre outras, além de elaborar políticas industriais (Programa Produzir). No entanto, a experiência goiana se distancia desse autor na medida que os Panos Pluri – Anuais apresentam uma excessiva confiança no mercado como instrumento de desenvolvimento.

### **3.5 Goiás capturado: as teorias da globalização**

O conceito de “Sociedade Industrial”, formulado por Raymond Aron é caracterizado por um crescente número de trabalhadores ocupados nas áreas da

indústria e dos serviços. Com constante preocupação com a produtividade, busca satisfazer as demandas industriais, em pleno processo de expansão, e a aplicação de mecanismos de pretensa racionalidade, aliados à crença na tecnologia com rápidas mudanças nos hábitos e costumes da população. Esse contexto se aplica à realidade vivenciada pelo estado, que, ao longo dos últimos anos, presenciou um forte deslocamento de sua força produtiva do setor primário para a indústria da transformação e de prestação de serviços. A atividade industrial passa representar uma parte significativa na composição do PIB estadual e a dinâmica produtiva do estado, nos últimos anos, ordena-se de acordo com as demandas do setor da indústria, com forte tecnificação e busca de racionalização dos meios disponíveis, tal qual apresentado no PPA 2000 – 2003. Nesse sentido, entendemos que Goiás caracteriza-se como uma sociedade industrial.

Os primeiros autores que anunciavam mudanças na estrutura das sociedades industriais (Touraine, Bell e Toffler), apontavam uma significativa mudança na composição social do trabalho, que experimentava uma migração nos níveis ocupacionais, refletindo um reduzir das atividades vinculadas ao setor secundário. Esse fenômeno, foi acompanhado por uma expressiva expansão dos postos de trabalho ancorados ao setor terciário, proporcionando o surgimento da chamada economia de serviços e das sociedades Pos-Industriais. A informação, o conhecimento e a tecnologia com sua forma de utilização (técnica), nesse horizonte teórico é visto como elemento definidor das estruturas sociais, conforme já abordado anteriormente.

As análises elaboradas por Touraine (1971), alimentadas pelos acontecimentos de maio de 68, na França, apontam para o questionamento da centralidade do trabalho como categoria explicativa da sociedade. A França, neste período, vivenciava

a experiência do Estado do Bem Estar Social com níveis de consumo que aplacavam os conflitos sociais baseados nas diferenças econômicas. As classes sociais cedem lugar aos novos atores sociais, preocupados com outros aspectos da dominação capitalista. Esse importante sociólogo é um precursor das teorias das sociedades Pos Industriais.

O estado de Goiás, bem como o Brasil e todo o continente latino americano, nunca, experimentaram a existência de um estado de bem-estar, sendo a nivelção da renda e do consumo uma utopia não realizada. As diferenças de classes aprofundaram-se nas ultimas décadas, aplacadas, entre outros motivos, pela capacidade de rearticulação das estratégias de dominação das elites dominantes e pelo refluxo da contestação radical após a queda da URSS. No entanto, Touraine apresenta significativa contribuição ao esforçar-se em compreender a fragmentação da representação social em curso.

Ainda navegando na idéia de sociedade Pós – Industriais, o americano Daniel Bells, verificando a importância da tecnologia no sistema produtivo, aponta os dispositivos tecnológicos como principal força produtiva. A nova dimensão alcançada pela sociedade, a partir de suas observações, denomina-se de Sociedade do Conhecimento. O esquema evolucionista (sociedades extrativa pré-industrial; industrial de fabricação e industrial de informação), defendido por Bell, não se aplica ao desenvolvimento histórico de Goiás, na medida que os dados que indicam a ocupação da população economicamente ativa (PEA) no estado apontam para uma forte presença de mão-de-obra no setor primário (agricultura e pecuária). Segundo o economista Luis Estevam (2000), em 1970, 60,4% da PEA encontravam-se ligada a estas as atividades; sendo 8,9% no setor de transformação e 11,5 % no setor de serviços. Já na década de 1980, o setor primário havia reduzido sua participação

para 39,2%, ao passo que a indústria elevava sua cota para 16,5 e o setor de serviços alcançava a marca dos 18,6% da PEA. Na década de 1990, o setor primário incorporava 25,4% dos postos de trabalho, o secundário representava 17,3% e o terciário 57,3% (Gráfico 9).

**Gráfico 9:** Comportamento da PEA: 1970-1990 (%).



**Fonte:** Elaborado a partir de ESTEVAM, 2000.

Observa-se que, durante esse período, há um salto da PEA do setor primário para o terciário, anulando a dinâmica apontada pelo autor. Esse salto justifica-se ao analisarmos os deslocamentos populacionais com grandes concentrações demográficas em cidades desprovidas de infra-estrutura, sendo esta tarefa assumida pelo aparato estatal, ampliando o peso do setor de serviços.

Independentemente das diferenças contextuais, as formulações apresentadas por esse sociólogo americano trazem um sério equívoco, na medida

que afirma ser a tecnologia a principal força produtiva, caindo assim, em um determinismo tecnológico. As inovações tecnológicas nada mais são que instrumentos para potencializar a produtividade do trabalho, não podendo ser avaliada em separado das demandas provocadas pela divisão social do trabalho e a forma de apropriação do excedente socialmente produzido.

A idéia, que sugere uma descontinuidade dentro da continuidade (ALVES, 1999), ou seja, uma alteração no Modo de Regulação do sistema produtivo capitalista (BOYER, 1990), defendida pela chamada “Escola de Regulação”, propõe a existência de sistemas específicos na regulamentação do processo de acumulação de capital, desencadeando transformações nas normas e padrões de produção e consumo. A atual inserção da economia goiana no mercado mundial é resultado desta alteração do Modo de Regulação do Capital em movimento. Assim, constituiu-se no interior do estado, novas formas de organização da produção, alterando a formatação da reprodução da força de trabalho, garantindo a necessária correspondência entre reprodução de assalariados e o nível de consumo materializados em novos hábitos e leis. Nesse sentido, a dinâmica da produção reprodução do capital no território goiano, necessita ser compreendido a partir de múltiplos capitais, gerando contradições no interior de um complexo sistema societário que não se resume ao clássico antagonismo Capital X Trabalho, tal qual já apontava os teóricos das Sociedades Pós – Industriais. A complexidade do Capital em movimento provoca conflitos entre os interesses imediatos dos inúmeros possuidores de Capital, bem como entre a massa que compõem a Força de Trabalho.

Na perspectiva da Escola Regulacionista, a percepção na variação histórica dos Modos de Regulação permite afirmarmos a existência, na atualidade, da formação de um novo regime de acumulação do Capital. Esse movimento captura o

território goiano como parte integrante do processo produção e reprodução ampliada do capital, nos termos exigidos pelo fenômeno da Globalização.

Como derivação do pensamento Regulacionista, surge o Pós – Fordismo (BRAGA, 2003). Nessa linha interpretativa, há, no mundo, o aumento da demanda por bens de consumo de forma extremamente diversificada, com produção em pequena escala, moldada ao gosto do consumidor. Essas características da demanda de consumo, em franco processo de expansão, aliadas à retração do consumo de massa e nas alterações nos estilos de vida produtores da fragmentação do consumo, desembocaram na chamada “Especialização Flexível” que buscou atingir novos mercados não contemplados com a produção em grande escala, apresentando um maquinário apto a adaptarem-se às rápidas variações no gosto do consumidor.

É evidente as influências da “Especialização Flexível” no conjunto da sociedade goiana. As Tecnologias Flexíveis, produzidas por esse processo, produzem formas de organização do trabalho largamente utilizadas na gerência do sistema produtivo goiano. O resultado é a flexibilização do trabalho, com precarização e fragmentação da classe que vive do trabalho, tal qual apontado por Antunes (2001). No entanto, a lógica produtiva construída, no estado, não prima pela produção em pequena escala. O agronegócio, pilar das transformações recentemente vivenciadas em nosso território, está completamente inserida na produção em grande escala, tendo como um dos fatores de sua consolidação em Goiás a topografia favorável à mecanização para a grande produção.

Completamente descartada da realidade estadual, é a leitura, extremamente otimista realizada por Piore & Sabel (apud KUMAR, 1997) que aventou a possibilidade de uma Democracia de pequenos proprietários, nos marcos da produção artesanal do século XIX. O processo de captura contemporânea do território goiano, pelo

movimento da produção e reprodução ampliada do Capital, confirma a grande propriedade como principal instrumento da acumulação, tornando inválido o otimismo proposto por esses autores. O computador, sugerido por Piore & Sabel como o instrumento de um “novo artesão”, restaurador do controle humano sobre o processo de criação, é um objeto raro para a população goiana. Segundo o Atlas do desenvolvimento Humano (ADH), no de 2000, somente 6,42% das pessoas residentes em Goiás vivem em domicílios que possuem computador. O nível de tecnificação exigido pelo atual padrão produtivo incorpora uma técnica alienígena para a maioria dos goianos afastando-os, ainda mais, de qualquer participação dos momentos de criação e decisão.

Em acordo com a idéia de “Especialização Flexível” e a crise da produção em massa, emerge o ponto de vista do “Capitalismo Desorganizado”. Essa perspectiva teórica identifica o fim do período de regulação, na relação Produção – Consumo, característico do Capitalismo durante a primeira e a segunda Revolução Industrial, reforçado pelo Modernismo como expressão cultural dessa época. A existência de uma desconcentração espacial da atividade produtiva, do consumo e de prestação de serviços, são expressões de uma fragmentação da sociedade que fundamenta a perspectiva Pós – Modernista, substituta do Modernismo.

A flexibilidade da produção e os métodos flexíveis da organização do trabalho desdobram-se na fragmentação da Classe trabalhadora e na dissolução de sistemas corporativos nacionais baseados no Estado – Nação. Concordamos com a afirmação do fim de um período da regulação capitalista, no entanto, o novo momento que se descortina não se caracteriza como uma ausência de organização por parte do Capital. O que ocorre é simplesmente uma alteração na forma da organização do sistema produtivo. O controle da produção é condição essencial para a reprodução

da sociabilidade pretendida. A “crise” da atualidade se verifica em função de uma readaptação e reacomodação do controle e do arranjo da divisão social do trabalho. A aparente desorganização e anarquia constituem-se como consequência do grau de competitividade e exclusão promovido pelo Capital, mas que não pode ser confundido como ausência de organização, tal qual pressuposto pela idéia de “Capitalismo Desorganizado”. A disposição territorial para a produção proposto nos dois PPA’s, em Goiás, é um bom exemplo da capacidade organizativa do estado em favor do Capital.

No espectro das posições regulacionistas, David Harvey (2003) lança a interpretação de que vivenciamos um momento de transição e transformação, nos marcos do Modo de Produção Capitalista, fundamentados em uma expressiva mudança nas formas de regulação do Capital. Harvey critica o super dimensionamento dos efeitos provocados pela flexibilidade produtiva e do trabalho, bem como pela desconcentração espacial da produção, serviços e consumo, com excessiva diminuição das influências, ainda existentes, do Fordismo. A hiper valorização das economias flexíveis levou ao entendimento de que o potencial organizativo dos pequenos empreendedores poderia subverter o sistema dominante do tipo capitalista monopolizado e construir uma alternativa fundamentada em uma espécie de capitalismo popular.

Harvey, no entanto, construiu uma postura crítica a aqueles que refutam toda e qualquer possibilidade de existência de um fenômeno de transformação em curso. Para esses, a flexibilização é, apenas, um poderoso instrumento de legitimação de políticas conservadoras de caráter antipopular, desprovidas de qualquer base empírica que demonstre sua real existência. Para o geógrafo norte americano, as novas formas de tecnologias, de organização do trabalho e da produção, mesmo

não se tornando hegemônicas em todas as localidades, quebraram a supremacia da regulação do tipo Fordista, alterando a estrutura produtiva da contemporaneidade. Para Harvey, o atual momento constitui-se como uma combinação de um Fordismo extremamente eficiente, alterado pelas novas tecnologias e formas produtivas. Essa combinação é a base das transformações da contemporaneidade, acompanhada por um ajuste no papel e na função do estado nacional. O presente momento e suas formas combinatórias é denominado por Harvey como “Acumulação Flexível”. Diferentemente de outros períodos, o momento identificado pelo geógrafo norte-americano, contribui para uma forte ampliação do controle dos espaços pelo Capital. A captura de novos espaços não reproduz a dinâmica fordista de elevação dos níveis de empregabilidade e de investimentos na produção. Esse novo período do Modo de Produção Capitalista aproxima as localidades, mas aprofunda suas diferenças através da verticalização de cadeias produtivas internacionalmente formadas.

Segundo Márcia de Paula Leite os processos de adoção de novas tecnologias e gerenciamentos acompanham três diferentes momentos no Brasil:

- O primeiro período: iniciado no final da década de setenta e o início dos anos oitenta, foi marcado pela adoção dos chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Contudo, não se vislumbrou alterações mais amplas nos entendimentos e práticas de organização do trabalho e, muito menos, em proporcionar investimentos em novos equipamentos. Neste momento, a Reestruturação Produtiva brasileira apresentou um caráter parcial e reativo, na medida que houve uma monstruosa resistência do patronato e das gerências empresariais do país, que, formados em uma perspectiva elitista de cunho Taylorista, negaram delegar decisões aos operários. Ao

CCQ's limitou-se aos trabalhadores mais qualificados, técnicos e supervisores. O que ocorreu na verdade foi a adaptação dos paradigmas empresariais europeus e japoneses à realidade social e cultural do empresariado nacional.

- O segundo momento: iniciou-se em 1984-85 e caracterizou-se por uma rápida difusão de equipamentos com novas tecnologias e adoção do “*just in time*”. Isto é, uma forma gerencial inovadora que inverteu a lógica tradicional da cadeia produção – circulação – consumo, que utilizando-se das tecnologias de informação colocou a etapa produtiva em pleno contato com o mercado consumidor, reduzindo drasticamente os estoques existentes.
- O terceiro e atual período: iniciou-se na década de 1990, caracterizada por uma grande concentração empresarial em assimilar novas estratégias organizacionais comprometidas com a flexibilização da produção e do trabalho. Estas estratégias foram estimuladas pela expressiva retração do mercado interno. Forçou as empresas a voltarem-se para o mercado externo, a demanda por qualidade e competitividade para concorrerem em escala internacional. Nessa quadra, as experiências modernizantes generalizam-se, visando à focalização da produção e a terceirização de alguns setores objetivando a concentração de esforços nas áreas onde a empresa possui mais vantagens competitivas, externalizando os demais setores formando redes de fornecimento. Tal fenômeno possui um extremado valor geográfico, pois é aqui que se localiza a base das novas territorialidades do setor produtivo brasileiro, com significativos reflexos no padrão e gestão territorial nacional e regional com fortes conseqüências

econômicas (precarização da força de trabalho), sociais (mudanças no padrão migratório e na Geografia urbana) e culturais (crises e choques identitários).

O esquema proposto por Márcia de Paula Leite representa as combinações sugeridas por Harvey, inserido o sistema produtivo no Brasil nos marcos da “Acumulação Flexível”. Em Goiás, faz-se necessário um estudo acerca da utilização de novas tecnologias no sistema produtivo local, suas combinações e impactos, tanto na produção como na representação social do trabalho. No entanto, já é perceptível à incorporação de formas organizativas da produção em Goiás, filiadas aos mecanismos da flexibilidade produtiva, tais como: o Banco de Horas, a terceirização e a sub contratação. A incorporação da agropecuária goiana na formação de cadeias produtivas caracteriza-se, também, como elemento da penetração de uma lógica organizativa do processo produtivo, altamente influenciado pelas demandas da “Acumulação Flexível”.

## CONCLUSÃO

### **Tempo, espaço e apropriação social do território capturado**

As atuais modificações decorrentes das transformações desencadeadas pelo fenômeno da mundialização do capital consolidam uma original forma de entrelaçamento entre o tempo e o espaço, caracterizado pela simultaneidade temporal espacial articulados com as inovações tecnológicas contemporâneas, imprimindo um novo uso do território.

Ao longo do tempo, o espaço foi tratado e entendido de diversas maneiras, de naturalizado e ultra-objetivado à compreensão subjetivista. Percebeu-se a diversidade de entendimentos desta categoria. Coisificado, o espaço-tempo escamoteou territórios de ambigüidade, contradições e lutas originadas não somente por apreciações e orientações subjetivas diferenciadas, mas por materialmente influenciar o agir e organizar o mundo presente. Tal desentendimento, dentro e fora do convívio acadêmico, proporcionou uma série de conflitos em torno do sentido do próprio espaço a ser usado como elemento regulador do convívio social e mediador de sentidos e conceitos. HARVEY (2003). Contrapõe a idéia de um sentido único, de espaço como de tempo, em que se pode universalmente, mediar as variedades de percepções e concepções da humanidade. A história destas duas categorias de análise vivenciou fortes rupturas e reconstruções. Nesta perspectiva, o autor de “A

condição Pós Moderna” parte do pressuposto que as concepções de tempo e de espaço são originadas a partir de práticas e processos que servem a reprodução da vida social, sendo sua objetividade derivada de práticas materiais variadas, histórica e geograficamente, percebendo que o tempo social e o espaço são diferencialmente articulados e definidos.

No Modo de Produção Capitalista, as práticas e os processos materiais de reprodução social estão em constante transformação, modificando assim o significado de tempo e de espaço.

De acordo com Daniel Hiernaux Nicolas (1998), o espaço-tempo é a correspondência da forma pelo qual os sujeitos sociais utilizam o espaço, apropriando-o e individualizando-o, condicionado por uma perspectiva social. Desta forma, cada apropriação e uso do espaço implicam em uma nova dinâmica funcional renovadora, a medida e que se renova a estrutura e formas do complexo societário. O espaço-tempo é a manifestação da racionalidade do movimento desta sociedade (NICOLAS, 1998).

O desenvolvimento tecnológico, ao se orientar na lógica do avanço expansionista do tempo e do espaço, deparou-se com uma nova instrumentalidade e racionalidade tecnológica que, além de manter sua função inovadora, transformou-se em importantes componentes da mudança espaço temporal em curso. A simultaneidade constitui a base de uma nova concepção do espaço e do tempo, refletindo no deslocamento deste, sem prejuízo do progresso da modernidade e do predomínio do novo sobre o velho. A questão central não se localiza na afirmação de que a economia e a informação se manifestam de forma diferenciada do passado, mas de visualizar que as transformações espaciais derivadas da mundialização do capital não se fazem, apenas, por meio de uma mera transferência do tempo-espaço

circular para o tempo-espaço fordista, mas sim, pelo processo de tornar-se simultânea as diversas espacialidades. As mutações vivenciadas hoje por uma série de territórios não podem, portanto, ser compreendidas tão somente como reflexos de uma transnacionalização, construtoras de novas territorialidades, dada pelas vantagens comparativas, mas também oriundas da redefinição da noção de tempo e espaço do Modo de Produção Capitalista. A reestruturação territorial vigente é a expressão das novas formas de arranjo e de articulação do espaço e do tempo, tendo como características as diversidades de sistemas acumulativos com diferentes formas de normatização dentro de um padrão comum. Desta forma, existem localidades que apresentam certas vantagens competitivas na reprodução ampliada do capital, quando em décadas passadas não se podia encontrar nelas algum tipo de vantagens comparativas. Estas vantagens possibilitam um novo patamar de inserção, permitindo o entrelaçar de novas relações espaço-tempo, que não implicam em justaposição, mas sim, em simultaneidade das unidades territoriais globais.

É neste sentido, que se estabelecem às redes como novas (mas não únicas) modalidades de articulação entre os territórios. Em nossos dias os territórios podem ser formados por "*Territórios contíguos*" ou por "*Territórios em rede*" (SANTOS, 1998), ambos compreendendo a mesa localidade, mas com funções completamente diferenciadas e até antagônicas. Este uso simultâneo do território apresenta-se, segundo Santos em seu artigo "O retorno do território" (1998), sob três formas:

- *Acontecer homólogo*: são caracterizadas por áreas agrícolas ou urbanas modernizadas devido a uma especializada informação, padronizadora de comportamentos e de uma racionalidade determinada por esta informação. Criadora de atividades geradoras de contigüidades que

estabelecem funcionalidade que dão contornos e definem a área territorialmente.

- *Acontecer complementar*. são definido pelas relações entre a cidade e o campo, sendo conseqüência do intercambio da proximidade com outras áreas.
- *Acontecer hierárquico*. É resultado da tendência da adoção da racionalização técnica e gerencial no sistema produtivo. Realiza-se sob um comando, uma organização que tendem a ser concentrados e nos levam a pensar na produção e organização do espaço sob o ponto de vista deste comando e desta organização, como importante componente na construção de sentidos às vidas humanas e à vida do espaço.

Nas áreas em que predominam o acontecer homólogo ou complementar, o território é marcado por uma cotidianidade definida por regras que são formuladas localmente. A territorialidade é demarcada pela primazia das formas com relevância das técnicas. No caso do acontecer hierárquico há um cotidiano imposto de fora, organizado por uma informação privilegiada definida como segredo e poder. Em sua territorialidade, Santos verificou a primazia das normas com relevância da política e não da técnica.

Desse modo podemos constatar a existência de tempos diferentes dentro de um mesmo espaço geográfico, antes considerado como único e única a sua racionalidade.

Já o fenômeno da territorialidade pode ser compreendido como um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, são capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território, por determinado sujeito social,

grupos sociais, instituições ou empresas ou ainda como a qualidade subjetiva de grupos sociais ou indivíduos, que lhe permitem com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida (CARA, 1998).

Com relação ao conceito de desterritorialidade, podemos compreendê-lo como a desapropriação do território, isto é, a perda da capacidade de executar práticas sociais demarcadoras do território (CORREA, 1998), em razão de diferentes processos e contradições. Para Otavio Ianni (1993), a desterritorialização é um fenômeno da globalização, que tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as idéias. Segundo esse autor, a desterritorialidade sem nova territorialidade irá demonstrar a exclusão do processo social.

A formação de um dado território proporciona às pessoas que compartilham de seu processo de formação a consciência da participação, provocando o sentimento da territorialidade (ANDRADE, 1998). Dialeticamente, a expansão territorial, ao mesmo tempo em que promove a ampliação da territorialidade, gera um processo de desterritorialização em grupos anteriormente enraizados.

No caso goiano, havia desde o período colonial um imenso espaço que durante centenas de anos não foi transformado em território nacional, através do exercício da gestão, isto é, das práticas sociais formadoras do mesmo. Tal construção só vai efetivar-se com a consolidação do estado nacional brasileiro, que com sua política de centralização, promove uma integração, não sem reações e conflitos, do território nacional. Com isto, formas de concepção e uso do espaço, materializados na gestão do território, com forte caráter econômico, mas também com implicações antropológicas e sociais, degladiaram-se originando um novo padrão territorial.

O Professor Manuel Correa de Andrade, chama a atenção para a importância da reflexão do processo da formação e desenvolvimento do estado e na forma de

governo, como mecanismo de compreensão da gestão territorial. Segundo este geógrafo, em qualquer que seja o estado e independentemente de suas dimensões e diferenças existentes entre seus habitantes, há a ocorrência de duas forças: uma de caráter centrípeta concentradora de poder de decisão no âmbito do governo nacional e outra de caráter centrífuga, promotora de uma dispersão fragmentadora. Cabe ressaltar que não há acordo na lógica pretendida por este trabalho, em vislumbrar o aparato do estado de forma que elimine os conflitos existentes em seu interior e em seu processo de formatação e execução da gestão territorial. A sobrevivência do estado está expressa na sua capacidade de se equilibrar diante das forças locais, regionais e transnacionais.

Finalmente, as ações realizadas no território goiano, através de intervenções governamentais, têm a intenção de adequar a estrutura social à lógica de reprodução ampliada do Capital, estabelecendo uma íntima conexão entre o poder exercido e a organização territorial. A atual hegemonia do Capital globalizado impõe em Goiás, uma forma de apropriação territorial, que o captura e configura-o de acordo com suas demandas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BANDEIRA, A.J.P. **Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970 – 1990)**. Dissertação de Mestrado, IPUR/UFRJ, 1999.

BARREIRRA, C.C.M.A. **Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: EDUFG, 1997.

BECKER, B.K. Geografia Política e a gestão do território, no limiar do século XXI – Uma representação a partir do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 1991.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**: Ainda há lugar para os Sindicatos. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERTRAND, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BESSA, Kelly Cristine F. de O. **Constituição e expansão do meio técnico-científico- informacional em Uberlândia**: O lugar na era das redes. Uberlândia: UFMG. 2001.

BRESSER PEREIRA, L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação**. São Paulo: Nobel, 1990.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4<sup>o</sup> ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

\*CARDOSO, J. L. **Política de credito rural: Retrospectiva e tendência de um novo padrão de financiamento**. Natal, RN: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 1997.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Para o Estado em Rede: Globalização, economia e instituições políticas na área da informação. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\*CASTRO, A.C. & FONSECA.M.G.D. **A dinâmico agroindustrial do Centro Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

COUTO, F.A. MONTEIRO, J. de A. O clusters de grãos na região de Rio Verde no Sudoeste de Goiás. In: HADDAD, P.R.A. **Competitividade do agronegócio e desenvolvimento regional no Brasil**. Brasília: CNPq, EMBRAPA, 1999.

CUNHA, E. **Os sertões** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

DAMATA, Roberto. **A casa e a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA, C.A.F. A Dimensão Regional na Gestão do Território: Da Integração econômica à Integração competitiva. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia: UFG, 1993.

\_\_\_\_\_. O Supranacionalismo Financeiro privado no limiar do século XXI. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia: UFG, 1996.

DA SILVA, E.I. O espaço une / separa / une. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Vol. 9. nº 12. Goiânia: UFG, 1990.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, 1991.

ESTEVAM, L A. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Goiânia – GO: Ed. do Autor, 1998.

\_\_\_\_\_. Economia Política em Goiás. In: **Estudos:** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 27, nº 3. 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder:** Formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FIGHERA, D. T. A Globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FREITAS, R.A. Reforma do Estado e Reforma Administrativa: Para além das Políticas Sociais. In: **Sociedade e Cultura: Revista de Ciências Sociais**. Goiânia: UFG, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GEIGER, Pedro. P. Desterritorialização e Espacialização. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

GALINDO, O. & MONTEIRO DOS SANTOS, V. Centro Oeste, evolução recente da economia regional. In: AFONSO, R.B.A, SILVA, P.L.B, **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

GASGUES, J.G. **Gastos públicos na agricultura brasileira**. Brasília: IPEA, 2001.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. São Paulo: ED. Forense, 1969.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Martins Fontes, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. **As teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós –Moderna**. Rio de Janeiro”Jorge Zahar, 1997.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

LEITE, M. de P. Inovação Tecnológica e relações de trabalho: A experiência brasileira a luz do quadro internacional. In: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista**. Inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEITE, T. de S. Dinamismo Agroindustrial e desenvolvimento Regional em Goiás. **Estudos**. Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: UCG, 2000.

LENIN, V.I. **O estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

LIPIETZ, A. LEBORGNE, D. A flexibilidade ofensiva e a flexibilidade defensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L. PRETECEILLE, E. **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

\*MESZAROS, I. **Para além do Capital** – Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. (algumas notas). In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na mundialização? In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

OLIVEIRA, F. **A crise, desordem e reforma do sistema tributário nacional**. Campinas, SP: UNICANP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, M. C. Globalização e economias regionais. In: Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 27 n. 3. Goiânia: UCG, 2000.

PASCHOAL, J.A.R. **O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás: 1984 – 1999**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, UFU, 2001.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o estado. In: **El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

ROJAS, C. A. **Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SACHS, Ignacy. O estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALIM, C.A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas do Cerrado no Brasil: Avaliação e perspectiva. In: **Cadernos de Difusão Tecnológica**, Brasília 3 (2): 297 -342. 1986.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. Sociedad y espacio: la formación social como teoría y como método. In: **De la totalidad al lugar**. María L. Silveira Tradução. Barcelona: Ockos-tau, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENA, C. S. **Os dois Brasis**: um estudo do dualismo nas interpretações do Brasil. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 2000 Tese (Doutorado em Antropologia Social)

SILVA, E.R. da. **A economia goiana no contexto nacional: 1970 – 2000**. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado em: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, 2002.

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1993, p. 07-55.

VIDAL E SOUZA, C. **A pátria geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

BANDEIRA, A.J.P. **Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970 – 1990)**. Dissertação de Mestrado, IPUR/UFRJ, 1999.

BARREIRRA, C.C.M.A. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia: EDUFG, 1997.

BECKER, B.K. Geografia Política e a gestão do território, no limiar do século XXI – Uma representação a partir do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, 1991.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**: Ainda há lugar para os Sindicatos. São Paulo: Boitempo, 2000.

BERTRAND, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BESSA, Kelly Cristine F. de O. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: O lugar na era das redes. Uberlândia: UFMG. 2001.

BRESSER PEREIRA, L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação**. São Paulo: Nobel, 1990.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4<sup>o</sup> ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

\*CARDOSO, J. L. **Política de crédito rural: Retrospectiva e tendência de um novo padrão de financiamento**. Natal, RN: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. SOBER, 1997.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Para o Estado em Rede: Globalização, economia e instituições políticas na área da informação. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\*CASTRO, A.C. & FONSECA.M.G.D. **A dinâmico agroindustrial do Centro Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CHESSAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

COUTO, F.A. MONTEIRO, J. de A. O clusters de grãos na região de Rio Verde no Sudoeste de Goiás. In: HADDAD, P.R.A. **Competitividade do agronegócio e desenvolvimento regional no Brasil**. Brasília: CNPq, EMBRAPA, 1999.

CUNHA, E. **Os sertões** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

DAMATA, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA, C.A.F. A Dimensão Regional na Gestão do Território: Da Integração econômica à Integração competitiva. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, 1993.

\_\_\_\_\_. O Supranacionalismo Financeiro privado no limiar do século XXI. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, 1996.

DA SILVA, E.I. O espaço une / separa / une. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Vol. 9. nº 12. Goiânia: UFG, 1990.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 1991.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Goiânia – GO: Ed. do Autor, 1998.

\_\_\_\_\_. Economia Política em Goiás. In: **Estudos**: Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 27, nº 3. 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FIGHERA, D. T. A Globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.

FREITAS, R.A. Reforma do Estado e Reforma Administrativa: Para além das Políticas Sociais. In: **Sociedade e Cultura**: Revista de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GEIGER, Pedro. P. Desterritorialização e Espacialização. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

GALINDO, O. & MONTEIRO DOS SANTOS, V. Centro Oeste, evolução recente da economia regional. In: AFONSO, R.B.A, SILVA, P.L.B, Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

GASGUES, J.G. **Gastos públicos na agricultura brasileira**. Brasília: IPEA, 2001.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. São Paulo: ED. Forense, 1969.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da filosofia do direito**. Lisboa: Martins Fontes, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.

\_\_\_\_\_. **As teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-Industrial à Pós –Moderna**. Rio de Janeiro”Jorge Zahar, 1997.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

LEITE, M. de P. Inovação Tecnológica e relações de trabalho: A experiência brasileira a luz do quadro internacional. In: CASTRO, N. A. (org.). **A máquina e o equilibrista**. Inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEITE, T. de S. Dinamismo Agroindustrial e desenvolvimento Regional em Goiás. **Estudos**. Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: UCG, 2000.

LENIN, V.I. **O estado e a revolução**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

LIPIETZ, A. LEBORGNE, D. A flexibilidade ofensiva e a flexibilidade defensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L. PRETECEILLE, E. **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

MAUSS, Marcel. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

\*MESZAROS, I. **Para além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. (algumas notas). In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NICOLÁS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na mundialização? In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

OFFE. Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

OLIVEIRA, F. **A crise, desordem e reforma do sistema tributário nacional**. Campinas, SP: UNICANP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULA, M. C. Globalização e economias regionais. In: Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 27 n. 3. Goiânia: UCG, 2000.

PASCHOAL, J.A.R. **O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás: 1984 – 1999**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, UFU, 2001.

RATZEL, F. O solo, a sociedade e o estado. In: **El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

ROJAS, C. A. **Tempo, Duração e Civilização: Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROUANET, S. P. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SACHS, Ignacy. O estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALIM, C.A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas do Cerrado no Brasil: Avaliação e perspectiva. In: **Cadernos de Difusão Tecnológica**, Brasília 3 (2): 297 -342. 1986.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. Sociedad y espacio: la formación social como teoría y como método. In: **De la totalidad al lugar**. María L. Silveira Tradução. Barcelona: Ockos-tau, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENA, C. S. **Os dois Brasis**: um estudo do dualismo nas interpretações do Brasil. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 2000 Tese (Doutorado em Antropologia Social)

SILVA, E.R. da. **A economia goiana no contexto nacional: 1970 – 2000**. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado em: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, 2002.

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional. In: DE SOUSA, Maria Adélia A. SIVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1993, p. 07-55.

VIDAL E SOUZA, C. **A pátria geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

SUNKEL, Osvaldo. Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA.L.C; WILHEIN.J; SOLA.L. **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS**: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.